

TRANSFORMANDO VIDAS COM A
NOSSA ENERGIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

CEMIG

Sumário

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	5
MODELO DE NEGÓCIOS E GERAÇÃO DE VALOR	9
AMBIENTE MACROECONÔMICO	14
AMBIENTE REGULATÓRIO	16
REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO	19
DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO	20
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	21
POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA	28
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	31
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES	32
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	34
SUSTENTABILIDADE	35
BALANÇO SOCIAL	67
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	69
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	69
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	70
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	71
BALANÇOS PATRIMONIAIS	73
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	75
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	76
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	77
1 CONTEXTO OPERACIONAL	77
1.1 A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	77
1.2 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	78
1.3 CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	79
2 BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	82
3 RESULTADO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	88
3.1 RESULTADO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	88
3.2 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	91
3.3 CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	94
3.4 RESULTADO FINANCEIRO	97
3.5 REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA	97
4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99
5 ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	101
6 ATIVOS DE CONTRATO	103
7 IMOBILIZADO	107
8 INTANGÍVEL	110
9 INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	113
10 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	122
11 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E ALIENAÇÕES	126
12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	128
13 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	128
14 CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	129
15 DEBÊNTURES E EMPRÉSTIMOS	131
16 ARRENDAMENTOS	133
17 FORNECEDORES	137
18 OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	137
19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	145
20 PROVISÕES	155
21 DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	161
22 TRIBUTOS E ENCARGOS	161
22.1 TRIBUTOS A RECUPERAR	161
22.2 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	162
22.3 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	168
22.4 ENCARGOS REGULATÓRIOS	168
23 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E COMPROMISSOS	169
24 EVENTOS SUBSEQUENTES	170
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	172
PARECER DO CONSELHO FISCAL	178
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA	179
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	180
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	181
ORÇAMENTO DE CAPITAL	184

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 trouxe importantes conquistas para a Cemig em diversas áreas. Mantivemos o ritmo de implementação do robusto plano de investimentos, que totalizou R\$6,25 bilhões distribuídos entre diferentes setores da Cemig.

Nossos indicadores operacionais também evoluíram de forma consistente, evidenciando a melhoria contínua dos serviços prestados aos clientes.

Ao longo de 2025, a Cemig foi reconhecida por diversas premiações que refletem seu processo de transformação. Entre elas, destacam-se o prêmio de *Melhor Empresa do Setor de Energia* pela **Época Negócios 360** e o de *Melhor Empresa de Energia do Brasil* no **Prêmio TOP30 – Melhores Empresas da Veja Negócios**.

Também avançamos na solidez financeira, com o upgrade da Moody's para a categoria de crédito AAA – moeda local, além de termos recebido o prêmio de *Melhores Práticas ESG* da Anefac, na categoria Estágio Transformador, reforçando nosso compromisso com responsabilidade socioambiental.

Concluimos o processo de alienação de quatro usinas — Machado Mineiro, Martins, Marmelos e Sinceridade — por meio de um leilão realizado na B3, cujo valor mínimo estabelecido era de R\$ 29 milhões. O processo foi concluído com êxito, alcançando R\$52 milhões e registrando um ágio superior a 70%, pago pela empresa Âmbar Hidroenergia. A operação foi oficialmente finalizada em 16 de outubro de 2025.

Também tivemos uma participação bem-sucedida no Leilão do GSF, realizado em 1º de agosto de 2025, que representou um marco para o setor elétrico ao avançar na solução definitiva do risco hidrológico. O mecanismo instituído pela Medida Provisória 1.300/2025 permitiu a conversão de débitos acumulados em títulos negociáveis, adquiridos por empresas interessadas na extensão de outorgas de geração.

No certame, conduzido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), obtivemos a extensão das concessões de três empreendimentos hidrelétricos — Irapé, Queimado e Pai Joaquim. A usina de Irapé recebeu 3 anos adicionais de concessão, enquanto Queimado e Pai Joaquim conquistaram 7 anos de extensão cada, por um valor total aproximado de R\$ 200 milhões.

Destaca-se que a aquisição dos ativos ocorreu com ágio inferior à média praticada no leilão, reforçando a eficiência da estratégia adotada pela Companhia.

Cemig SIM

Concluimos aquisições estratégicas, como o descruzamento de ativos que a Cemig SIM possuía em parceria com terceiros. Com essa transação, a Cemig SIM passou a deter 100% de seis UFVs, que somam 27,0 MWp. Adicionalmente, aquisição de 51% da participação de duas UFVs, totalizando 2,8MWp e 100% capacidade 7,2Mwp. Essas operações resultaram em ganho de capital de **R\$60 milhões** na alienação da nossa participação e **R\$74 milhões** de ajuste a valor justo dos ativos adquiridos.

Com as aquisições, a CEMIG SIM encerra as parcerias até então existentes, passando a deter participação integral em todos os ativos próprios do portfólio, alinhado ao Planejamento Estratégico da Cemig

Na Cemig SIM tivemos também a entrega e energização de mais **61,4 MWp** dentro dos Projetos Ouro Solar, Solar do Cerrado e Sol Central contribuindo para a estratégia de expansão da Cemig SIM, com investimento superior a **R\$ 360 milhões**.

Resultados

Em 2025, alcançamos **Lajida de R\$2,4 bilhões** e registramos **lucro líquido de R\$1,8 bilhões**. Nesse mesmo ano, recebemos da **Moody's** a elevação de nossa classificação de risco de crédito para **AAA em moeda local**, passando a contar com **duas classificações máximas** — Moody's e Fitch. Esse upgrade reflete a robustez da gestão financeira da Companhia, nossa disciplina na alocação de capital e a sólida capacidade de geração de caixa dos nossos negócios. Esses marcos demonstram nosso compromisso com a transformação da Cemig e constituem a base para resultados cada vez mais sólidos e sustentáveis, em linha com nosso pilar de cultura de resultados.

Dentro da nossa estratégia financeira, emitimos a 10ª e 11ª debêntures, **totalizando R\$2 bilhões**, em sua maioria títulos sustentáveis, mais uma ação que reforça nosso pilar ESG. Após essas operações houve aumento significativo do prazo médio da nossa dívida, que passou para **7,3 anos**, em 31 de dezembro de 2025. Nossa alavancagem consolidada permanece em um nível saudável de **1,15** (Dívida Líquida/Lajida ajustado).

Acreditamos muito no nosso plano estratégico e listamos algumas entregas relevantes para cada um dos nossos negócios. Agradecemos a confiança de nossos empregados, acionistas, comunidades e demais partes interessadas. Reafirmamos nosso compromisso com a geração de valor sustentável e a busca constante pela excelência na prestação de serviços.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Cemig Geração e Transmissão ("Companhia" ou "Cemig GT"), subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Também são apresentadas as declarações dos vice-presidentes que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A Cemig GT iniciou suas atividades em janeiro de 2005, como resultado do desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). Desde a sua criação, a Cemig GT sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu.



Estratégia Cemig

A estratégia da Cemig para o período de 2026 a 2030 foi aprovada por seu Conselho de Administração em dezembro de 2025. Entre as diretrizes que orientam o novo ciclo estão a manutenção do ritmo de investimentos com foco na modernização dos ativos, a preparação para a abertura total do mercado, a alocação prudente de capital e o fortalecimento da eficiência operacional.

SAÚDE E SEGURANÇA

Consolidar uma cultura de “Acidente Zero”, assegurando ambiente de trabalho seguro e redução contínua dos indicadores de risco.

FOCO NO CLIENTE

Elevar a experiência e a satisfação do cliente, preparando a Cemig para a abertura total do mercado e para o crescimento sustentável da base.

EFICIÊNCIA

Aumentar a eficiência operacional com metas claras e ações objetivas, assegurando geração contínua de valor.

REDES

Reforçar a resiliência e a confiabilidade das redes com soluções inteligentes, ampliando o uso de Smart Grid e a base de remuneração regulatória.

ENERGIA

Renovar concessões estratégicas, expandir geração renovável e otimizar investimentos, fortalecendo a sustentabilidade do portfólio.

ABERTURA DE MERCADO

Acelerar a preparação para o mercado livre, integrando portfólio e eficiência para ampliar competitividade e ofertas ao cliente.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Liderar a transição energética por meio de digitalização, IA, Smart Grids e novas tecnologias, impulsionando eficiência, inovação e novos negócios.

Trata-se de uma atualização do lema “Focar em Minas e Vencer” que reforça o foco no cliente, a busca por eficiência operacional e a ambição de consolidar a empresa como referência nacional em satisfação, saúde, segurança e desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas deverão guiar a Cemig para atingir os principais compromissos traçados, listados a seguir:

Transmissão Crescer de forma sustentável na transmissão, com saúde, segurança, eficiência e inovação.

Fortalecer a cultura de saúde e segurança e o compromisso com o valor ‘Acidente Zero’, garantindo um ambiente de trabalho seguro

Aumentar a RAP Energizada, com resiliência de rede e novas tecnologias

Avançar na eficiência operacional, garantindo cobertura regulatória

Geração Centralizada Crescer de forma sustentável em Geração, com saúde, segurança, eficiência e inovação.

Fortalecer a cultura de saúde e segurança e o compromisso com o valor 'Acidente Zero', garantindo um ambiente de trabalho seguro

Expandir e desenvolver o portfólio capacidade instalada

Garantir excelência na operação, buscando ganho de eficiência no negócio

Comercialização Ser referência no mercado de comercialização de energia, gerando valor com soluções inovadoras, portfólio diversificado e excelência no relacionamento com o cliente.

Melhorar a satisfação com foco no cliente

Atingir margem de comercialização, mantendo a liderança em MG

Ser excelente em gestão de riscos, garantindo cumprimento dos indicadores de risco

Criar produtos e serviços

Nossa missão, visão e valores

Missão

Fornecer soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva

Visão

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, Integridade, Geração de valor, Comprometimento, Sustentabilidade e responsabilidade social e inovação

Princípios Éticos e Código de Conduta

Código de Conduta Cemig

O Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

MODELO DE NEGÓCIOS E GERAÇÃO DE VALOR

A Cemig visa criar valor sustentável para todas as partes interessadas em seu negócio, incluindo acionistas, empregados, fornecedores, clientes, comunidades do entorno e a sociedade em geral. Para alcançar esse objetivo, a Companhia realiza investimentos contínuos na expansão e no aprimoramento de suas atividades, reafirmando seu compromisso com a qualidade e a excelência.

Com base na Estrutura Conceitual para Relato Integrado, da *IFRS Foundation*, a Cemig sistematizou seu modelo de negócios, o qual está representado a seguir. Esse modelo ilustra como os recursos, processos e relações da Companhia se integram para gerar valor econômico, social e ambiental.



Capital financeiro

Viabiliza financeiramente a operacionalização dos demais capitais. Destacamos a execução do maior plano de investimentos da nossa história, desinvestimentos de ativos não estratégicos, eficiência operacional e sustentabilidade.

Capital natural

A água é a principal matéria-prima para produção de energia elétrica da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso d'água. A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental.

Capital manufaturado

A Companhia se destaca pela produção por 100% de fontes renováveis, tanto por geração centralizada como distribuída, por meio de empreendimentos de fonte hidráulica, eólica e solar.

Capital humano e intelectual

A Cemig considera o seu capital humano e intelectual fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Capital social e de relacionamento

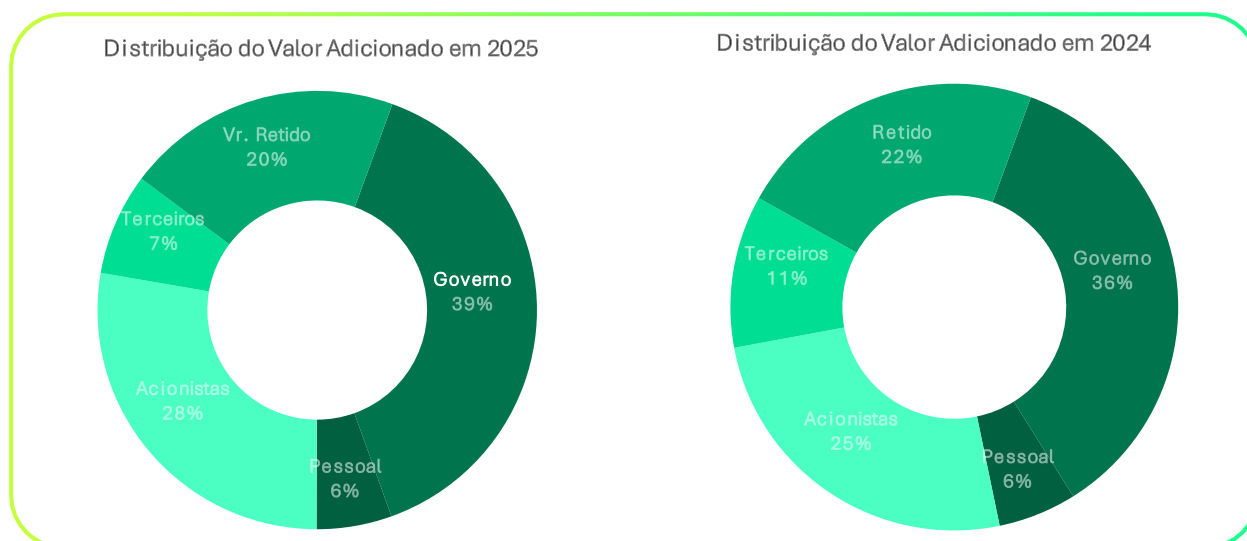
A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia.

A Cemig entende que o sucesso do seu negócio está diretamente relacionado à sua estratégia de fornecedores e adota os mesmos princípios e valores em relação à sua cadeia de suprimentos.

A qualidade do serviço é resultado de diversas ações internas, desde a gestão das operações, planejamento logístico para atendimento a emergências, inspeções, manutenções preventivas das subestações, linhas e redes de distribuição.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade com R\$3.847 milhões de valor adicionado em 2025 em comparação a R\$7.728 milhões em 2024.



Área de atuação

A Companhia atua em várias regiões do País por meio de seus segmentos operacionais, com uma maior concentração na região Sudeste.

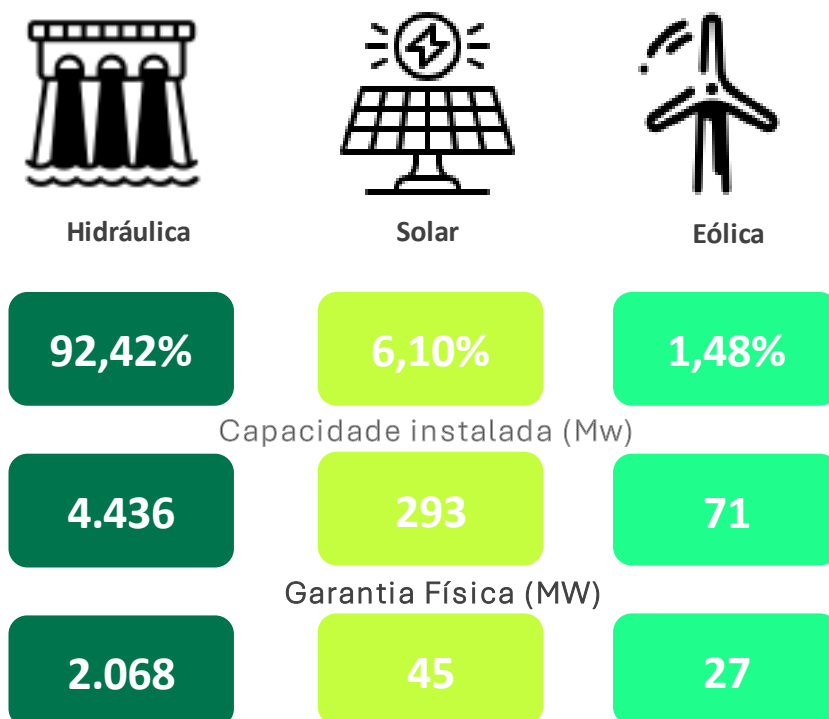


Geração de energia elétrica

Reforçando o compromisso de ser uma companhia sustentável, a matriz energética do parque gerador da Cemig é composta totalmente por fonte de energia limpa e renovável, por meio de empreendimentos de fonte hidráulica, solar e eólica.

Considerando suas controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui participação em 70 usinas, sendo 32 hidrelétricas, 37 solares e 2 eólicas, com capacidade instalada de 4.800 MW.

Composição da matriz energética



Transmissão de energia elétrica

No segmento de transmissão, a Companhia e suas controladas em conjunto, operam e mantêm 41 subestações e 5.066 km de linhas de transmissão, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme segue:

Transmissão	Comprimento (km)
230 kV	801
345 kV	2.083
500 kV	2.182
Total	5.066

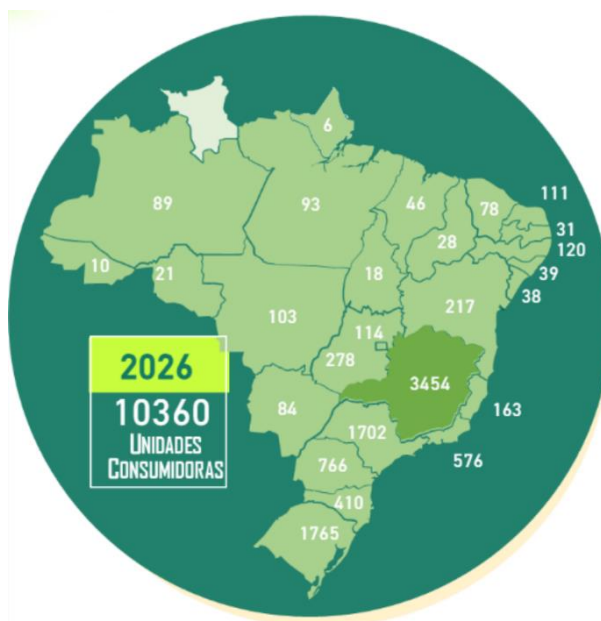
Além disso, possui ativos que, opera e mantém, em outras 11 subestações de outros agentes de transmissão.

Em 2025, a Cemig teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 11 empresas, em 14 subestações e 95,5 km de linhas de transmissão.

Comercialização de energia elétrica

A Cemig continua líder no atendimento ao mercado livre de energia no Brasil, sendo a primeira empresa a atender mais de 10 mil unidades consumidoras no Ambiente de Contratação Livre (ACL) – uma evidência de sua capilaridade nacional, que se estende por quase todos os estados, conforme demonstrado no mapa ao lado.

A empresa vem realizando movimentos paralelos em várias frentes estratégicas: digitalização, capilaridade comercial, modernização do atendimento, inovação em produtos e aprimoramento da experiência do cliente. Construindo confiança, escala e solidez operacional junto a seus clientes e ao mercado.



Merece destaque o Programa Sinergia, que teve sua nova versão lançada em 2025. O programa, que fortalece a rede comercial de parceiros, representa uma das apostas mais robustas da companhia ao introduzir um diferencial no setor: o pagamento de comissão aos parceiros, 100% imediato, no ato da assinatura do contrato dos clientes apresentados. O Sinergia ampliou a capacidade de captação e atendimento da Cemig. Hoje, possuímos uma rede com mais de 700 parceiros espalhados por todo o país.

Como diferencial estratégico para um mercado cada vez mais orientado por critérios ambientais, sociais e de governança (ESG), a Cemig comercializa e fornece energia 100% limpa, renovável e rastreável, o que a permite comercializar os certificados de energia renovável Cemig-REC e I-REC. Em 2025 foram comercializados mais de 2,6 milhões de CEMIG-RECs, e mais de 2,8 milhões de I-RECs, contribuindo para a sustentabilidade econômica de seus clientes.

Energia Livre Cemig – Mercado Varejista

Com foco em novos mercados, a Cemig inovou com o lançamento do “Energia Livre Cemig” em 2023, com um sistema de e-commerce que oferece aos clientes de média tensão a possibilidade de simular e contratar energia renovável, aproveitando as oportunidades que a abertura de mercado criou a partir de 2024.

A nova plataforma, que revolucionou o setor, foi planejada para tornar a jornada do cliente simples e ágil, possibilitando a contratação de energia de forma 100% digital. Ela tem alavancado o atendimento dos clientes do mercado varejista e, juntamente com outras ações importantes para o desenvolvimento deste segmento, contribuiu para que a Cemig alcançasse a liderança do mercado varejista a partir de outubro de 2024.

Em dezembro de 2025, foram comercializados 208 MW médios, para este tipo de cliente, que corresponde ao Market Share de 8,5%; um patamar nunca alcançado por outra empresa no Brasil, consolidando a Cemig como referência nacional neste ambiente de contratação.

AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário internacional, o ano de 2025 começou alimentado pela crença na “excepcionalidade americana”, instigada pela nova plataforma política do Governo dos Estados Unidos. Foram adotadas três mudanças relevantes: imposição generalizada de tarifas de importação, restrições mais rígidas à imigração e aprovação de um orçamento federal claramente deficitário para os próximos anos.

As tarifas representaram uma ruptura com a lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu porque o governo americano revisou várias das medidas que indicavam efeitos econômicos piores do que o esperado. Adicionalmente, em fevereiro de 2026 a Suprema Corte dos Estados Unidos julgou inconstitucional a cobrança de tarifa de forma unilateral pelo governo norte americano.

Esse cenário estimulou bancos centrais de outros países a buscar uma maior diversificação de reservas, de modo a reduzir a concentração de ativos denominados em dólar. Como consequência, o ouro disparou, impulsionado também pela busca por segurança por parte de investidores, enquanto a moeda norte-americana perdeu valor.

A desaceleração do mercado de trabalho, que se intensificou a partir de abril, levaram o Federal Reserve (FED) a reduzir os juros básicos nos Estados Unidos (Federal Funds Rate - FFR) em 75 pontos-base, no segundo semestre de 2025, levando a FFR ao nível de 3,5%–3,75% ao ano no encerramento de 2025. Com os juros próximos da taxa neutra, não parece haver urgência para cortes adicionais de juros, sobretudo num contexto em que a atividade se mantém em crescimento robusto, apesar do esfriamento do mercado de trabalho. Ademais, persistem dúvidas sobre a convergência da inflação à meta, pressionada pelas tarifas e pela inflação de serviços.

No Brasil, o governo preservou e ampliou iniciativas para sustentar o dinamismo da demanda doméstica ao longo de 2025, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária restritiva. O resultado foi uma desaceleração moderada e desbalanceada da economia, que continua operando com níveis excepcionalmente baixos de ociosidade. As atividades ligadas à evolução da renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo, enquanto setores mais sensíveis às condições de crédito apresentaram moderação.

Nesse contexto, a inflação e as expectativas inflacionárias desaceleraram apenas de forma moderada, permanecendo mais próximas ao teto do que ao centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, abaixo das projeções iniciais, que giravam em torno de 5,7%.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento favorável de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (ao reduzir as exportações e ampliar oferta doméstica), impactos das novas tarifas impostas pelo governo americano sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Em contrapartida, o segmento de Serviços permaneceu

resiliente, próximo a 6% em termos anuais, refletindo a força do mercado de trabalho e da atividade econômica. Preços administrados também seguiram pressionados, com alta de energia elétrica (devido a reajustes mais elevados e acionamento da bandeira amarela em dezembro) e aumento de 15,2% nos jogos de azar.

Nesse contexto, o real se valorizou em relação ao dólar americano em 2025 (a cotação de R\$/US\$ tem variação de -10,60% entre dez/2024 e dez/2025), em parte pelo cenário internacional. O Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu um aumento de 100 pontos-base em janeiro, elevando a Selic para 13,25% ao ano e dando continuidade ao ciclo de alta. Em março, retomou a elevação com mais 100 pontos-base, levando a taxa para 14,25%. Em maio, intensificou o ritmo de alta em 50 pontos-base, alcançando 14,75%, e em junho promoveu novo ajuste de 25 pontos-base, fixando a Selic em 15% ao ano, patamar mantido até dezembro. Assim, a Selic encerrou o ano de 2025 em 15% ao ano, nível mais alto que o de encerramento de 2024, que foi de 12,25% ao ano.

Além do cenário delineado para 2025, merece atenção, em uma perspectiva prospectiva, o impacto potencial da intensificação e da eventual prolongação dos conflitos no Oriente Médio sobre o ambiente macroeconômico global e doméstico. A relevância estratégica da região para a produção e o escoamento de petróleo implica que uma escalada das tensões geopolíticas possa pressionar os preços da commodity, em decorrência de riscos à oferta e do aumento do prêmio geopolítico. Esse movimento tende a gerar pressões inflacionárias adicionais, ao elevar custos de produção, transporte e logística, podendo dificultar a convergência da inflação às metas em diversas economias.

No caso brasileiro, choques persistentes nos preços internacionais do petróleo podem se traduzir em aumentos dos preços internos de combustíveis e em efeitos indiretos sobre outros bens e serviços, com impactos sobre o poder de compra das famílias. Ademais, um ambiente de maior incerteza e aversão ao risco nos mercados financeiros pode intensificar a volatilidade cambial, com potencial depreciação do real frente ao dólar e ampliação das pressões inflacionárias via preços de importados.

Por fim, a combinação de custos mais elevados, maior incerteza e possível restrição das condições financeiras pode afetar decisões de investimento e o comércio internacional, configurando riscos ao crescimento econômico global e brasileiro, especialmente em um cenário de prolongamento dos conflitos.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de energia elétrica

Em 2025, a hidrologia observada permanece significativamente abaixo da média histórica, podendo se aproximar dos piores cenários já registrados no período de 1931 a 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) alcançou apenas 77% da Média de Longo Termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN). Por submercado, os valores foram: Sudeste com 76% da MLT, Sul com 90% da MLT, Nordeste com 46% da MLT e Norte com 73% da MLT.

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD.

Já o armazenamento não apresentou destaques, permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025)

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço ficou acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes teve oscilações entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (*Generation Scaling Factor*) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Transmissão de energia elétrica

O negócio de transmissão tem sua receita regulada pela Aneel e consiste na remuneração dos ativos pela sua disponibilidade aos usuários. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, que consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora no período.

A ANEEL define a receita de novos ativos através de Resoluções Autorizativas, que estabelece a Receita Anual Permitida – RAP previamente com direito a recebimento da RAP a partir da data de entrada comercial do ativo, sendo reajustada nos processos de Reajuste Anual em 01 julho de cada ano e reposicionadas nos processos de Revisão Periódica da Receita que ocorrem a cada 5 anos. O primeiro processo tem por objetivo corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP, por sua vez, consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em 2025, os contratos de concessão da Companhia tiveram apenas processos de reajuste tarifário. Desta forma, as receitas dos contratos Cemig GT (contrato de concessão nº 006/1997) e SLTE (contrato de concessão nº 006/2011) tiveram correção monetária pelo IPCA, e os contratos Cemig-Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000) e Centroeste (contrato de

concessão nº 004/2005) tiveram reajuste da receita pelo IGPM. Além da correção monetária, no caso do contrato 006/1997 houve entrada de novas obras ao longo do ciclo 2024-2025 e o contrato 004/2005 teve redução da RAP em função da redução da receita no 15º ano prevista em contrato para ocorrer em 25 de março de 2025.

RAP homologada para o ciclo 2025-2026

As RAPs do ciclo 2025-2026 dos contratos de concessão da companhia foram estabelecidas em R\$ 1.245 milhões, aumento de 0,2% com relação ao ciclo anterior. No período, os índices de preço IPCA e IGPM variaram 5,32% e 7,02%, respectivamente.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2024-2025 R\$ milhões (1)	RAP ciclo 2025-2026 R\$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	1162,00	1164,00	0,2%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	43,00	53,00	23,1%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	26,00	16,10	-38,1%
		1.231,00	1.233,10	0,2%

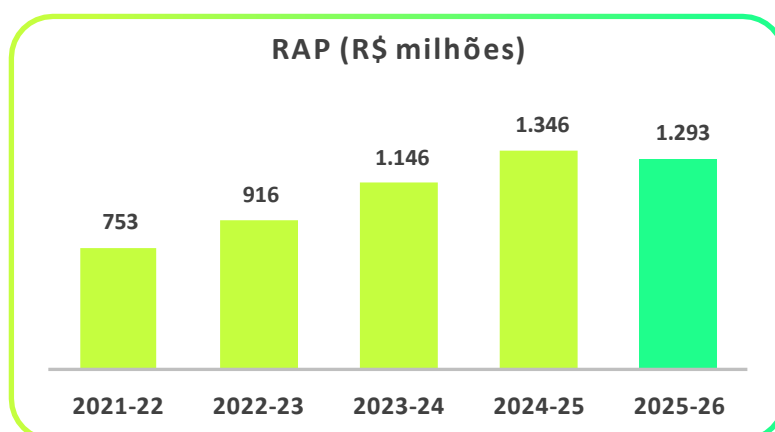
(1) Valores após Despacho Aneel nº 4.675 de dezembro de 2023.

A variação abaixo da inflação da RAP do contrato (006/1997) deveu-se notadamente à redução do Componente Financeiro dos ativos existentes (RBSE) em R\$56 milhões, definida pela Resolução Homologatória nº 3469/2025. Em compensação, houve acréscimo de receita oriundo de novas obras no montante de R\$ 29 milhões e reajuste da RAP pelo IPCA.

Já a variação da RAP do contrato (079/2000 - Itajubá) reflete a entrada em operação das obras de Grande Porte, autorizadas pela Resolução Autorizativa nº 9.979/2021, cuja receita adicionou R\$ 6 milhões à RAP além do reajuste de toda a RAP pelo IGPM.

A variação da RAP do contrato (004/2005 - Centroeste) reflete o efeito da redução da receita no 15º ano, ocorrida em 25 de março de 2025, ou seja, dentro do ciclo 2024-2025.

Adicionalmente à RAP, a processo de reajuste estabeleceu também R\$60,3 milhões de parcela de ajuste (PA). Esta receita refere-se a ajustes financeiros relacionados a receitas de anos anteriores.



A valor da parcela de Ajuste para o contrato 006/1997 deve-se principalmente a revisão das receitas dos ativos incrementais que tiveram reavaliação positiva na valoração do Valor Novo de Reposição – VNR e reconhecimento das melhorias de pequeno porte do ciclo 2018-2023, cuja revisão da receita é devida desde a data de entrada em operação da obra.

Para as demais concessões, o valor negativo da PA reflete, principalmente, ajustes financeiros entre a receita faturada pela Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e as receitas permitidas dos últimos 12 meses.

Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)

Em 10 de junho de 2025, a Aneel publicou a ReH nº 3.469, que alterou a Receita Anual Permitida (RAP) referente ao componente financeiro dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), anteriormente homologada pela ReH nº 2.852/2021.

A principal alteração ocorreu na base de aplicação do custo de capital próprio para cálculo do componente, com a segregação da fase de amortização em dois fluxos, um denominado incontroverso (pagamentos não suspensos por liminares) e outro controverso (pagamentos suspensos por liminares), com datas de efetivo pagamento iniciadas em 1º de julho de 2017 e 1º de julho de 2020, respectivamente, e duração de oito anos cada.

Assim, a remuneração pelo custo do capital próprio incidiu exclusivamente sobre o fluxo controverso, pelo período de 2017 até 2020 (ano do efetivo pagamento).

As RAPs homologadas e processadas até o ciclo 2024/2025 foram consideradas como conclusas, e os resíduos foram acomodados nos pagamentos restantes dos ciclos 2025/2026 a 2027/2028, em fluxos uniformes.

Em decorrência das alterações promovidas pela resolução, a Companhia realizou a remensuração do ativo contratual da RBSE e registrou redução de R\$219 milhões, em 30 de junho de 2025.

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às transmissoras e geradoras foi de 7,89% (7,56% em 2024).

REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, estruturada na criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirão gradualmente, entre 2026 e 2032, os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 regulamentaram as etapas iniciais da implementação, abrangendo regras de transição, governança dos novos tributos, administração tributária e contencioso.

O período de transição teve início em 1º de janeiro de 2026, com coexistência entre o sistema vigente e o novo modelo. Nesse exercício, serão destacados nos documentos fiscais apenas valores simbólicos de CBS (0,9%) e IBS (0,1%), destinados exclusivamente a fins estatísticos e preparatórios, sem efeitos financeiros ou impactos sobre as bases de apuração e escrituração. Os primeiros efeitos econômicos dos novos tributos ocorrerão somente a partir de 2027.

A Companhia mantém acompanhamento contínuo da evolução normativa e constituiu grupo multidisciplinar para avaliar potenciais impactos sobre operações, processos, sistemas e controles internos. Durante 2025, foram conduzidas ações preparatórias, que terão continuidade em 2026, com foco na plena adequação ao novo modelo tributário. Importante ressaltar que os impactos da Reforma Tributária ainda não são integralmente conhecidos, uma vez que subsistem etapas regulatórias, legais e infralegais, pendentes de definição e publicação pelas autoridades competentes.

Como as alterações possuem caráter prospectivo, não há efeitos da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Eventuais impactos decorrentes de modificações legislativas futuras ou de sua interpretação serão reconhecidos no período em que se tornarem definitivos.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Geração

Disponibilidade de geração

A disponibilidade de geração é medida por meio do indicador FID (Fator de Disponibilidade), valor adimensional resultante da divisão da disponibilidade apurada nos últimos 60 meses pelo índice de referência definido pela Aneel. Logo, quanto maior o FID, melhor o desempenho do ativo.

Conforme metodologia atual, os valores tendem a subir quando o histórico recente é positivo, o que resultou na queda do valor do FID de algumas instalações.

Apesar disso, o Índice de Disponibilidade verificado, que compõe o numerador do cálculo do FID, vem se mantendo elevado nos últimos anos para as UHEs da Cemig, sendo 95,16 % em dezembro de 2025.

Volume de geração de energia

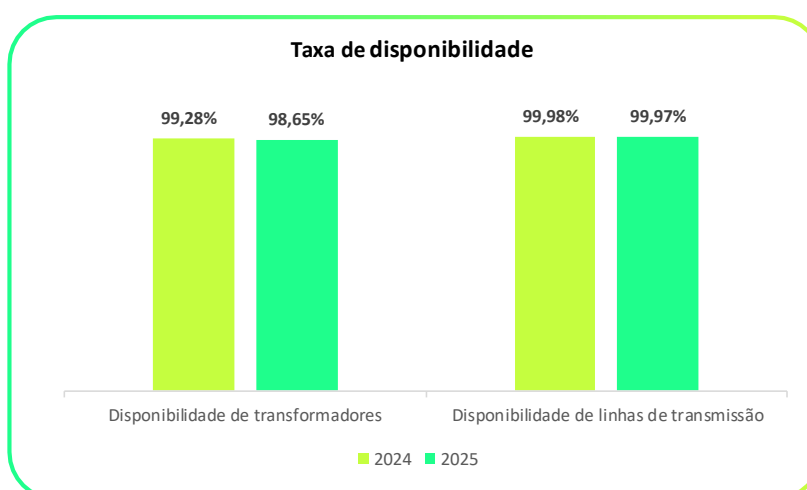
Geração em GWh	Total 2025	Parcela Cemig
UHE despachadas centralizadamente	37.764	11.562
UHE não despachadas centralizadamente (1)	824	643
Usinas eólicas	219	219
Usinas fotovoltaicas	342	342
Total	39.149	12.766

(1) Para as usinas hidrelétricas Machado Mineiro, Marmelos, Martins e Sinceridade, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação dessas usinas da Cemig GT para a Âmbar Hidroenergia.

Transmissão

Taxa de disponibilidade de transmissão

Abaixo são apresentados os indicadores de performance operacional da transmissão:



A referência setorial para a Disponibilidade de transformadores é de 99,21% e para a Disponibilidade de linhas de transmissão é de 99,54%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resultado do exercício

A Cemig Geração e Transmissão teve um lucro líquido de **R\$1.817** milhões no exercício de 2025 e um lucro líquido de **R\$3.692** milhões no exercício de 2024, representando uma **redução de 50,79%**.

Os principais eventos que impactaram a variação do resultado do exercício de 2025 em relação ao exercício de 2024 foram o registro dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida dos contratos de concessão da Companhia e o reconhecimento do ganho com a alienação da participação societária na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança Geração) no exercício de 2024.

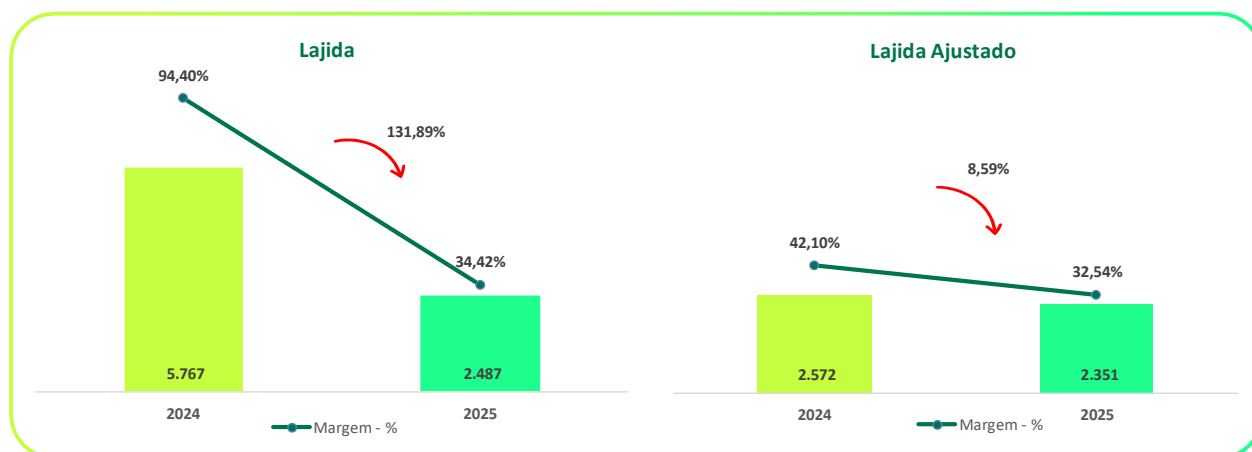
As principais justificativas para as variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida consolidado

Lajida 2025 R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total
Lucro líquido do exercício	1.521	444	(49)	(99)	1.817
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	185	42	(29)	37	235
Resultado financeiro líquido	(2)	32	(17)	62	75
Depreciação e amortização	335	16	-	9	360
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	2.039	534	(95)	9	2.487
Efeitos não recorrentes e não caixa					
Ganho na alienação de investimentos (nota 9)	-	-	-	(60)	(60)
Compra Vantajosa (nota 9)	-	-	-	(12)	(12)
Ganho de capital (nota 9)	-	-	-	(62)	(62)
Provisões tributárias - Indenização do anuênio (nota 20)	24	15	3	4	46
Programa de desligamento voluntário (nota 18)	2	1	-	-	3
Remensuração do passivo de pós - emprego (nota 18)	(129)	(79)	(18)	(24)	(250)
Remensuração RBSE (nota 6 b)	-	199	-	-	199
= Lajida ajustado (2)	1.936	670	(110)	(145)	2.351

Lajida 2024 R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total
Lucro líquido do exercício	1.279	1.553	3	857	3.692
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	334	553	(16)	427	1.298
Resultado financeiro líquido	180	109	(24)	179	444
Depreciação e amortização	324	9	-	-	333
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	2.117	2.224	(37)	1.463	5.767
Efeitos não recorrentes e não caixa					
Ganho na alienação de ativos	(43)	-	-	-	(43)
Ganho na alienação de investimentos	-	-	-	(1.617)	(1.617)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	5	41	46
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	(30)	(33)	(5)	(3)	(71)
Reversão de provisão com parte relacionada	-	-	-	(58)	(58)
Programa de desligamento voluntário	7	7	1	1	16
Constituição de provisões cíveis - Compra e venda de energia	-	-	53	-	53
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	-	(1.521)	-	-	(1.521)
= Lajida ajustado (2)	2.051	677	17	(173)	2.572

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes, fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

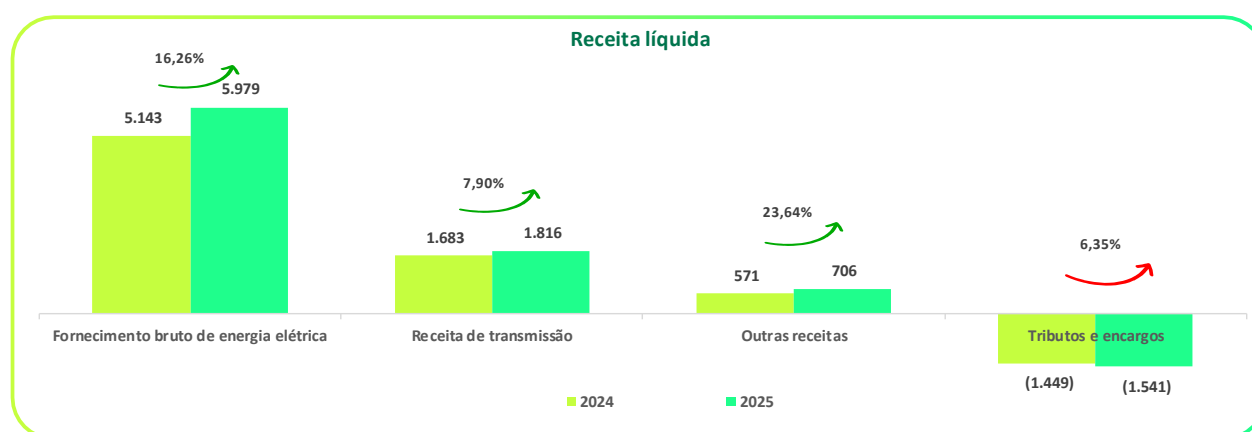


A redução no Lajida da Companhia, está associada, principalmente, aos efeitos ocorridos em 2024: (i) reconhecimento dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP) dos contratos de concessão; e (ii) o reconhecimento do ganho com a alienação da participação societária da Companhia na Aliança Geração.

Receita líquida

A composição da receita líquida da Companhia é conforme segue:

	Consolidado		Variação (%)
	2025	2024	
Fornecimento bruto de energia elétrica	5.979	5.143	16,26
Receita de transmissão			
Receita de operação e manutenção	583	666	-12,46
Receita de construção	577	423	36,41
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	656	594	10,44
Receita de atualização da bonificação pela outorga	451	447	0,89
Liquidação na CCEE	128	38	236,84
Receita de indenização da geração	127	86	47,67
Outras receitas	266	161	65,22
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.541)	(1.449)	6,35
	7.226	6.109	18,28



As justificativas para as principais variações estão descritas a seguir:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica aumentou 16,68%, essa variação está relacionada ao aumento da energia vendida, em especial na modalidade varejista, e ao reajuste de preços de contratos, que em sua maioria são atualizados no início do ano.

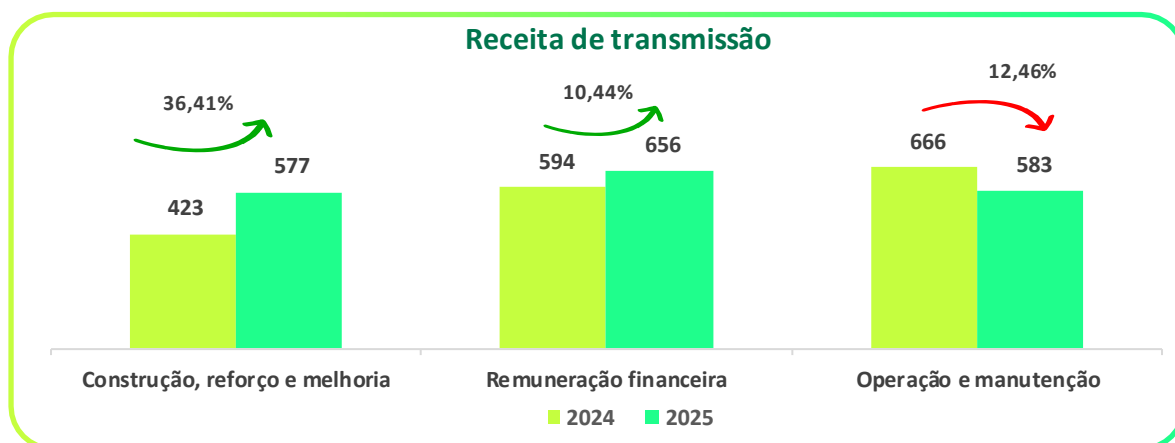
	2025			2024			Variação %	
	MWh (1)	R\$	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (2)	MWh (1)	R\$	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (2)	MWh	R\$
Industrial	9.719.290	2.404	0,25	8.326.599	2.361	283,55	16,73	1,82
Comercial	4.643.933	1.123	0,24	3.793.107	934	246,24	22,43	20,24
Rural	104.149	26	0,25	49.268	12	243,57	111,39	116,67
Poder Público	53.247	13	0,24	3.948	1	253,29	1.248,71	1.200,00
Subtotal	14.520.619	3.566	0,25	12.172.922	3.308	271,75	19,29	7,80
Fornec. não faturado, líquido	-	15	-	-	(46)	-	-	(132,61)
	14.520.619	3.581	0,25	12.172.922	3.262	267,97	19,29	9,78
Suprim. outras concessionárias (3)	10.854.186	2.344	0,22	8.505.705	1.904	223,85	27,61	23,11
Suprim. não faturado líquido	-	54	-	-	(23)	-	-	(334,78)
	25.374.805	5.979	0,23	20.678.627	5.143	252,05	22,71	16,26

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(3) Esta receita inclui contrato de vendas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) às distribuidoras, vendas no Ambiente de Contratação Livre (ACL) às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

Receita de transmissão



- O aumento das **receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura** do maior volume investido em obras de reforços e melhorias, no desenvolvimento de projetos, com fornecimento significativo de equipamentos que possuem alto valor financeiro em 2025.
- O aumento da **receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão**, está associada, principalmente, ao acréscimo na taxa de remuneração pós Revisão Tarifária Periódica e alteração da Receita Anual Permitida (RAP) do componente financeiro dos ativos da RBSE.

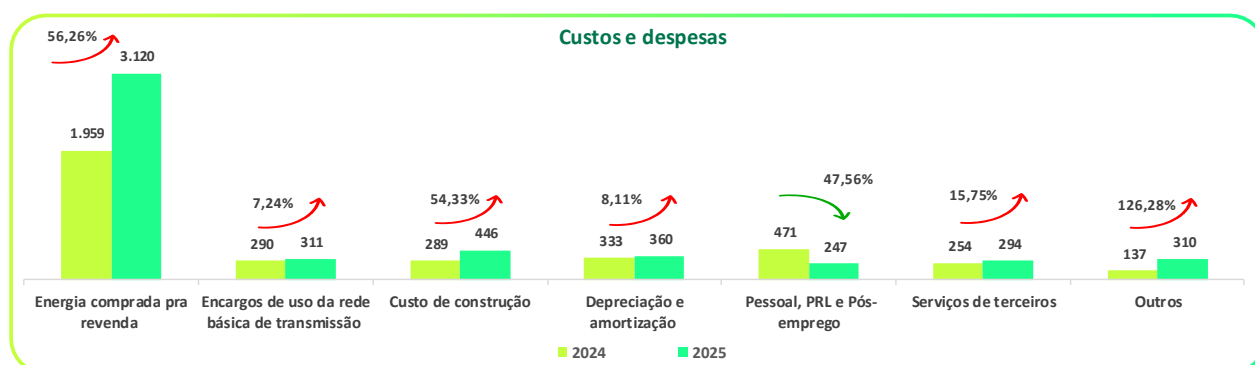
Para mais informações, ver [nota explicativa nº 3.2](#).

Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de **R\$1.541** milhões em 2025 comparados a **R\$1.449** milhões em 2024, uma **redução de 6,35%**. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas

O total de custos e despesas foram de **R\$5.088** milhões em 2025 em comparação a **R\$3.733** milhões em 2024, um **aumento de 36,30%**.



As principais variações nos componentes dos custos e despesas estão descritas a seguir.

O aumento no **custo com energia elétrica comprada para revenda** está relacionada ao aumento no volume de energia comprada.

O aumento no **custo de construção** decorre, principalmente do desenvolvimento de projetos, sendo que nesse período ocorreu fornecimento significativo de equipamentos primários que possuem alto valor financeiro.

A redução do passivo das **obrigações pós empregos** deve-se ao encerramento do passivo do plano de saúde e do plano odontológico, em decorrência da celebração do acordo coletivo entre a Companhia e as entidades sindicais, pelo encerramento do patrocínio da Companhia aos planos de saúde e odontológico aos beneficiários assistidos.

Mais detalhes sobre essas contingências na [nota explicativa nº 18](#).

Remensuração Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)

Em 2025 a Aneel publicou a ReH nº 3.469, que alterou a Receita Anual Permitida (RAP) referente ao componente financeiro dos ativos da RBSE, em decorrência das alterações promovidas pela resolução, a Companhia realizou a remensuração do ativo contratual da RBSE e registrou **redução de R\$ 219 milhões**.

Para mais informações, ver [nota explicativa nº 6](#).

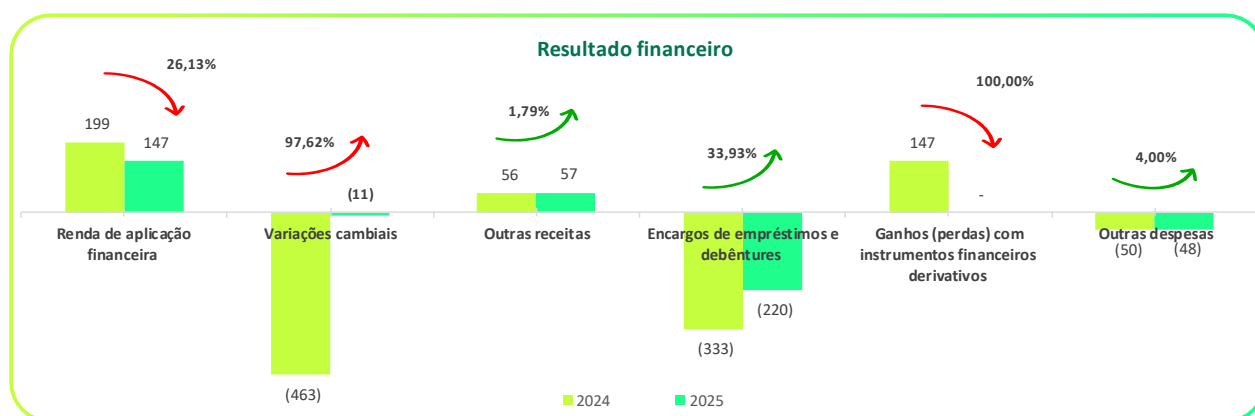
Provisões para contingência

As provisões para contingência representaram uma constituição de **despesa de R\$16 milhões** em 2025 em comparação a uma constituição de despesa de R\$42 milhões em 2024. A variação mais representativa é justificada conforme segue:

- **Tributárias** sendo uma constituição de **despesa de R\$68 milhões** em 2025 comparativamente a uma reversão de despesa de R\$58 milhões em 2024. Essa variação decorre principalmente pelo provisionamento da ação judicial relacionada à cobrança de imposto de renda sobre a indenização paga aos funcionários em troca dos valores de anuênios futuros.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma **despesa financeira** líquida de **R\$75 milhões** em 2025 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$444 milhões em 2024.



Variação cambial de empréstimos

Com a liquidação do saldo devedor do Eurobond em dezembro de 2024, houve uma **redução** significativa no montante de dívida em moeda estrangeira, ocasionando o reconhecimento de um menor volume de variação cambial no exercício de 2025.

Encargos de empréstimos e debêntures

Redução de 33,8%, essa variação decorre da liquidação do saldo devedor do Eurobond em dezembro de 2024.

Vide a composição completa das receitas e despesas financeiras na [nota explicativa nº 3.4](#).

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou em 2025, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de **R\$220 milhões** (despesas de R\$1.298 milhões em 2024) em relação ao lucro de **R\$2.037 milhões** (R\$4.990 milhões em 2024) antes dos efeitos fiscais, representando **10,79%** de alíquota efetiva (26,01% no em 2024).

Essa variação está relacionada, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos tributários no exercício de 2024 sobre (i) Revisão Tarifária Periódica da RAP e (ii) ganho com a alienação da participação detida pela Cemig GT na Aliança Geração.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na [nota explicativa nº 22.2](#).

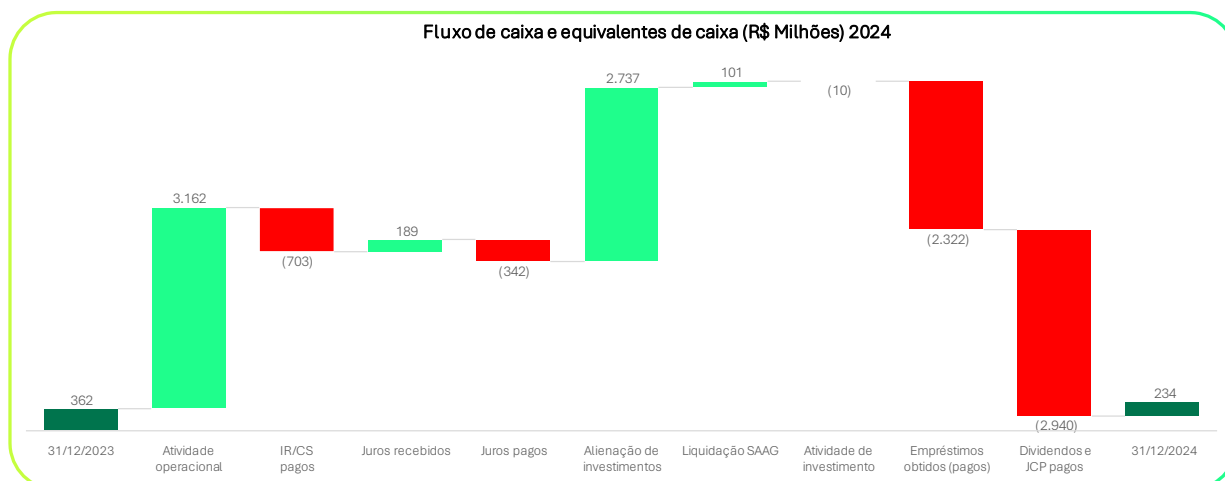
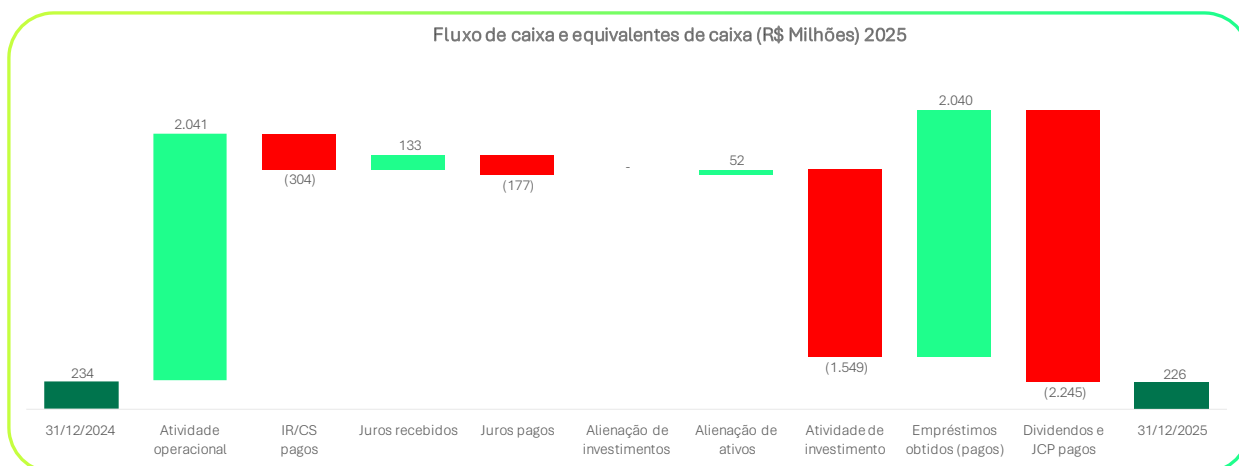
Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes de caixa

A evolução dos fluxos de caixa da Companhia para os exercícios de 2025 e 2024 é demonstrada a seguir:



Os principais eventos que impactaram o total de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários durante o exercício de 2025 foram:

- No exercício de 2025 a captação líquida de debêntures e empréstimos pela Companhia foi de **2.287 milhões**;
- Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais no montante de **R\$2.116 milhões**, conforme detalhado nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de **R\$2.245 milhões**;
- Pagamento do Leilão da CCEE sobre créditos do Generation Scaling Factor (GSF), no montante de **R\$199 milhões**.

A demonstração dos fluxos de caixa está apresentada nas Demonstrações Financeiras.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Com o objetivo de viabilizar recursos para a execução do Plano Plurianual e Estratégico da Cemig, a Companhia planejou, identificou e captou recursos de terceiros nos mercados de capitais e financeiro nacional em condições compatíveis com os seus projetos e negócios.

A Companhia apresentou relevante geração de caixa, por meio de seus negócios. A combinação destes fatores possibilitou a execução de seu programa de investimentos sem afetar sua alavancagem, mantendo-a em níveis sustentáveis, o que contribui para a continuidade das suas operações.

Em março de 2025, a Cemig GT captou recursos por meio da 10ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 625 milhões em série única. Essa série possui incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,64% a.a., com prazo de 5 anos e amortizações nos 4º e 5º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 625 milhões.

Em agosto de 2025, a Cemig GT procurou diversificar suas linhas de crédito optando por fazer uma captação de recursos no mercado financeiro através da linha de crédito sob a instrução da Lei 4131/62 junto ao Citibank. O objetivo dessa operação foi viabilizar recursos para a participação da CEMIG no leilão GSF (Generation Scaling Factor) promovido pelo Ministério de Minas e Energia no qual a Companhia conseguiu a extensão dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Queimado (7 anos), Pai Joaquim (7 anos) e Irapé (3 anos). O valor financiado foi de US\$ 40 milhões com vencimento em agosto de 2026 conta com um full cross-currency swap, fazendo com que seu custo final consolidado seja de CDI + 0,55% a.a. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 220 milhões.

A Cemig GT, em novembro de 2025, captou recursos por meio da 11ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1,5 bilhão, em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$ 1 bilhão, com incidência de correção monetária através do IPCA mais 6,7878% a.a. de juros remuneratórios, com prazo de 12 anos, com amortizações nos 10º, 11º e 12º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$ 500 milhões, com incidência de correção monetária através do IPCA mais 6,6504% a.a. de juros remuneratórios, com prazo de 15 anos, com amortizações nos 13º, 14º e 15º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1,508 bilhões.

A Cemig GT realizou alienações de ativos em 2025 dando continuidade ao seu programa de desinvestimentos, com destaque para a alienação da sua participação direta nas Usinas Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos, pelo valor de R\$ 52 milhões.

É possível constatar o sucesso da Companhia em recorrer a essas ferramentas de captação de recursos, já que conseguiu captar cerca de R\$ 9 bilhões sem que sua alavancagem fosse comprometida.

Ao longo de 2025, a Cemig GT desembolsou R\$ 410 milhões com serviço da dívida (principal e juros), sendo R\$ 233 milhões referente à amortização do principal.

Como consequência das novas captações realizadas pela Cemig GT, houve aumento significativo do prazo médio de sua dívida de 3,0 anos, em 31 de dezembro de 2024, para 7,3 anos, em 31 de dezembro de 2025. Por sua vez, os custos nominais e reais da dívida aumentaram marginalmente, sendo 12,55% a.a. e 7,88% a.a. em 31 de dezembro de 2025,

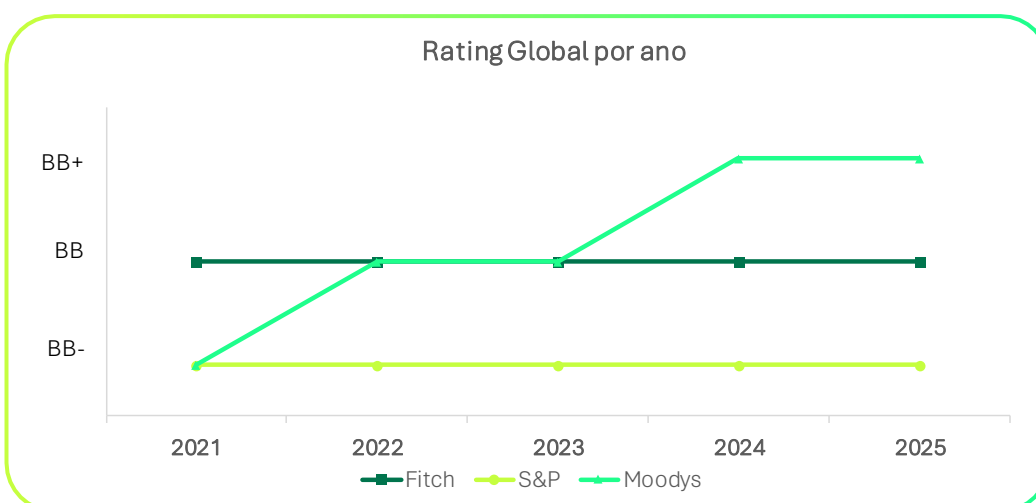
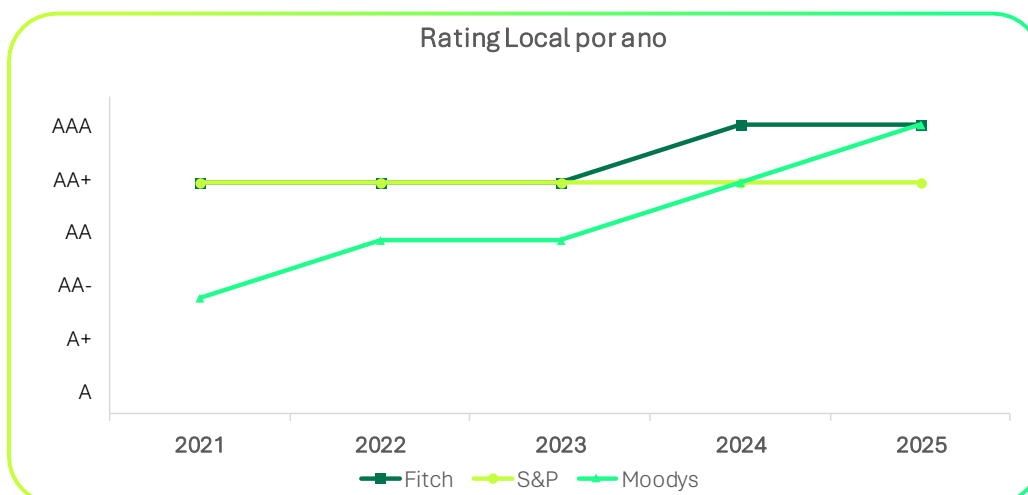
respectivamente, e 12,99% a.a. e 7,77% a.a., respectivamente, em 31 de dezembro de 2024, devido às condições de mercado.

Com relação ao risco de crédito corporativo, as principais agências de classificação de risco avaliam os ratings da Cemig de maneira consolidada, ou seja, a Cemig, Cemig D e Cemig GT possuem as mesmas notas nas avaliações de cada agência.

Com relação aos ratings locais, a Fitch manteve o rating da Cemig em AAA, enquanto a Moody's elevou, em agosto de 2025, o rating de AA+ para AAA. Por fim, em 2025 a Standard & Poor's manteve o rating AA+, com perspectiva positiva. Dessa forma, todas as agências mantiveram ou elevaram sua visão positiva de crédito consolidada sobre a Cemig, refletindo sua diversificada operação, gestão financeira adequada, com melhoria do perfil de liquidez e melhora dos indicadores de desempenho operacionais.

Com relação aos ratings globais, a Fitch, Standard & Poor's e Moody's reafirmaram as notas BB, BB- e Ba1, respectivamente.

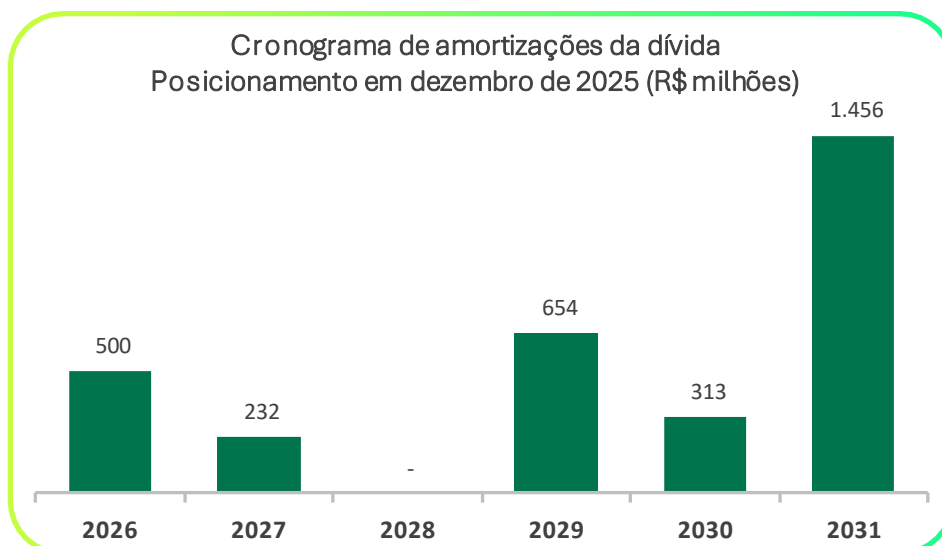
A tabela a seguir apresenta a posição de *rating* da Cemig nas três principais agências:



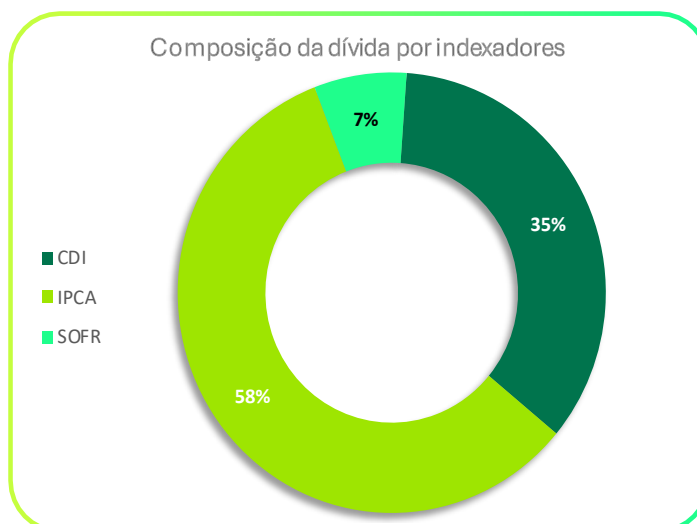
Os detalhes sobre as debêntures emitidas pela Cemig GT, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na [nota explicativa nº 15](#) das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025.

A Companhia conta com covenants financeiros, atrelados às emissões de debêntures, relacionados ao seu endividamento e distribuição de dividendos. O endividamento bruto da Cemig (consolidado) é R\$3.155 milhões em 31 de dezembro de 2025.

O cronograma de amortizações da dívida e a composição da dívida da Companhia por indexadores, em 31 de dezembro de 2025, é conforme segue:



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um hedge natural, dado que a receita de sua atividade, por meio de seus contratos de distribuição, transmissão e comercialização, possui, em grande parte, correção por esse mesmo índice. Do outro lado, o caixa da Companhia é corrigido pelo CDI, produzindo um efeito similar.



Administração de capital

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida ajustado.

A dívida líquida consolidada da Companhia é conforme segue:

R\$ Milhões	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e debêntures (nota 15)	3.155	1.032
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 12)	(226)	(234)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 13)	(238)	(309)
(-) Instrumento derivativo de hedge (nota 19)	9	-
Dívida líquida	2.700	489
Lajida ajustado (1)	2.351	2.572
Dívida líquida / Lajida ajustado	1,15	0,19

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado.

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

R\$ Milhões	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Total do passivo	8.261	5.999
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(226)	(234)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 5)	(238)	(224)
Passivo líquido	7.797	5.541
Total do patrimônio líquido	10.892	11.665
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	0,72	0,48

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2026, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2025, no montante de **R\$1.817 milhões**, acrescido dos saldos de realização do custo atribuído do imobilizado e do ajuste de avaliação atuarial do benefício de pós-emprego:

- **R\$87 milhões** sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- **R\$1.048 milhões** sejam destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios, conforme abaixo:
 - **R\$927 milhões** por meio de juros sobre o capital próprio (JCP);
 - **R\$121 milhões** para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- **R\$74 milhões** sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de **Reserva de Incentivos Fiscais**, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene; e
- **R\$448 milhões** sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de **Reserva de Retenção de Lucros**, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2026, conforme orçamento de capital.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Investimentos em geração de energia elétrica e geração distribuída

Cemig SIM

A Cemig SIM faz parte do Grupo Cemig e tem por objeto, dentre outras atividades, formatar negócios e desenvolver soluções associadas à micro e minigeração distribuídas de energia elétrica, incluindo a prestação de serviços de gestão, por meio das modalidades autoconsumo remoto e geração distribuída compartilhada, com a formação e gestão de Consórcios constituídos para este fim.

Em 2025, investiu aproximadamente **R\$361 milhões** em aquisições e desenvolvimento de usinas de geração de energia solar fotovoltaica.

A Cemig SIM atingiu a marca de **54 mil unidades** consumidoras de energia solar por assinatura em 2025. A empresa está buscando expandir sua capacidade instalada alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig, prospectando o desenvolvimento de novos projetos e planeja investir, no período entre 2026 e 2027, o equivalente a **R\$155 milhões** no segmento de geração distribuída.

Modernização da UHE Salto Grande

Em alinhamento com a iniciativa estratégica de elevar a eficiência operacional dos ativos, serão investidos cerca de **R\$250 milhões** na reforma e modernização da Usina Hidrelétrica de Salto Grande. Com Potência Instalada de 102MW, a usina está localizada no leste do estado de Minas Gerais e sua modernização visa garantir as condições de operação, segurança e fornecimento de energia para a região conforme requisitos do contrato de concessão. A contratação do fornecedor já foi realizada. O empreendimento está em fase de elaboração de projetos executivos dos novos equipamentos e sistemas e a parada da primeira unidade geradora está prevista para junho de 2026.

Hidrelétrica Pipoca S.A.

Em 14 de agosto 2025, foi exercido o Direito de Preferência pela Companhia para a aquisição de 51% das ações da Hidrelétrica Pipoca S.A. ("PCH Pipoca") detidas pela Serena Geração S.A. ("Serena Geração"), subsidiária integral da Serena Energia S.A. ("Serena Energia"). O referido Direito de Preferência, conforme regulado no Acordo de Acionistas, a ser efetivado, após leilão de Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA") da Serena Energia, essa concluída em 18 de novembro 2025, bem como ao cumprimento de condições precedentes usuais em operações dessa natureza, como CADE e ANEEL.

Investimentos em transmissão

LT Verona

A Cemig GT, por meio da sua subsidiária integral Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (Centroeste) está investindo cerca de **R\$220 milhões** na implantação da LT 230 kV Governador Valadares 6 – Verona. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas à regularização fundiária, licenciamento ambiental e elaboração do projeto executivo. O prazo de implantação da linha de transmissão é de 60 meses a partir da assinatura do contrato de concessão, realizada em março de 2023. Até 31 de dezembro de 2025 foram investidos **R\$74 milhões** pela Centroeste.

Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita

Em 26 de fevereiro de 2025, a Cemig GT assinou o Contrato de Compra e Venda de Ativos (CCVA) para aquisição da totalidade do capital social da Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita (ETTM) de propriedade do Grupo Fram Capital. Em 29 de janeiro de 2026 a Cemig GT concluiu a aquisição da totalidade do capital social da ETTM.

O preço negociado foi de **R\$30 milhões** e a RAP dos ativos é de R\$5,7 milhões. Os ativos de transmissão da ETTM estão conectados na Rede Básica de 230 kV de propriedade da Cemig, localizados na região do Vale do Aço, em Minas Gerais.

A aquisição está em linha com o Planejamento Estratégico da Cemig, que prevê o investimento em ativos de transmissão no estado de Minas Gerais.

Em 29 de janeiro de 2026 a Cemig GT concluiu a aquisição da totalidade do capital social da ETTM.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A *KPMG Auditores Independentes Ltda.* presta serviços de auditoria independente para a Companhia e suas controladas desde abril de 2022. Serviços como, auditoria das demonstrações financeiras anuais e intermediárias e revisões de suas respectivas traduções ao inglês, relatórios sobre controles internos, revisão tributária (*tax compliance*), auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, e auditoria do relatório de controle patrimonial. O contrato vigente possui duração de 60 (sessenta) meses, com previsão de reajuste anual limitado à variação obtida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA/ IBGE.

Em 2025, por competência, a KPMG fez jus a receber o montante de R\$1,9 milhões pelo contrato recorrente de auditoria.

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

Destaca-se que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pelo Comitê de Auditoria, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resoluções CVM nº 23/2021 e 80/2022 e alterações.

SUSTENTABILIDADE

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação. Por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação, em 1999.

Em 2025, a Cemig foi umas das 30 empresas reconhecidas pela sua presença simultânea nos três principais índices de ESG da B3, a bolsa de valores brasileira, sendo eles: o **ISE B3** (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reconhece empresas que aderem às melhores práticas de sustentabilidade do mercado; o **ICO2 B3**, que seleciona empresas pelo seu comprometimento com a eficiência na gestão de gases de efeito estufa; e o **IDIVERSA B3**, que reconhece as empresas cujo quadro de funcionários (incluindo liderança, Conselho e Diretoria Estatutária) mais se aproxima da população brasileira, conforme dados do IBGE em termos de gênero e raça. Além disso, a Cemig foi selecionada na “**A List**” (empresas que lideram a atuação em mudanças climáticas) do **Carbon Disclosure Project - CDP Climate Change 2025**, um dos mais importantes indicadores globais de avaliação de comprometimento com as questões de sustentabilidade ambiental, como baixa emissão de carbono.

Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*)

Com base em seu Planejamento Estratégico, a Cemig elaborou o Plano de Sustentabilidade 2024-2029, visando integrar práticas sustentáveis em suas operações e fortalecer a governança corporativa. A partir de um estudo de tendências corporativas e definição dos temas mais relevantes para a Cemig, foram estruturados os pilares estratégicos, iniciativas e metas de curto, médio e longo prazo.

O plano, portanto, orienta a criação de programas, metas e indicadores, além de definir ações e alocação de recursos para alcançar os objetivos propostos.

Entre os principais objetivos da Cemig estão a criação de valor para as partes interessadas, a identificação de riscos e oportunidades, e a integração de princípios sustentáveis à cultura organizacional. A Companhia também busca identificar gaps e pontos de melhoria nas áreas socioambiental e de governança, reforçando sua posição de liderança no setor ao adotar as melhores práticas. A comunicação eficaz dessa estratégia, com transparência, é outro foco, agregando valor à marca e à reputação da Cemig, e assegurando que todas as ações estejam em sintonia com os interesses das partes envolvidas.

No âmbito do Plano de Sustentabilidade da Companhia, destacam-se os seguintes compromissos públicos que serão cumpridos por meio de iniciativas estratégicas e



monitorados por indicadores e metas corporativas.



Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho anual da Cemig, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Cemig e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos: desempenho ambiental, social e de governança.

Desempenho Ambiental

A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental. A Companhia possui uma política ambiental, disponível publicamente, que orienta sobre a inclusão de aspectos ambientais nos processos decisórios da Companhia e estabelece o respeito ao meio ambiente como um valor que deve ser praticado por todos os empregados e outras partes interessadas que atuem em seu nome, incluindo seus fornecedores.

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP, instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e estados divulgarem seu

impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

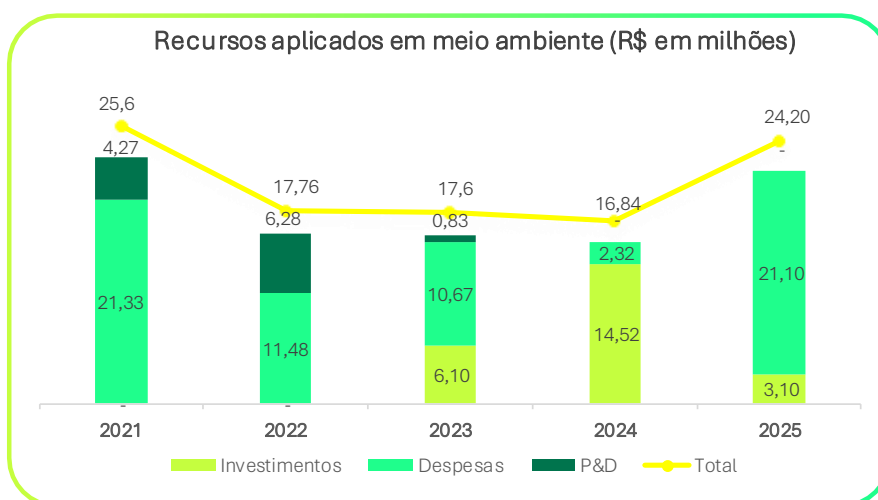
A Cemig desenvolveu e emprega diversos índices internos para mensurar e monitorar a sua performance ambiental:

Índice de Cumprimento de Condicionante (ICC): avalia o cumprimento das exigências ambientais anualmente, respeitando os prazos e as definições impostas pelos órgãos ambientais. Assim, busca-se garantir a conformidade ambiental dos empreendimentos da Cemig Geração e Transmissão.

Índice de Cumprimento de Compensação Florestal (ICCF): mede o cumprimento anual das compensações florestais estabelecidas em licenças ambientais ou em atos autorizativos que são relacionados à reconstituição da flora.

Índice de licenciamento ambiental para operação de instalação da geração e da transmissão (ILOI): expressa o percentual das instalações da Cemig G e T, em operação, que apresentam licença ambiental em vigor.

Os investimentos realizados pela Companhia em meio ambiente estão demonstrados na sequência.



Em 2025, a Cemig GT aplicou aproximadamente **R\$24,20 milhões** de reais em meio ambiente, dos quais cerca de **R\$21 milhões** envolveram despesas em execução de atividades ambientais relacionadas por exemplo, a programas de educação ambiental, recomposição florestal, recuperação de áreas degradadas, gestão de resíduos sólidos e efluentes, monitoramento de qualidade de água e de peixes no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos.

Em relação ao ano anterior, 2024, os valores tiveram uma alta de quase 8 milhões considerando a ampliação dos esforços na realização de estudos ambientais que subsidiem os licenciamentos corretivos em andamento para vários empreendimentos.

Biodiversidade

A Cemig busca adotar práticas ambientais rigorosas para gerenciar os impactos sobre a biodiversidade. Em cada empreendimento e unidade operacional com potencial de impacto, são realizados estudos especializados que avaliam os efeitos das atividades sobre o meio ambiente e definem programas para prevenir, mitigar, reabilitar ou compensar impactos negativos, conforme a hierarquia de mitigação. Além disso, a Companhia trabalha para identificar e potencializar os impactos positivos de suas operações.

Esses estudos utilizam metodologias que consideram fatores como a magnitude, frequência, abrangência e reversibilidade dos impactos. Para isso, analisam-se as características específicas das áreas de operação e seus arredores, além de aspectos como fauna, flora, relevo e recursos hídricos. Essa abordagem garante que as ações sejam adequadas às peculiaridades de cada local, proporcionando uma gestão ambiental eficaz e responsável.

Embora a utilização de energia elétrica pela sociedade não gere riscos significativos para a biodiversidade, a Cemig dedica atenção aos possíveis impactos ambientais associados à sua cadeia de fornecimento. Para minimizar esses efeitos, a Política de Biodiversidade da Companhia estabelece a prioridade por fornecedores comprometidos com a conservação dos ecossistemas naturais. Esse critério é monitorado ao longo da cadeia de suprimentos, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis.

A conformidade legal é outro ponto crítico na gestão da biodiversidade. O não cumprimento de prazos, exigências de licenciamento ou condicionantes ambientais pode resultar em multas, paralisações de operações, perdas de receita e até a suspensão de licenças ambientais. Por isso, a Cemig realiza um monitoramento contínuo dos aspectos ambientais relevantes, incluindo projetos de pesquisa e programas específicos relacionados à fauna terrestre, ictiofauna (peixes) e reflorestamento, entre outros.

Essas ações estão alinhadas ao modelo de governança e gestão de riscos corporativos da Companhia, baseado no “Modelo das Três Linhas”. Esse modelo distribui de forma clara as responsabilidades pela gestão de riscos. Na primeira linha, os gestores e empregados das áreas de negócios lideram as ações de controle e aplicação de recursos, garantindo que os objetivos corporativos sejam alcançados com segurança e sustentabilidade.

Diagrama de três linhas de defesa



Por meio dessa estrutura robusta e de uma abordagem baseada em estudos científicos, a Cemig não apenas assegura a conformidade com a legislação ambiental, mas também contribui para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade das suas operações, reforçando seu compromisso com a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável.

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de eletricidade da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso, sendo a gestão e a conservação da água assuntos de alta relevância para a Cemig, com gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

 **Água é a principal matéria-prima da Cemig**

 **100% dessa água**
retorna ao seu curso d'água

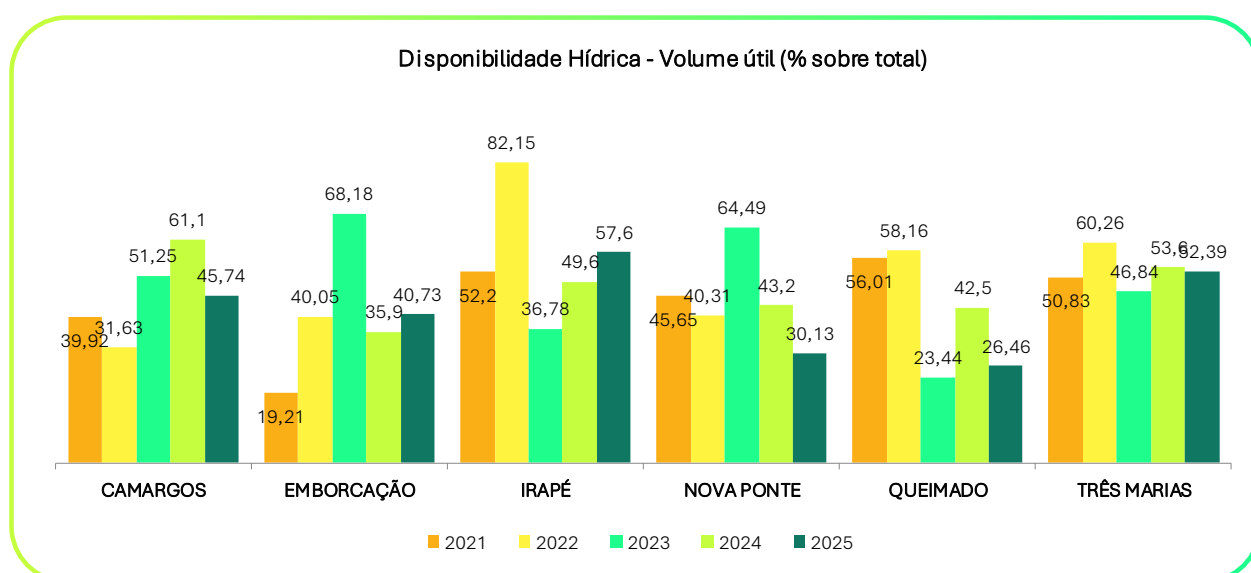
O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida nos períodos chuvosos 2020/2021 e 2021/2022), o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu website e no **aplicativo PROX** (ferramenta para divulgação dos dados operativos e de gestão de riscos de emergência), os dados diários operativos e hidrológicos dos seus reservatórios. A ferramenta está disponível para download nas plataformas iOS e Android dos smartphones.

O ano de 2025 foi caracterizado por ter sido de operação normal da maioria dos reservatórios das grandes hidrelétricas localizadas na região centro-sul do país, com vazões assumindo patamares satisfatórios, tanto no período seco como no período chuvoso, muito decorrente da recuperação de armazenamento ocorrido no ano de 2024. No início do ano de 2025, o Operador Nacional do Sistema (ONS), em seus estudos energéticos identificou uma probabilidade de redução da recuperação dos níveis de armazenamento dos reservatórios ao fim do ano de 2025, dentro do período de cheias 2025/2026, o que realmente se consolidou, a partir de outubro 2025 com um fraco início do período chuvoso.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em 31 de dezembro de 2025, comparado com a mesma época de anos anteriores.



Áreas protegidas

Em todo o território onde atua, a Cemig mantém e restaura áreas de grande importância ecológica, cuidando dos ecossistemas e contribuindo para a recuperação de ambientes impactados pelas atividades humanas. Entre os destaques estão três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), criadas e mantidas pela Companhia em diferentes regiões de Minas Gerais. Juntas, essas áreas somam mais de 4.400 hectares de vegetação nativa protegida. São elas: a RPPN Fartura, em Capelinha-MG (1.455 hectares), a RPPN Galheiro, em Perdizes-MG (2.695 hectares), e a RPPN Usina Coronel Domiciano, entre os municípios de Muriaé e Rosário da Limeira (263,56 hectares), que inclui a PCH Coronel Domiciano. Essas áreas não apenas protegem a vegetação e fauna local, mas também funcionam como espaços para pesquisas científicas e educação ambiental, além de servirem de refúgio para animais.

Além das reservas, a Cemig conduz uma série de ações de recuperação de áreas degradadas, totalizando milhares de hectares restaurados em diferentes regiões de Minas Gerais e em outros estados. Essas ações incluem desde o plantio de mudas nativas até o uso de técnicas inovadoras, como os “núcleos de Anderson” – pequenos agrupamentos de espécies vegetais que aceleram o processo de regeneração natural.

A Cemig também renovou a sua parceria com o Pakre, projeto que atua na preservação de nascentes e na recuperação de matas ciliares e áreas degradadas da bacia do Rio das Mortes, um dos afluentes do Rio Grande, em Minas Gerais. A parceria prevê a doação de mudas produzidas pela Estação Ambiental de Itutinga (EAIT), pertencente a companhia. Por meio de um trabalho em conjunto com produtores rurais, o Projeto Pakre já realizou o plantio de 10.310 mudas nativas doadas pela Cemig.

As ações de recomposição ambiental também são estendidas a diversas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), com projetos técnicos específicos para reconstituir a flora nativa em áreas que antes sofreram interferência. Embora muitas dessas iniciativas ainda estejam em fase de manutenção e avaliação, os primeiros resultados já demonstram a capacidade de resiliência dos ecossistemas quando bem manejados.

Outro importante instrumento de conservação é o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (Pacuera), que já foi elaborado para 30 usinas da Companhia. A implementação desse plano conta com o apoio de comitês de gerenciamento participativo, formados por moradores, lideranças locais e o empreendedor. Juntos, eles definem e executam ações como plantios, oficinas educativas e campanhas de conscientização sobre a importância da preservação ambiental, principalmente no entorno do reservatório.

Com essas ações, a Cemig trabalha de forma integrada e proativa para proteger tanto o meio ambiente quanto a qualidade do serviço prestado à sociedade, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e contribuindo para a preservação da biodiversidade.

Cuidados com a fauna

A Cemig adota medidas abrangentes para a conservação da fauna terrestre, semiaquática e aquática em todas as áreas sob sua influência. A Companhia desenvolve programas ambientais específicos que visam minimizar os impactos de suas operações e promover a preservação das espécies. Esses programas incluem o monitoramento de longo prazo dos animais e, no caso, das espécies terrestres e semiaquáticas busca compreender os locais utilizados para alimentação, construção de ninhos e abrigo, bem como os fatores ecológicos essenciais para a manutenção de populações saudáveis.

A construção de usinas hidrelétricas altera significativamente o ambiente natural. Ao transformar trechos de rios em reservatórios, há mudanças na dinâmica das águas e impactos sobre a biodiversidade.

O enchimento dos reservatórios pode eliminar matas ripárias e áreas preservadas no entorno do leito dos rios, afetando diretamente a fauna terrestre e semiaquática. No caso dos peixes (fauna aquática), a construção dos barramentos modifica a condição do rio transformando a água corrente (lótica) do rio em água parada (lética) do reservatório, podendo eliminar sítios

vitais, como os de desova e berçários, fundamentais para a reprodução e desenvolvimento das espécies. Algumas espécies, adaptadas a ambientes de águas correntes, evitam habitar os reservatórios formados, resultando em mudanças na composição da ictiofauna.

Por sua dependência dos recursos hídricos, a Cemig reconhece a importância de gerenciar os impactos ambientais em cursos d'água, especialmente aqueles que afetam a ictiofauna. A construção e operação de uma usina geram a regulação do fluxo de água, podendo reduzir a intensidade e a duração das cheias naturais, prejudicando a desova e o desenvolvimento dos peixes, especialmente em planícies de inundação. Além disso, muitos peixes tendem a se concentrar no canal de fuga das usinas, o que aumenta o risco de mortalidade por aprisionamento, choque mecânico e descompressão.

Para lidar com esses efeitos, a Cemig implementou uma instrução de serviço específica que abrange todas as suas usinas, detalhando responsabilidades e ações para evitar e mitigar impactos com a ictiofauna. A iniciativa mais abrangente da Cemig para a proteção da ictiofauna é o Programa Peixe Vivo, criado em 2007 para minimizar impactos sobre os peixes e buscar soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas.

Peixe Vivo

O programa busca desenvolver e aplicar soluções técnicas e estratégias de manejo que reduzam os impactos das usinas hidrelétricas, ao mesmo tempo em que amplia o conhecimento científico sobre os ecossistemas aquáticos. Em 2025 o investimento com projetos de pesquisa e com manejo da ictiofauna foi na ordem de R\$5,1 milhões.

Ele é organizado em três pilares complementares:

- O primeiro reúne os programas de conservação e manejo, voltados à adoção de boas práticas operacionais e ao monitoramento sistemático dos riscos. Nesse contexto, destaca-se o Programa de Avaliação de Risco de Morte de Peixes nas Usinas Hidrelétricas do Grupo Cemig, que acompanha periodicamente a densidade de peixes e as condições ambientais nas áreas a jusante dos empreendimentos.
- O segundo pilar concentra as ações de pesquisa e desenvolvimento, responsáveis por gerar conhecimento técnico e científico que subsidia decisões mais eficazes de conservação.
- Já o terceiro pilar é dedicado ao relacionamento com a comunidade, promovendo a divulgação das ações, o diálogo com a sociedade e a conscientização sobre a importância da preservação dos peixes e dos rios.

Os resultados dessas iniciativas se refletem na redução expressiva dos registros de mortandade de peixes ao longo dos anos, na diminuição de autuações ambientais e no aprimoramento contínuo dos programas de monitoramento da fauna aquática. Para acompanhar de forma objetiva os impactos associados à operação das usinas, o Programa Peixe Vivo instituiu o indicador de Biomassa Afetada (BA). Esse indicador corresponde à soma da biomassa, em quilogramas, dos peixes mortos em decorrência direta das atividades de operação e manutenção das estruturas hidrelétricas. Os limites anuais do indicador foram definidos com base na análise histórica das ocorrências ambientais e são progressivamente

reduzidos ao longo do tempo, reforçando o compromisso da Cemig com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e com a proteção da ictiofauna.

O Programa Peixe Vivo possui 23 projetos científicos em seu portfólio, que contaram com a participação de 434 empregados, pesquisadores e estudantes, resultando em mais de 860 publicações. Durante o exercício de 2025 não houve projetos em execução, porém, usando resultados de projetos realizados em anos anteriores houve a publicação de 24 produtos científicos (06 artigos científicos, 17 resumos ou informes técnicos e 01 monografia) relacionados aos projetos ou ações do Programa Peixe Vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 16 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2025.

O programa já reduziu em até 77% a biomassa de peixes afetada em ocorrências registradas nas usinas e diminuiu em 99,7% perdas financeiras com multas ambientais por morte de peixes, fruto de monitoramento contínuo, inovação tecnológica e engajamento de equipes multidisciplinares. Para o ano de 2025 o limite do indicador de Biomassa Afetada era de 806kg, e as ocorrências no ano totalizaram 196,5 kg, ficando abaixo do limite estabelecido. Em uma análise histórica (considerando dados desde 2001), em 2025 foi possível alcançar uma redução de quase 38% na média mensal das mortes de peixes nas usinas hidrelétricas do Grupo Cemig.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, desde 2022, a Cemig aderiu à iniciativa global, Movimento Ambição Net Zero e do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando o compromisso firme da Companhia com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Companhia dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Companhia.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Em 2025, a Cemig foi reconhecida pelo segundo ano consecutivo na *A List* de Mudanças Climáticas do Carbon Disclosure Project (CDP), uma das mais importantes referências globais em transparência ambiental. A empresa obteve pontuação máxima em 10 dos 16 critérios avaliados. A Cemig foi incluída novamente no Carbon Clean 200, ranking global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa.

Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos da Cemig D e GT no Centro de Logística Reversa (CLR), a partir desse ponto a Superintendência de Logística é responsável pelo processo de destinação final do resíduo.

As atividades de manutenção das linhas e redes de distribuição são responsáveis pela maior parte da geração de resíduos, sendo os resíduos oleosos e contaminados por óleo mineral isolante a parcela principal de resíduos perigosos gerados pela Companhia. Para redução do impacto, são adotados procedimentos com o intuito de reduzir o vazamento de óleos em equipamentos e a reciclagem do óleo mineral isolante como destinação, priorizando o seu reuso após regeneração.

A maior parte dos resíduos da Cemig possui valor comercial e é constituída principalmente de sucata metálica, cabos, fios e postes. São adotados procedimentos para o manuseio, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, a fim de garantir que as atividades da Cemig não resultem em impactos a saúde humana e ao meio ambiente.

No exercício de 2025, foram encaminhadas para destinação final aproximadamente 56,7 mil toneladas de resíduos industriais. Materiais oriundos de manutenções e ampliações do parque elétrico da Cemig, compostos pelos sistemas de geração, transmissão e distribuição. Uma característica comum dos resíduos gerados pela Cemig, são seus altos níveis de reaproveitamento, pois, grande parte dos resíduos gerados são metálicos: cabos, equipamentos elétricos, transformadores, ferragens, estruturas, materiais diversos com alto teor de cobre, ferro e alumínio em suas composições.

Do total de resíduos gerados, cerca de 56 mil toneladas foram alienadas ou recicladas. Com a alienação de sucata, e óleo usado, a Cemig obteve uma receita bruta de R\$38 milhões. Além disso, 40,78 toneladas de resíduos industriais foram coprocessados. Vale destacar que o nosso índice de reaproveitamento e reciclagem segue em um patamar consideravelmente elevado. Dos resíduos gerados pelo sistema elétrico da Cemig, 97,94% passam por processos de reciclagem e reaproveitamento.

No ano de 2025, foram destinadas 178,7 toneladas de resíduos contaminados por PCB. O processo possui uma robusta gestão de controle e verificação. Pois esse resíduo tem alto grau de periculosidade para o meio ambiente e a sociedade.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, seguindo normas internas e a legislação ambiental vigente. Com isso a Cemig garante que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

Por meio do curso de Eletricista de Linhas e Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica, mais de 800 jovens já foram qualificados. Além da formação técnica, o programa também tem sido porta de entrada para o mercado de trabalho. Jovens que concluem a capacitação com sucesso podem ser admitidos pela própria Cemig, por meio de concursos públicos, ou ainda contratados por empresas prestadoras de serviço da Companhia.

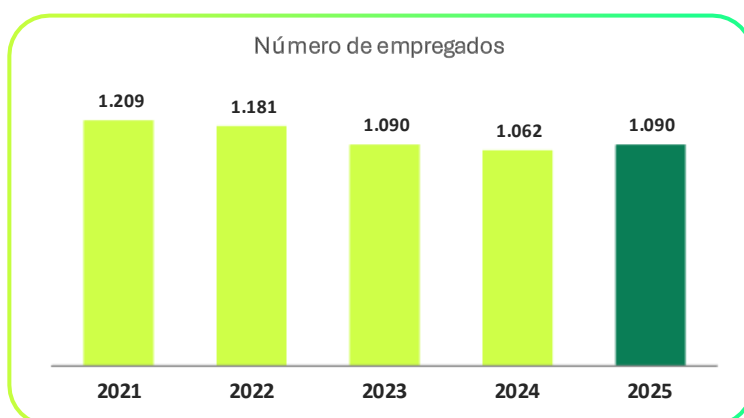
Responsabilidade social

Outro ponto de destaque é o incentivo à diversidade e inclusão. Há vagas reservadas para o público em situação de vulnerabilidade, com foco em promover a equidade e a mobilidade social. Além disso, 50% das vagas são destinadas ao público feminino, medida que tem contribuído para romper barreiras históricas no setor elétrico. No primeiro semestre de 2025, por exemplo, 67 mulheres foram matriculadas entre os 139 aprendizes, o que evidencia o avanço na representatividade de gênero em um ambiente profissional tradicionalmente masculino.

Além de formar profissionais, a iniciativa tem sido um ponto de virada para jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo a chance de reescreverem suas histórias e conquistarem uma vida mais digna para si e suas famílias.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Companhia segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução em seu quadro de pessoal, conforme apresentado no gráfico ao lado.



Em 2025, a Companhia admitiu 77 novos empregados, objetivando o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Capacitação e desenvolvimento

A Cemig considera seus empregados como parceiros estratégicos no cumprimento de sua missão, responsáveis pela sustentabilidade econômica, técnica social e ambiental. Dessa forma, promove a capacitação e o desenvolvimento contínuo, com o objetivo de aprimorar suas competências e promover seu crescimento profissional e pessoal.

Após a contratação dos profissionais, a Companhia disponibiliza um portfólio de treinamentos de cunho técnico, comportamental e de gestão, com o objetivo de que cada colaborador possa desenvolver seus conhecimentos para o exercício de sua função e progressão de carreira.

O desenvolvimento da liderança é um fator determinante para a sustentabilidade organizacional, especialmente em empresas de grande porte como a Cemig, onde a capacidade de orientar pessoas, mobilizar equipes e conduzir processos complexos impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados e a consolidação da cultura corporativa. Nesse contexto, a companhia implementará um novo Programa de Desenvolvimento da Liderança em parceria com a uma instituição reconhecida pela excelência em formação executiva. O programa contará com a organização de turmas específicas para supervisores, gerentes e superintendentes, garantindo que cada nível receba conteúdos e abordagens alinhados às suas responsabilidades e desafios. A iniciativa tem previsão de continuidade até 2028, permitindo que os líderes da empresa sejam contemplados ao longo do período e fortalecendo, de maneira progressiva e estruturada, a atuação estratégica da liderança na Cemig.

Saúde, higiene e segurança do trabalho

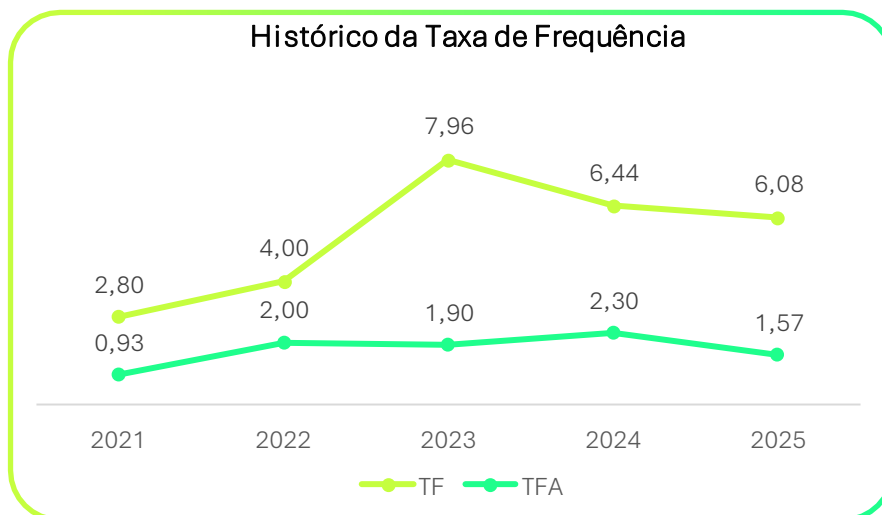
A proteção de toda sua força de trabalho é ponto central da atuação da Cemig, reafirmado pelo valor de **“Respeito à vida”** do seu Código de Conduta, alinhada à Política de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Bem-estar.

A Cemig adota uma abordagem abrangente para prevenir e mitigar impactos significativos na saúde e segurança do trabalho, que estão diretamente ligados às suas operações, produtos e serviços, assim como às suas relações de negócios.

Durante todo o ano de 2025, continuaram a ser adotadas pela nossa força de trabalho, ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas **Taxa de Frequência de Acidentes (TF)** e **Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA)**, apresentamos os dados de 2025 e dos últimos 5 anos.

Comparando com o ano de 2024, tivemos uma redução na TF, e uma pequena elevação na TFA, evidenciando uma ligeira estabilização, porém, em relação aos últimos 5 anos, houve um declínio nas taxas. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a manter a tendência de redução do TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.



Comparando com o ano de 2024, tivemos uma redução tanto na TF, quanto na TFA. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a manter a tendência de redução do TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Cultura organizacional

A Cemig vem passando por uma evolução da sua cultura, em especial, a cultura de cliente, um dos direcionadores do seu planejamento estratégico. A empresa ajustou suas lentes para trabalhar, em 2025, com o desenvolvimento desse direcionador de forma mais específica, frente aos desafios que já surgem em um horizonte próximo, no qual deixa de ter consumidores cativos para receber clientes que vão poder escolher de qual empresa consumir a energia.

A Cemig conta com 5 mil empregados próprios e quase 15 mil terceirizados, sendo que, desse total, 60% têm interface com clientes nas áreas de distribuição e comercialização.

A gestão do cliente direto é de responsabilidade da Cemig Distribuição e a operação de todos esses Postos de Atendimento é realizada pelo parceiro estratégico, fruto do **Projeto Cliente+**. O atendimento ao cliente da Cemig possui canais digitais e 777 postos de atendimento espalhados pelos 774 municípios de sua área de concessão. E, na comercialização, centenas de parceiros vendem energia no Mercado Livre em nome da companhia.

O cenário de abertura de mercado de energia elétrica a partir de janeiro de 2024 imprime um novo contexto para o setor energético, permitindo que todos os clientes atendidos em alta tensão (AT) possam escolher seus fornecedores de energia elétrica. Em 2026, está prevista a abertura de mercado para os clientes atendidos em baixa tensão (exceto Classe Residencial e Rural), sendo possível a abertura total desse mercado livre até 2030.

Essa transformação do setor energético, de um serviço básico para uma experiência focada no cliente, é tanto um desafio quanto uma oportunidade para as empresas se adaptarem ao novo

dinamismo de mercado. Iniciativas importantes, como investimentos em infraestrutura, melhorias de processos e desenvolvimento de tecnologias têm avançado na Cemig. No entanto, não estavam sendo percebidas pelos clientes a ponto de contribuírem para a melhoria da satisfação com os serviços e reputação da empresa.

Foi diante desse cenário que a empresa iniciou, em outubro de 2024, a primeira etapa do Projeto Cultura de Cliente, hoje chamado de **Cliente em Foco**.

Projeto Cliente em Foco

Nessa fase, o trabalho de desenvolvimento foi focado e envolveu diretamente mais de 400 líderes, desde a construção da cultura desejada até o desenvolvimento de competências para o processo de sua internalização e sustentação. Os objetivos foram:

- **Definir a Cultura** com foco no Cliente que sustentaria as estratégias para o novo cenário e geração de resultados excepcionais;
- **Desenvolver e robustecer a liderança** para modelar as pessoas e equipes para a prática da Cultura com foco no Cliente;
- **Envolver e mobilizar todos os empregados**, próprios e terceirizados para a prática da Cultura com foco no Cliente.

Assim, para sustentar a ambição de “ser referência em satisfação do cliente”, o projeto foi estruturado em duas grandes frentes: Capacitação e Comunicação Interna.

Durante o ano de 2025, a liderança teve a oportunidade de passar por trilhas de aprendizado que exploraram conteúdos sobre como ser um líder Cemig, que estimula e mobiliza times para atuar com excelência, tanto para atender o cliente externo como também para trabalhar em prol dele, ao colaborar com os clientes internos.

Como verificação do resultado desse trabalho, os líderes foram convidados a compartilhar com seus times o “jeito de ser e fazer da Cemig”, de manter o cliente sempre em foco, como base para a nossa cultura organizacional. Essa definição orienta nossas decisões e ações, gerando valor e fortalecendo as relações de confiança, garantindo que cada desafio seja transformado em oportunidade para evoluir e gerar experiências únicas.

Diversidade

A Cemig tem se empenhado em promover a valorização da diversidade e a inclusão em sua cultura organizacional, por meio de sua **Política de Valorização da Diversidade e Inclusão**, que tem como diretriz o respeito às pessoas e a valorização das diferenças e da individualidade de cada um.

A Companhia busca criar um ambiente de trabalho livre de preconceitos, alinhado ao seu **Código de Conduta e ao Compromisso com os Direitos Humanos**. Desde 2019, a Cemig conta com o **Grupo de Valorização da Diversidade**, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial, composto por representantes de diversas áreas. Esse grupo tem a responsabilidade de identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade no quadro funcional.

A Cemig possui metas de médio e longo prazos, aprovadas pela Alta Liderança. Essas metas refletem o compromisso da Companhia em buscar uma representatividade que seja mais condizente com a sociedade brasileira em todas as suas hierarquias.

METAS DO PROGRAMA DE DIVERSIDADE



- Ter 25% de mulheres em cargos de gerência/superintendência em todas as diretorias até 2026.
- Ter 15% de mulheres em cargos de supervisão até 2026.
- Ter 6% de pessoas com deficiência até 2030.
- Aumentar o percentual de gerentes/superintendentes da geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar o percentual de supervisores da geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar para 55% a representatividade de pessoas negras até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de gerência/superintendência até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de supervisão até 2030.
- Aumentar a percepção/favorabilidade no recorte LGBTQIAP+ para 70% até 2026.
- Aumentar o percentual de aliados a causa LGBTQIAP+.
- 30% dos candidatos a posição de liderança devem pertencer aos grupos minorizados até 2026.

Uma das iniciativas importantes da Cemig, no que diz respeito à diversidade, foi a nomeação de três mulheres para cargos de livre nomeação e exoneração na Diretoria Executiva, o que representa uma ação significativa para aumentar a representatividade feminina na liderança. A Companhia também busca alternativas para aumentar a participação de outros grupos minorizados em seu quadro de empregados, ampliando sua abordagem sobre diversidade e inclusão.

Nos últimos anos, a Cemig ampliou a presença de mulheres em posições de liderança (alcançando 21% nos cargos de gerência e superintendência e 8% na supervisão) e elevou a participação de pessoas negras no quadro geral para 42%. Também avançou na representatividade da geração Y em posições estratégicas e consolidou ações estruturantes, como a adoção do nome social em sistemas internos, a implementação de cotas em concursos públicos, a ampliação da acessibilidade física e digital e o fortalecimento dos Grupos de Afinidade, que promovem diálogo e letramento contínuo sobre gênero, raça, pessoas com deficiência e população LGBTI+.

A **Política de Valorização da Diversidade e Inclusão** da Cemig conta com a diretriz de “Respeitar as pessoas, valorizando as diferenças e a individualidade de cada um, criando um ambiente livre de preconceitos”.

Política de equidade

A Cemig adota uma estratégia de remuneração que busca garantir equidade interna e competitividade externa, com base em pesquisas salariais de mercado realizadas periodicamente. O objetivo é manter um equilíbrio justo entre os salários pagos pela Companhia e as práticas do mercado, considerando tanto o setor de energia quanto o mercado

em geral. Para apoiar essa estratégia, a Diretoria Executiva, com o apoio de consultorias externas especializadas, toma decisões alinhadas ao planejamento estratégico.

A Cemig prevê remunerações iguais para cargos de mesma natureza, independentemente de gênero. Qualquer diferença salarial observada é explicada por fatores como promoções anteriores ou adicionais relacionados à função, como periculosidade.

Quantidade e proporção de mulheres contratadas

Níveis hierárquicos	2025		2024		Variação
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	
Nível técnico	58	9,50%	55	9,18%	5,5%
Nível universitário	115	24,00%	93	23,25%	23,7%
Liderança	11	18,52%	11	17,46%	0,0%
Total	184		159		15,7%

Quantidade e proporção de mulheres na administração

Administração	2025		2024		Variação
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	
Conselho de administração	-	0,00%	-	0,00%	0,0%
Conselho fiscal	1	3,57%	1	3,57%	0,0%
Comitê de auditoria	1	25,00%	1	25,00%	0,0%
Diretoria estatutária	1	12,50%	2	33,33%	-50,0%
Total	3		4		-25,0%

Razão matemática do salário-base e da remuneração das mulheres em relação aos homens

Remuneração	Diferença salarial média			Diferença da remuneração média		
	2025	2024	Variação	2025	2024	Variação
Nível técnico	1,09	1,08	0,01	0,87	0,91	-0,04
Nível universitário	0,9	0,90	0,00	0,81	0,85	-0,04
Liderança	0,97	0,90	0,07	0,89	0,84	0,05

Cemig nas comunidades

A Cemig se dedica a promover o uso seguro da energia elétrica, fornecendo informações e esclarecimentos contínuos à população. A empresa realiza campanhas informativas, oferece instruções técnicas e disponibiliza equipes para orientar sobre situações de risco. Além disso, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes em sua área de concessão, utilizando diversos meios de comunicação, como rádio, jornal, mídias digitais, TV e redes sociais, além de materiais educativos como cartilhas e folders.

A Cemig, anualmente, atualiza o **Plano Estratégico de Comunicação Integrada** para Segurança com a população, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos empregados para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia.

O plano visa, também: (i) **disseminar campanhas de comunicação em massa**, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e (ii) **lançar campanhas de comunicação dirigidas**, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento “**Segurança com a Energia Elétrica**”, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

A Cemig também realiza visitas de eficiência energética nas residências de milhares de famílias de comunidades, aglomerados e conjuntos habitacionais de Minas Gerais. Durante as visitas, atendentes comunitários realizam a troca de lâmpadas antigas por outras de modelo LED. Caso a residência já tenha todas as lâmpadas desse modelo, os atendentes poderão dar dicas importantes sobre como economizar energia. Esse serviço é totalmente gratuito e faz parte do **Programa de Eficiência Energética** da companhia, regulado pela Aneel.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 municípios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2025, foram investidos **R\$120 milhões** em centenas projetos culturais, com atuação em dezenas de municípios, a Cemig fortalece territórios e conecta realidades distintas por meio do desenvolvimento humano, econômico e cultural. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.

Saúde

Em 2025, por meio do **Programa de Eficiência Energética**, a Companhia investiu mais de **R\$3 milhões** em diferentes regiões de Minas Gerais, atendendo a 55 unidades hospitalares públicas e filantrópicas, em mais de 40 municípios da área de concessão. As ações da iniciativa **Cemig nos Hospitais**, promoveram a substituição de autoclaves, secadoras, calandras, focos cirúrgicos e sistemas de iluminação em geral, além da instalação de usinas fotovoltaicas, garantindo economias para os hospitais e melhoria do atendimento para os mineiros.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lança chamada pública anualmente para selecionar projetos que promovam a prática de esportes e ofereçam benefícios sociais e de cidadania, especialmente para crianças e adolescentes. Além disso, esses projetos reforçam a imagem da empresa como comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais.

Em 2025, a Cemig destinou mais de **R\$ 10 milhões** para projetos esportivos, beneficiando aproximadamente 8 mil crianças e adolescentes em 27 municípios. Desses recursos, 62 % provieram da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte e 38 %, da Lei Federal.

Fundo do Idoso

A população acima dos 60 anos tem aumentado e a expectativa de vida, nesse contexto, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual do Idoso do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Desde 2020 são lançados editais anuais de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. O número de beneficiados das iniciativas destinadas aos idosos cresce a cada ano, tendo sido investido nesses projetos, em 2025, quase **R\$2 milhões**.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Projetos sociais

Programa AI6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A campanha de 2025 do AI6% envolveu a participação de **1.464 empregados** que, voluntariamente, destinaram **R\$ 1,5 milhão**, com o intuito de beneficiar 148 instituições que atendem mais de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A Cemig também irá destinar parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. Com o propósito de ser, cada vez mais, uma empresa socialmente responsável, a Cemig busca fomentar projetos e ações voluntárias que tenham um papel transformador na sociedade.

Programa Você – Voluntariado Empresarial - engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: **(i) o de incentivo ao voluntariado**, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; **(ii) realização de ações transformadoras**, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino e **(iii) ações propostas por colaboradores** na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Em 2025, o Programa Você destacou-se pela importância de suas ações voluntárias na comunidade. Com a participação de 194 empregados voluntários, o programa acumulou 790 horas de atuação, beneficiando diretamente **mais de duas mil pessoas**. Essas iniciativas não apenas promovem o desenvolvimento humano e o bem-estar das comunidades, mas também reforçam a cultura de solidariedade e cidadania participativa dentro da Companhia. A atuação voluntária dos empregados é fundamental para a transformação social, demonstrando o compromisso da Cemig em ser uma empresa socialmente responsável e engajada com as causas comunitárias.

Energia Jovem - visa formar jovens, estudantes de escolas públicas, para o mercado de trabalho, auxiliando-os no entendimento de como iniciar a vida profissional e ingressar em uma organização. A formação é composta por módulos que abordam temas relevantes para a entrada no mercado de trabalho, como por exemplo, o autoconhecimento, networking, competências a serem desenvolvidas, como se preparar para uma entrevista e elaborar o currículo, entre outros. Em 2025, foram capacitados **115 jovens** de diversas cidades mineiras, no formato online e presencial, que contaram com a orientação de 15 voluntários da Cemig.

Mulher Empreendedora - o curso busca oferecer suporte, orientação e subsídios didáticos para mulheres em situação de vulnerabilidade social que desejam dar os primeiros passos para iniciar o próprio negócio. A formação é composta por módulos que abordam temas cruciais para o sucesso no mundo dos negócios, como autoconhecimento, empreendedorismo, ferramentas de gestão, comunicação, vendas e o fortalecimento do protagonismo feminino. Em 2025, foram capacitadas **144 mulheres** em vários municípios de Minas Gerais, com a participação de 13 voluntários da Cemig.

Empreendedorismo Sustentável - a formação, voltada para jovens da rede pública de ensino em Minas Gerais, busca contribuir para a inserção e reinserção no mundo do trabalho, oferecendo conteúdos que unem responsabilidade social, inovação e sustentabilidade. A ação foi estruturada para capacitar os participantes a identificarem oportunidades de negócio alinhadas aos princípios da sustentabilidade, além de desenvolver iniciativas empreendedoras com impacto positivo para a sociedade e o meio ambiente. Em 2025, **128 jovens** receberam o treinamento, com aulas de 7 voluntários.

Campanha Dignidade Menstrual - reforçando o compromisso da Cemig com a promoção da saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade, foi realizada em celebração ao Mês da Mulher a ação que mobilizou colaboradores de diversas regiões de Minas Gerais e arrecadou um total de **quase 30 mil absorventes**.

Ação na Cemig Run, que é um evento que vai muito além da corrida. Centenas de colaboradores se uniram em uma jornada que promoveu saúde, solidariedade e compromisso ambiental. Mais do que um encontro esportivo, a Cemig Run reforça o propósito de transformar vidas com a nossa energia. A corrida foi um sucesso, com a arrecadação de **1,4 tonelada** de alimentos doados à Cruz Vermelha. Além disso, recebeu o selo de emissão de carbono neutro, com a compensação de **80 toneladas de CO₂** emitidas.

Cadeia de suprimentos sustentável

A Cemig compreende a relevância dos impactos ambientais e sociais associados à sua cadeia de fornecedores, bem como a sua responsabilidade em casos de infrações ou crimes cometidos por parceiros comerciais. Por isso, atua preventivamente para mitigar riscos que possam comprometer sua marca, reputação e competitividade no mercado, além de evitar perdas financeiras e eventuais ações judiciais de corresponsabilidade civil e/ou criminal.

O rigor no cadastro e na contratação de fornecedores é proporcional ao nível de risco ambiental, social ou de saúde e segurança envolvido nos produtos ou serviços fornecidos. Assim, são adotados instrumentos de proteção específicos durante todo o processo de gestão da cadeia de fornecimento, desde a prospecção de novos fornecedores até o monitoramento contínuo. Fornecedores que não atendem aos requisitos socioambientais ou que possuem reputação comprometida são desconsiderados ainda na fase inicial de prospecção e cadastro.

A Cemig está avançando em um projeto estratégico que une **crescimento produtivo e responsabilidade socioambiental** em toda a nossa cadeia de suprimentos. O objetivo é garantir que os fornecedores estejam cada vez mais alinhados às melhores práticas de sustentabilidade e aos princípios ESG.

Alinhado ao Plano ESG da Companhia, o projeto **“Estruturação de Processo de Gestão Sustentável da Cadeia de Suprimentos”**, iniciado em junho de 2025, busca aprimorar a Política de Suprimentos, o Processo de Compras e a Gestão dos Contratos/Fornecedores, incluindo a ampliação de critérios e requisitos de sustentabilidade.

Prêmio Melhores Fornecedores Cemig 2025

O Prêmio Melhores Fornecedores é uma iniciativa da Cemig que reconhece e valoriza empresas parceiras que se destacam pela excelência na prestação de serviços e fornecimento de materiais. Realizado anualmente, o evento reúne representantes da Cemig e das empresas fornecedoras para celebrar as parcerias de sucesso e incentivar a melhoria contínua.

Destinado a fornecedores que demonstram alto desempenho em critérios como **qualidade, pontualidade, inovação e alinhamento às práticas ESG**, o prêmio reforça a importância de uma cadeia de suprimentos comprometida com a sustentabilidade e a eficiência.

A premiação é direcionada às empresas que mantêm contratos ativos com a Cemig e que atendem aos requisitos estabelecidos pela Companhia, incluindo **conformidade legal, responsabilidade socioambiental e aderência às políticas internas**. O processo de avaliação considera indicadores de desempenho e resultados obtidos ao longo do período contratual.

Pela primeira vez, a Companhia destacou as melhores empresas em **ações de segurança e valorização à vida**. Foram distribuídas premiações para destaques no fornecimento de materiais, prestação de serviços e ações ESG.

Segurança de barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades, também são feitas revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da empresa, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de **Planos de Ação de Emergência (“PAE”)** para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, Planos de Emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades e lista de contatos;

Mantendo sua política de estreitamento de relacionamento com o público externo, em 2025, a Cemig manteve o foco na continuidade das ações que promovem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto **aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados**.

Em 2025, dentro do **Projeto VAMOS**, em atendimento às exigências listadas na Lei nº 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e na Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL, a Cemig GT

continuou executando as ações/atividades pactuadas nos CIs- Comitês de Integração dos PAEs-Planos de Ação de Emergência das 16 barragens exigidas pela lei.

No total foram constituídos 15 CIs-Comitês de Integração para 16 barragens (Itutinga e Camargos são integradas), que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano mencionado, foram realizadas, em 2025, as seguintes ações:

- **Treinamentos para divulgação e uso do App PROX**, voltado à Gestão de Riscos.
- **Campanhas de divulgação e ações para ampliar as inserções no App PROX (perfil população)**, incluindo reuniões com comunidades para apoiar a criação desse perfil. O objetivo foi disponibilizar outros cenários de risco — como incêndios, deslizamentos e enchentes — e aprimorar a interação nos cenários de ruptura de barragens e cheias (como visualização de manchas de inundação, rotas de fuga e pontos de encontro).
- **Serviços de manutenção da Sinalização de Alerta**, incluindo placas de rotas de fuga e pontos de encontro na Zona de Autossalvamento (ZAS) das usinas UHE Três Marias, Emborcação e Irapé.

Ainda no ano de 2025, foram realizados eventos do **“Programa Proximidade - Programa de Integração com a Comunidade”** ocorridos nas usinas de Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis

Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreu também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

Segurança nas faixas de ocupação

A Cemig enfrenta ocupações irregulares nas faixas de segurança de linhas de alta tensão, áreas que devem permanecer livres para garantir segurança e operação adequada. Para controlar o problema, a Cemig realiza fiscalizações terrestres periódicas, usa monitoramento por satélite e aciona judicialmente novas invasões. Também conscientiza moradores sobre os riscos elétricos. Além de evitar novas ocupações, a Cemig atua para reduzir as existentes, firmando parcerias com prefeituras para remoção das construções irregulares e reassentamento das famílias em locais seguros.

Direitos humanos

Alinhada à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e seus Princípios Orientadores, às normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ao Pacto Global da ONU, a Cemig declara que respeita e apoia a proteção aos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente em sua área de influência.

A Cemig busca prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre os direitos humanos em suas operações, serviços e relações comerciais, mesmo quando não há contribuição direta para a geração desses impactos, em alinhamento com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. Todas essas ações estão descritas no documento de *due diligence* em direitos humanos da Cemig – que estabelece ações para mitigar, prevenir, monitorar e, quando necessário, reparar violações dos direitos humanos.

Gestão tecnológica e inovação

Inovação constante é um dos principais pilares da Cemig. Inovamos para ser protagonistas na Transição Energética, explorando e desenvolvendo novas tecnologias e novos negócios, promovendo cultura de inovação, com foco em digitalização, eficiência, geração de energia limpa, eletrificação, resiliência e armazenamento, com recursos próprios, regados e incentivados.

Nossos territórios de inovação

Soluções para redução de perdas, aumento da resiliência, automação e integração de novos serviços e novas funcionalidades aos sistemas elétricos de transmissão e distribuição.

- **Produtos e Serviços Inteligentes**

Soluções para redução de perdas, aumento da resiliência, automação e integração de novos serviços e novas funcionalidades aos sistemas elétricos de transmissão e distribuição.

- **Sistemas Elétricos do Futuro**

Soluções para redução de perdas, aumento da resiliência, automação e integração de novos serviços e novas funcionalidades aos sistemas elétricos de transmissão e distribuição.

■ **Eletificação e Eletromobilidade**

Soluções e modelos de negócio para incentivar a eletificação de atividades econômicas e a eletromobilidade.

O Inova Cemig possui três linhas de atuação adaptadas aos diferentes públicos, que permite a ampla colaboração da Cemig.

Inova Cemig tec - Chamadas Públicas para Desenvolvimento de Projetos de PDI visando o recebimento de desafios e propostas de solução, com o objetivo de geração de resultados por meio de P&D, aplicação dos produtos desenvolvidos e etapa de industrialização e comercialização, tendo como público-alvo universidades, empresas e startups. No último trimestre de 2025, publicamos o edital do **Inova Cemig Tec 3**, o qual pretende promover investimentos de **R\$ 200 milhões** nos três próximos anos.

Inova Cemig lab - Programa que conecta startups à Cemig focado na cocriação de soluções ágeis e escaláveis para desafios estratégicos do setor, tem como objetivo a aceleração de soluções inovadoras, com aplicação na Cemig por meio de Contrato de Fornecimento e inserção no mercado, e tem como público-alvo startups (Lei Complementar 182).

Inova Cemig campus - Programa de inovação do setor elétrico que fortalecerá a colaboração entre Cemig e instituições de ensino técnico e superior, tem como objetivo incentivar pesquisas para apoiar iniciativas e operações da Cemig. Formação de profissionais para o setor elétrico. O público-alvo na iniciativa são instituições de ensino técnico e superior.

Em 2025 investimos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, R\$ 68 milhões, com recursos regulados, em 28 projetos voltados para negócios das áreas de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização.

Entre eles, destacamos os projetos:

Energy GPT - Tecnologia de inteligência artificial (IA) generativa adaptada para as necessidades do setor elétrico brasileiro. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de modelo de linguagem de grande porte específico para o contexto do tema de energia contribuindo de forma decisiva para a inovação do ecossistema energético brasileiro.

Dispositivo Individual para Notificação de Emergência com Barragens - Tecnologia acessível e inteligente para salvar vidas em áreas de risco de barragens. Ele tem como objetivo desenvolver, validar e inserir no mercado, dispositivos individuais de notificação de emergência com conectividade NB IoT e LoRaWAN, reduzindo em até 85% os custos de implantação e operação em relação às soluções tradicionais, com cobertura para até 234 barragens em potencial.

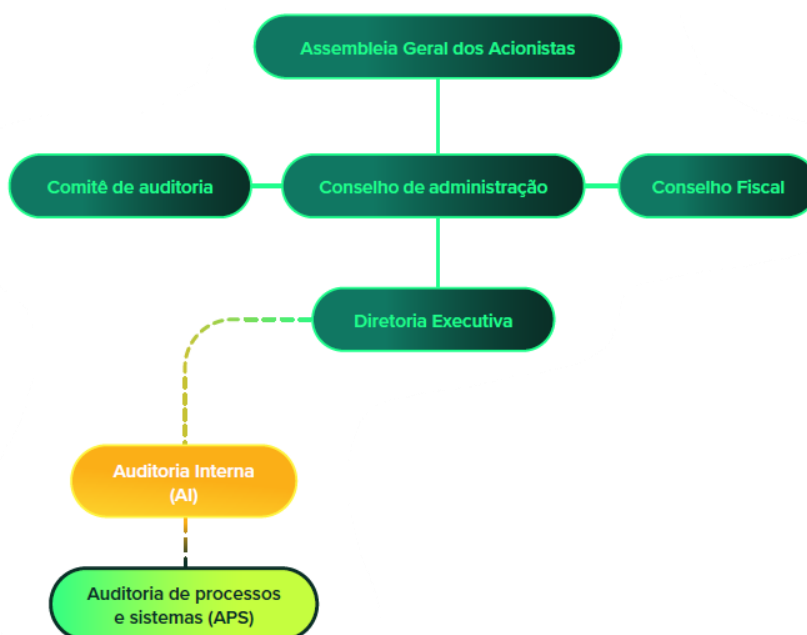
Desenvolvimento de Módulos Smart para gestão e adaptação de estações de recarga de veículos elétricos comerciais na rede BT 127/220V - Solução para acelerar a eletromobilidade no Brasil. O projeto tem como objetivo desenvolver no âmbito do Programa de P&D ANEEL módulos de adaptação de tensão e potência para estações de recarga com funções de smart charging.

Desempenho em Governança Corporativa

A governança corporativa da Cemig se fundamenta nos princípios da transparência, equidade e prestação de contas. Seu foco é promover o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de contribuir, continuamente, para o desenvolvimento sustentável e aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001, a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3.

A principal característica do modelo de governança adotado é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem o Presidente, os Vice-Presidentes estatutários e nomeiam os Diretores não estatutários da Cemig.

Estrutura de Governança Corporativa



Conselho de Administração

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente, sendo 8 (oito) indicados e eleitos pelos acionistas e 1 (um) eleito pelos empregados, por meio de processo eleitoral específico.

Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos nove membros do Conselho de Administração da Cemig, oito atendem aos critérios de Conselheiro Independente adotados pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026.

As atribuições do Conselho de Administração encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 38 vezes, no exercício de 2025, para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

O Comitê de Auditoria reuniu-se 25 vezes no exercício de 2025.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva estatutária é composta por 8 (oito) membros com funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo e de dedicação integral ao serviço da Companhia, sendo permitido o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, a critério do Conselho de Administração.

O mandato da atual Diretoria Executiva estatutária expira na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2026.

A composição da Diretoria Executiva estatutária, atribuições e informações curriculares encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

A Diretoria Executiva reuniu-se 61 vezes, no exercício de 2025, para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos, admitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2025, foram realizadas 15 reuniões do Conselho Fiscal.

Avaliação de desempenho

Anualmente, os administradores e os membros do Comitê de Auditoria Estatutário são submetidos a avaliações de desempenho, individuais e coletivas, observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à Estratégia de Longo Prazo e Orçamento Anual.

Compete ao Conselho de Administração avaliar os membros da Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria, em caráter independente, verificar a conformidade do processo de autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, visando aprimorar o exercício das suas funções.

Remuneração dos executivos

A Cemig define a remuneração dos executivos com base em sua Política de Remuneração de Diretores, no plano estratégico de longo prazo, no orçamento anual e no plano de negócios plurianual. O valor global da remuneração é fixado em Assembleia Geral, conforme as leis aplicáveis.

A remuneração dos Executivos é composta por Remuneração Fixa (RF) e Remuneração Variável (RVA). A RF é paga em espécie, correspondendo à compensação direta pelos serviços prestados, em conformidade com as práticas de mercado. A RVA, por sua vez, é uma bonificação baseada no desempenho e nos resultados alcançados em um determinado período, geralmente anual, de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Essas metas estão diretamente relacionadas aos indicadores de resultado, incluindo a incorporação de objetivos ESG, como a redução de emissões de gases de efeito estufa; a melhoria da nota no DJSI e do índice de implementação do código de conduta; e o cumprimento dos controles internos e do Plano de Ação sobre não conformidades apontadas pela Auditoria Interna. A Companhia possui também uma Política de Clawback para os casos de restituição de remuneração concedida erroneamente.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marcos Montes Cordeiro	Vice-Presidente de Relações Institucionais
Sergio Lopes Cabral	Vice-Presidente de Comercialização
Andrea Marques de Almeida	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente de Geração e Transmissão
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidente sem denominação
Sérgio Pessoa de Paula Castro	Vice-Presidente Jurídico
Luis Cláudio Correa Villani	Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Carlos Roberto de Albuquerque Sá (majoritário)	Carlos Alberto Arruda de Oliveira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Mauro Teixeira Biondini (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Vago
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Paulo Roberto Bellentani Brandão (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Roberto Cesar Guindalini (Coordenador)	Não há
Artemio Bertholini	Não há
Ricardo Lopes Cardoso	Não há
Giulia Carla Scalercio	Não há

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhães (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (preferencialistas)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
Daniel Alves Ferreira (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há

Compliance e Antissuborno

A Cemig mantém forte compromisso com a ética, a integridade e o combate à fraude e à corrupção. Para isso, adota um sistema robusto de controles internos e Compliance, que inclui políticas específicas, a Comissão de Ética e o Canal de Denúncias, garantindo prevenção, detecção e tratamento de irregularidades.

O **Código de Conduta** orienta todos que atuam em nome da Companhia, reforçando princípios como integridade, ética, geração de valor, sustentabilidade e respeito à vida.

A conscientização é promovida por meio de treinamentos obrigatórios e ações de comunicação. Em 2025, **32.089 profissionais** foram capacitados, entre empregados próprios e terceiros.

A Cemig não realiza doações políticas de qualquer natureza, conforme legislação vigente.

O **Canal de Denúncias** funciona 24h, assegura anonimato e proteção contra retaliações e recebe relatos de fraude, corrupção, assédio e outras violações. Todas as denúncias são apuradas pela Comissão de Ética, composta por membros multidisciplinares, garantindo investigação adequada e imparcial.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2025, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de Top Risks, vigente para o ciclo 2025/2026.

Compõem a Matriz 21 Top Risks com agenda de acompanhamento contínuo pela Administração. A Matriz compreende riscos relacionados aos negócios Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização bem como temas corporativos como Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (Environmental, Social and Governance), Comunicação e Financeiro.

A Companhia possui um Comitê de Riscos, criado em 2022, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (Top Risks) e respectivo tratamento, identificação e mensuração de planos de ação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

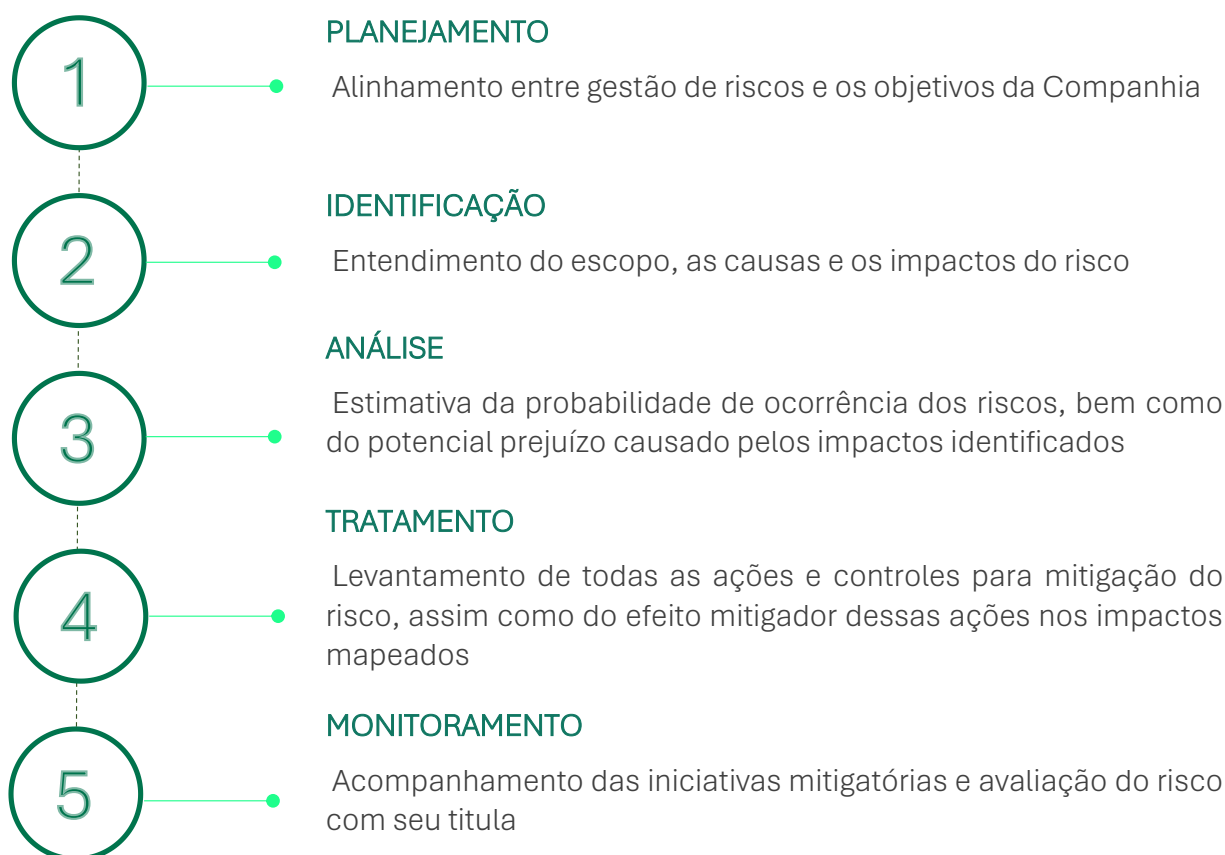
Em 2025, a Cemig avançou na estruturação de um plano de gestão de crises com a criação de um conjunto de ações planejadas, com definição de responsabilidades, fluxos de comunicação, treinamentos e estratégias para responder de forma rápida, eficiente e segura diante de cenários adversos. O documento formalizado estabelece procedimentos e ações para lidar com situações inesperadas que possam ameaçar a reputação, operações ou resultados financeiros da Companhia.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que atingem, ou extrapolam, os limites de tolerância definidos pela Administração, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Riscos e Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes, atualizados e avaliados em

relação a sua suficiência em endereçar e fornecer garantia razoável em relação à mitigação destes riscos. A Companhia adota as melhores práticas de mercado e realiza atualizações constantes nestas práticas de controles internos, tendo como principais premissas o atendimento aos padrões metodológicos e requisitos do *framework* COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) ICIF (*Internal Control-Integrated Framework*), do *framework* de governança e gestão de tecnologia da informação COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*) e da Lei Norte Americana Sarbanes Oxley – SOx.

Ademais, a Companhia mantém a atividade de auditoria interna, responsável pela elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna, validado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse Plano prevê a avaliação dos principais processos de negócios e corporativos e é orientado pela estratégia organizacional e pelos riscos relacionados, tendo como objetivo avaliar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia.

A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia dos processos de governança e gerenciamento de riscos, bem como a efetividade do sistema de controles internos, reportando eventuais deficiências e oportunidades de melhoria, além de recomendar ações aplicáveis. A auditoria interna acompanha a implementação das ações corretivas e preventivas pelas áreas responsáveis, bem como sua manutenção e efetividade na mitigação dos riscos, visando à agregação de valor ao negócio e fortalecendo a governança corporativa. A Auditoria Interna da Companhia possui a **Certificação de Qualidade – QA** emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, que é o órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria.



Prêmio IIA May Brasil 2025

A Auditoria Interna da Cemig foi agraciada, pelo segundo ano consecutivo, em reconhecimento as suas realizações em maio, Mês Internacional de Conscientização Profissional da Auditoria Interna, com o prêmio IIA May Brasil, concedido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil).

O prêmio reflete o empenho do time da Auditoria Interna da Companhia em promover a conscientização sobre a importância de suas atividades e fortalecer a parceria com as áreas auditadas. As iniciativas desenvolvidas durante o mês de maio visaram um maior alinhamento com as áreas gestoras da Companhia sobre suas necessidades e destacar a relevância da Auditoria Interna no fortalecimento dos processos organizacionais e na promoção de uma cultura de integridade e transparência, contribuindo para que a Companhia alcance seus objetivos estratégicos.

O prêmio IIA May 2025 é um reconhecimento do IIA Brasil para as auditorias internas que se destacam na promoção da conscientização e na melhoria contínua de seus processos.

Declaração de conformidade NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos

A Cemig alcançou um marco significativo ao obter a Declaração de Conformidade em relação a NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos, destacando seu compromisso com práticas sólidas de gestão de riscos. A norma internacional, focada na gestão de riscos, serve como uma ferramenta essencial para aprimorar a tomada de decisões, planejamento e gerenciamento de riscos em todos os níveis da Companhia.

A NBR ISO 31000:2018 recomenda a integração do processo de gestão de riscos à tomada de decisão, à gestão global do negócio e ao contexto organizacional atual. Isso significa que a Cemig poderá aplicar as diretrizes da norma não apenas em projetos e operações, mas também em estratégias corporativas, promovendo uma abordagem abrangente para identificar, avaliar e mitigar riscos.

Para garantir a conformidade, a equipe de Gestão de Processos da Cemig realizou um diagnóstico prévio para avaliar a aderência aos requisitos da NBR ISO 31000:2018. A partir desse diagnóstico, foram implementadas melhorias no processo e na documentação, visando atender às práticas recomendadas pela norma.

O reconhecimento da conformidade com a NBR ISO 31000:2018 não apenas valida o compromisso da Cemig com práticas de gestão de riscos de classe mundial, mas também fortalece sua reputação no mercado e perante as partes interessadas. A norma auxilia no planejamento estratégico e na tomada de decisões, resultando em menor índice de perdas e melhoria dos processos operacionais.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

A Cemig reafirma seu compromisso com a ética e a integridade ao aderir ao Movimento Transparência 100%, iniciativa do Pacto Global da ONU voltada para o combate a todas as formas de corrupção. Essa adesão, anunciada durante o “*Workshop Melhores Práticas ESG e Agenda 2030*” realizado pela Companhia em 2023, reforça a determinação da Cemig em alinhar suas práticas corporativas aos mais elevados padrões internacionais de governança.

O Movimento Transparência 100%, primeira grande iniciativa de promoção da transparência corporativa no Brasil, tem como propósito estimular empresas a irem além das exigências legais, fortalecendo mecanismos de integridade e consolidando referências de sucesso que inspirem todo o mercado nacional.

Ao integrar o Movimento, a Cemig fortalece sua estratégia de longo prazo, baseada na criação de valor sustentável e na construção de relações de confiança com investidores, clientes, colaboradores e a sociedade. Essa iniciativa também reafirma o alinhamento da Companhia aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, consolidando sua posição como agente relevante na agenda global de sustentabilidade.

As metas assumidas pela Cemig no âmbito do Movimento Transparência 100% incluem:

- **100% de transparência** nas interações com a Administração Pública;
- **Remuneração íntegra** da alta administração;
- **Treinamento em integridade** para 100% da cadeia de valor considerada de alto risco;
- **Transparência total** da estrutura de Compliance e Governança;
- **Transparência integral** sobre os canais de denúncias.

A Cemig já atingiu três dessas ações, reforçando sua liderança no setor elétrico brasileiro e reafirmando seu papel como empresa comprometida com a ética, a sustentabilidade e a geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata a Companhia Energética de Minas Gerais, nossa acionista, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	2025 Controladora			2024 Controladora		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
1) Base de cálculo						
Receita líquida (RL)			6.436.849			5.395.893
Resultado operacional (RO)			2.077.131			5.409.448
Folha de pagamento bruta (FPB)			329.888			319.076
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	24.455	7,41	0,38	21.191	6,64	0,39
Encargos sociais compulsórios	83.732	25,38	1,30	90.299	28,30	1,67
Previdência privada	23.106	7,00	0,36	22.647	7,10	0,42
Saúde	14.125	4,28	0,22	14.436	4,52	0,27
Segurança e medicina no trabalho	296	0,09	0,00	469	0,15	0,01
Educação	107	0,03	0,00	65	0,02	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.765	0,54	0,03	1.300	0,41	0,02
Creches ou auxílio-creche	357	0,11	0,01	471	0,15	0,01
Participação nos lucros ou resultados	44.138	13,38	0,69	37.438	11,73	0,69
Outros	1.668	0,51	0,03	2.314	0,73	0,04
Total - Indicadores sociais internos	193.749	58,73	3,01	190.630	59,74	3,53
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Cultura	5.439	0,26	0,08	16.774	0,31	0,31
Saúde e saneamento	1.446	0,07	0,02	3.457	0,06	0,06
Esporte	2.226	0,11	0,03	10.680	0,20	0,20
Outras doações/subvenções/projeto ASIN	2.226	0,11	0,03	2.699	0,05	0,05
Total das contribuições para a sociedade	11.337	0,55	0,18	33.610	0,62	0,62
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.279.117	61,58	19,87	2.583.187	47,75	47,87
Total – Indicadores sociais externos	1.290.454	62,13	20,05	2.616.797	48,37	48,50
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	24.237	1,17	0,38	16.838	0,31	0,31
Total dos investimentos em meio ambiente	24.237	1,17	0,38	16.838	0,31	0,31
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%
5) Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores (as) ao final do exercício		1.090			1.062	
Nº de admissões durante o exercício		77			74	
Nº de colaboradores (as) temporários (as)		15			23	
Nº de estagiários (as) contratados (as)		34			34	
Escolaridade dos colaboradores						
- Superior e extensão universitária		479			463	
- 2º Grau		610			598	
- 1º Grau		1			1	
Nº de colaboradores (as) acima de 45 anos		435			431	
Nº de mulheres que trabalham na Companhia		173			159	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		18,52%			18,18%	
Nº de negros e pardos (as) que trabalham na Companhia		408			376	
% de cargos de chefia ocupados por negros e pardos (as)		9,26%			13,64%	
Nº de pessoas com deficiência		37			27	

2025

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial			
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia		22,91	
Número total de acidentes de trabalho considerando colaboradores próprios		3	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) colaboradores (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) colaboradores (as)	(x) Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) colaboradores (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) colaboradores (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia	no Procon	na Justiça
	-	-	2
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia	no Procon	na Justiça
	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)		3.847.098	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	35,52% governo; 25,33% acionistas; 5,67% colaboradores(as); 11,03% terceiros; 22,45% retido		
7) Outras Informações			
Investimentos em questões ambientais		24.237	
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	26 reservatórios e 140 estações de coleta		
Resíduos e materiais inservíveis		1,157 mil toneladas	
Receita com as vendas dos resíduos		512.703	

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2025	2024
	Controladora	Controladora
Atendimento		
Número de consumidores	6.092	4.861
Número de colaboradores	1.090	1.062
Energia vendida por empregado - MWh	21.477	17.644
Mercado		
Geração própria - GWh	9.150	9.311
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	214	224
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	14	15
Capacidade Instalada (MW)	2.939	2.939
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	6.437	5.396
Margem operacional - %	32,27%	100,25%
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	2.486	5.767
Resultado - R\$ milhões	1.817	3.692
Patrimônio líquido - R\$ milhões	10.892	11.665
Valor patrimonial por ação	3,76	4,03
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	16,68%	31,65%
Endividamento do patrimônio líquido - %	72,55%	49,12%
Liquidez Corrente	1,05	1,30
Liquidez Geral	1,42	1,92

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	3.2	7.225.809	6.108.966	6.436.849	5.395.893
CUSTOS	3.3				
Custos com energia elétrica		(3.430.387)	(2.249.564)	(3.331.867)	(2.183.716)
Custos de construção		(445.807)	(288.676)	(414.618)	(261.200)
Custos de operação		(946.938)	(920.533)	(748.695)	(729.621)
		(4.823.132)	(3.458.773)	(4.495.180)	(3.174.537)
LUCRO BRUTO		2.402.677	2.650.193	1.941.669	2.221.356
DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	3.3				
Perdas de créditos esperadas		(3.426)	3.725	(3.426)	3.725
Despesas gerais e administrativas		(184.965)	(171.204)	(184.961)	(171.204)
Outras despesas		(79.887)	(107.206)	(70.660)	(105.724)
Outras receitas		133.712	3.180.531	-	3.162.224
		(134.566)	2.905.846	(259.047)	2.889.021
Resultado de equivalência patrimonial	9b	(141.492)	(121.701)	394.509	299.071
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		2.126.619	5.434.338	2.077.131	5.409.448
Receitas financeiras	3.4	204.305	402.201	140.372	361.647
Despesas financeiras	3.4	(279.012)	(846.586)	(269.710)	(838.486)
		(74.707)	(444.385)	(129.338)	(476.839)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.051.912	4.989.953	1.947.793	4.932.609
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.2	(251.409)	(941.014)	(176.679)	(876.752)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.2	16.759	(356.626)	46.148	(363.544)
		(234.650)	(1.297.640)	(130.531)	(1.240.296)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.817.262	3.692.313	1.817.262	3.692.313
Resultado básico e diluído por ação – R\$	3.5.b	0,63	1,27		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.817.262	3.692.313	1.817.262	3.692.313
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	23.157	236.768	23.157	236.768
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	(7.873)	(80.501)	(7.873)	(80.501)
	15.284	156.267	15.284	156.267
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes				
Hedge de fluxo de caixa	512	-	512	-
	512	-	512	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	1.833.058	3.848.580	1.833.058	3.848.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		1.817.262	3.692.313	1.817.262	3.692.313
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:					
Depreciação e amortização	3.3.c	359.567	333.369	260.290	261.823
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		31.894	19.906	30.704	16.996
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	5 e 6	(1.365.322)	(1.262.052)	(1.216.801)	(1.108.664)
Equivalência patrimonial	9b	141.492	121.701	(394.509)	(299.071)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	3.3	-	45.911	-	45.949
Variação cambial de empréstimo		10.564	463.887	10.564	463.887
Juros e variações monetárias		89.368	148.804	142.704	183.419
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP	6	-	(1.675.627)	-	(1.675.627)
Remensuração da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)	6	218.955	-	219.167	-
(Ganho) perda na alienação de ativos	11	11.406	(1.659.900)	(2.764)	(1.641.593)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22.2	234.650	1.297.640	130.531	1.240.296
Ganho por compra vantajosa		(12.446)	-	-	-
Ganho por remensuração de participação anterior		(61.746)	-	-	-
Provisões para contingências e perdas de créditos esperadas	3.3	19.305	37.815	34.689	15.641
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	3.4 e 19	-	(146.577)	-	(146.577)
Obrigações pós-emprego	18	(143.316)	100.862	(143.316)	100.862
Outros		(45.215)	135.399	(44.212)	135.617
		1.306.418	1.653.451	844.309	1.285.271
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		(113.570)	95.579	(113.213)	93.251
Tributos a recuperar		(11.621)	1.321	(5.064)	6.916
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	22.2 a	(56.831)	221.658	(27.683)	233.645
Depósitos vinculados a litígios		(4.234)	2.562	(4.167)	4.961
Dividendos recebidos		41.061	127.841	444.819	453.114
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	5 e 6	1.061.735	1.017.501	971.322	916.621
Outros		(17.120)	(5.848)	(41.788)	768
		899.420	1.460.614	1.224.226	1.709.276
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		131.388	(77.580)	139.328	(113.599)
Impostos, taxas e contribuições		(145.095)	(98.119)	(148.688)	(100.962)
Salários e contribuições sociais		3.076	(7.069)	3.172	(7.104)
Encargos regulatórios		(3.159)	(11.035)	1.982	(12.801)
Contribuições pagas de pós-emprego	18	(85.779)	(98.291)	(85.779)	(98.291)
Provisões para contingências pagas	20	(21.704)	(20.787)	(18.631)	(20.685)
Outros		(40.469)	(74.105)	(16.847)	(99.471)
		(161.742)	(386.986)	(125.463)	(452.913)
Caixa gerado (consumido) nas operações					
		2.044.096	2.727.079	1.943.072	2.541.634
Juros recebidos		133.279	189.000	89.123	158.749
Imposto de renda e contribuição social pagos		(304.230)	(703.076)	(246.554)	(657.491)
Juros de debêntures e empréstimos pagos	15	(176.969)	(342.047)	(176.969)	(342.047)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	19	-	436.455	-	436.455
Juros pagos de arrendamentos	16	(1.760)	(869)	(558)	(558)
		1.694.416	2.306.542	1.608.114	2.136.742
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	9.b	(2.705)	(1.027)	(102.705)	(54.481)
Alienação de usinas	11	52.387	100.886	9.068	70.376
Alienação de investimentos		-	2.736.817	-	2.736.817
Redução de capital em investida	9.b	-	56.833	-	76.833
Adição em Imobilizado	7	(295.515)	(315.838)	(152.829)	(150.872)
Adição em Intangível	8	(211.499)	(23.024)	(192.458)	(391)
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários		(3.860.295)	(7.161.581)	(3.176.872)	(6.509.931)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários		3.976.824	7.434.664	3.317.869	6.822.636
Caixa oriundo da combinação de negócios		53.111	-	-	-
Aquisição de controlada em combinação de negócio	9	(1.209.475)	-	(1.156.020)	-
		(1.497.167)	2.827.730	(1.453.947)	2.990.987
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos obtidos e captação de debêntures, líquidas	15	2.287.222	-	2.287.222	-

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	3.5	(2.244.787)	(2.940.215)	(2.244.787)	(2.940.215)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	15	(233.333)	(2.308.955)	(233.333)	(2.308.955)
Pagamentos de arrendamentos	16	(13.888)	(13.317)	(12.931)	(12.778)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(204.786)	(5.262.487)	(203.829)	(5.261.948)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.537)	(128.215)	(49.662)	(134.219)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	233.739	361.954	162.841	297.060
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		226.202	233.739	113.179	162.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	12	226.202	233.739	113.179	162.841
Títulos e valores mobiliários	13	237.689	224.298	3.026	104.592
Consumidores e revendedores	14	670.112	551.131	556.587	438.495
Concessionários - transporte de energia	14	134.401	142.400	132.882	140.066
Tributos a recuperar	22.1	55.934	33.696	35.404	30.153
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	22.2 a	118.761	6.080	105.785	2.941
Dividendos a receber	9b	3.345	38	69.290	38
Ativo financeiro da concessão	5	346.505	330.427	249.431	237.752
Ativos de contrato	6	1.106.077	1.131.035	1.092.679	1.113.334
Outros ativos		264.278	139.999	205.701	129.512
		3.163.304	2.792.843	2.563.964	2.359.724
Ativos classificados como mantidos para venda	11	-	56.864	-	6.304
TOTAL DO CIRCULANTE		3.163.304	2.849.707	2.563.964	2.366.028
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo		9.465.312	9.444.663	8.593.393	8.587.180
Títulos e valores mobiliários	13	-	84.529	-	39.380
Consumidores e revendedores	14	482	1.604	467	1.588
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.2 b	8.493	10.627	-	-
Tributos a recuperar	22.1	70.115	57.904	48.577	47.609
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	22.2 a	147.344	152.142	146.631	151.917
Depósitos vinculados a litígios	21	203.106	186.520	193.469	177.384
Outros ativos		65.079	66.002	68.185	68.526
Ativo financeiro da concessão	5	3.832.591	3.638.355	3.141.288	2.961.192
Ativos de contrato	6	5.138.102	5.246.980	4.994.776	5.139.584
Investimentos	9	1.240.207	1.423.362	5.449.055	3.961.719
Imobilizado	7	4.188.713	3.145.772	1.484.805	1.822.318
Intangível	8	967.891	724.771	650.666	597.278
Direito de uso	16 a	127.581	76.061	52.940	60.446
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.989.704	14.814.629	16.230.859	15.028.941
TOTAL DO ATIVO		19.153.008	17.664.336	18.794.823	17.394.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	535.555	397.176	467.464	328.136
Debêntures	15	500.254	237.001	500.254	237.001
Imposto de renda e contribuição social	22.2	32.306	29.006	-	-
Impostos, taxas e contribuições	22.3	193.635	202.835	170.510	187.265
Encargos regulatórios	22.4	101.479	97.441	94.189	92.207
Obrigações pós-emprego	18	29.794	49.675	29.794	49.675
Indenização compensatória	18	94.525	-	94.525	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	3.5.c	908.636	744.133	908.636	744.133
Salários e encargos sociais		54.148	51.397	53.557	50.385
Instrumentos financeiros derivativos	19	8.508	-	8.508	-
Passivo de arrendamentos	16 b	19.634	14.782	13.145	12.941
Outros passivos		122.351	117.062	97.079	115.754
TOTAL DO CIRCULANTE		2.600.825	1.940.508	2.437.661	1.817.497
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	15	2.655.114	794.923	2.655.114	794.923
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.2 b	1.352.718	1.310.243	1.300.996	1.280.374
Impostos, taxas e contribuições	22.3	480.693	485.378	464.170	471.602
Encargos regulatórios	22.4	2.149	9.346	-	-
Obrigações pós-emprego	18	322.268	837.998	322.268	837.998
Indenização compensatória	18	188.834	-	188.834	-
Provisões para contingências	20	438.572	444.327	433.570	420.938
Passivo de arrendamentos	16 b	119.654	71.110	49.904	57.023
Outros passivos		99.736	105.459	49.861	49.570
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.659.738	4.058.784	5.464.717	3.912.428
TOTAL DO PASSIVO		8.260.563	5.999.292	7.902.378	5.729.925
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	4	5.473.724	5.473.724	5.473.724	5.473.724
Reservas de lucros		5.314.373	6.206.007	5.314.373	6.206.007
Ajustes de avaliação patrimonial		104.348	(14.687)	104.348	(14.687)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.892.445	11.665.044	10.892.445	11.665.044
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.153.008	17.664.336	18.794.823	17.394.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Custo atribuído de imobilizado	Outros resultados abrangentes		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.473.724	530.625	86.921	4.115.687	267.151	(427.462)	-	10.046.646
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.692.313	3.692.313
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	-	-	156.267	-	156.267
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	156.267	3.692.313	3.848.580
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva de incentivos fiscais	-	-	63.292	-	-	-	(63.292)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(10.643)	-	10.643	-
Reserva legal	-	181.451	-	-	-	-	(181.451)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(742.645)	(742.645)
Dividendos estatutários (R\$0,23 p/ação)	-	-	-	-	-	-	(393.183)	(393.183)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(821.726)	(821.726)
Dividendos adicionais aprovados em AGO	-	-	-	(272.628)	-	-	-	(272.628)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.500.659	-	-	(1.500.659)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	5.473.724	712.076	150.213	5.343.718	256.508	(271.195)	-	11.665.044
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.817.262	1.817.262
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	-	15.284	-	15.284
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	512	-	512
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	15.796	1.817.262	1.833.058
Destinação do lucro líquido do exercício								
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(7.111)	-	7.111	-
Realização de ajuste patrimonial (pós-emprego)	-	-	-	-	-	110.350	(167.710)	(57.360)
Reserva legal	-	87.164	-	-	-	-	(87.164)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	73.976	-	-	-	(73.976)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(926.705)	(926.705)
Dividendos adicionais aprovados em AGO	-	-	-	(1.500.659)	-	-	-	(1.500.659)
Dividendos estatutários (R\$0,13 p/ação)	-	-	-	-	-	-	(120.933)	(120.933)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	447.885	-	-	(447.885)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	5.473.724	799.240	224.189	4.290.944	249.397	(145.049)	-	10.892.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
RECEITAS					
Venda de energia e serviços	3.2	6.955.994	6.007.132	6.252.607	5.370.171
Receita de construção	3.2	577.414	422.650	543.112	392.433
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	3.2	655.903	594.498	642.207	573.788
Remensuração RBSE	6	(218.955)	-	(219.167)	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	6	-	1.675.627	-	1.675.627
Receitas relativas à construção de ativos próprios		294.271	183.167	100.494	183.167
Perdas de créditos esperadas	3.3.c	(3.426)	3.725	(3.426)	3.725
Ganho na alienação de ativos	3.3.d	133.712	1.659.900	-	1.641.593
		8.394.913	10.546.699	7.315.827	9.840.504
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia elétrica comprada para revenda	3.3.a	(3.434.594)	(2.153.609)	(3.365.849)	(2.119.699)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	3.3.a	(339.563)	(316.687)	(304.775)	(282.798)
Serviços de terceiros		(589.220)	(526.006)	(460.753)	(437.635)
Materiais		(480.066)	(216.654)	(346.689)	(209.988)
Outros custos, reversões		(53.699)	(97.176)	(2.250)	(62.792)
		(4.897.142)	(3.310.132)	(4.480.316)	(3.112.912)
VALOR ADICIONADO BRUTO		3.497.771	7.236.567	2.835.511	6.727.592
Depreciação e amortização		(359.567)	(333.369)	(260.290)	(261.823)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		3.138.204	6.903.198	2.575.221	6.465.769
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(141.492)	(121.701)	394.509	299.071
Receitas financeiras	3.4	211.912	412.903	147.207	371.881
Receita de indenização da geração	3.2	126.451	86.480	126.451	86.480
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	3.2	451.361	447.100	319.649	317.163
		648.232	824.782	987.816	1.074.595
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		3.786.436	7.727.980	3.563.037	7.540.364
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal					
Remuneração direta		287.816	260.376	274.067	247.187
Obrigações pós-emprego e outros benefícios		(98.731)	145.293	(99.658)	144.638
FGTS		17.795	17.031	17.520	16.849
Programa de desligamento voluntário programado		2.818	15.464	2.818	15.464
Impostos, taxas e contribuições		1.475.053	2.745.252	1.279.117	2.583.187
Federais		1.073.628	2.353.907	914.943	2.242.182
Estaduais		397.042	387.025	361.176	337.587
Municipais		4.383	4.320	2.998	3.418
Remuneração de capitais de terceiros		284.423	852.251	271.911	840.726
Juros		279.012	846.586	269.710	838.486
Aluguéis		5.411	5.665	2.201	2.240
Remuneração de capitais próprios		1.817.262	3.692.313	1.817.262	3.692.313
Juros sobre capital próprio		926.705	742.645	926.705	742.645
Dividendos intermediários		-	821.726	-	821.726
Dividendos obrigatórios		120.933	393.183	120.933	393.183
Lucros retidos		769.624	1.734.759	769.624	1.734.759
		3.786.436	7.727.980	3.563.037	7.540.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 A Cemig Geração e Transmissão

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade por ações, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Cemig GT está sediada no Brasil, na Avenida Barbacena, nº 1.200, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, Minas Gerais. A Cemig GT tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Cemig GT e suas controladas.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, investimentos, serviço da dívida e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração da Companhia avaliou sua capacidade de continuar operando e acredita que suas operações têm capacidade de gerar recursos suficientes para continuar suas atividades no futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional. Portanto, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Considerando suas controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui participação em 46 usinas, sendo 32 hidrelétricas, 12 solares e 2 eólicas, com capacidade instalada de 4.674 MW.

A Cemig GT opera e mantém 41 subestações e 5.066 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso possui ativos, os quais opera e mantém como acessante, em outras 11 subestações, que são de responsabilidade de outros agentes de transmissão.

1.2 Participações societárias

A Cemig GT em 31 de dezembro de 2025 possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto.



1.3 Concessões e Autorizações

A Cemig GT, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detêm junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Tipo	Localidade/estado	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO					
Usinas hidrelétricas					
Theodomiro Carneiro Santiago (1)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	jul/97	mai/27
Nova Ponte (1)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	jul/97	ago/27
Irapé (1)	UHE	Entre Berilo e Grão Mogol/MG	Cemig GT	14/2000	set/37
Queimado (Consórcio) (1)	UHE	Entre Cabeceira Grande/MG, Unaí/MG e Cristalina/GO	Cemig GT	jun/97	jun/34
Poço Fundo (1)	PCH	Entre Poço Fundo e Campestre/MG	Cemig Geração Poço Fundo	jan/21	mai/52
Rosal (1)	UHE	Entre Guaçuí/ES e Bom Jesus do Itabapoama/RJ	Rosal Energia	jan/97	dez/35
Pai Joaquim (1)	PCH	Entre Sacramento e Santa Juliana/MG	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	abr/32
Sá Carvalho (1)	UHE	Antônio Dias/MG	Sá Carvalho	jan/04	ago/26
Três Marias (2)	UHE	Três Marias/MG	Cemig GT	ago/16	jan/53
Salto Grande (2)	UHE	Braúnas/MG	Cemig GT	set/16	jan/53
Itutinga (2)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Itutinga	out/16	jan/53
Camargos (2)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Camargos	nov/16	jan/53
Coronel Domiciano (2)	PCH	Muriáé/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	abr/47
Joasal (2)	PCH	Juiz de Fora/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	jan/53
Paciência (2)	CGH	Matias Barbosa/MG			
Piau (2)	PCH	Piau/MG			
Dona Rita (2)	PCH	Santa Rita do Itabira/MG	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	jul/50
Ervália (2)	PCH	Ervália/MG			abr/47
Neblina (2)	PCH	Ipanema/MG			abr/47
Peti (2)	PCH	São Gonçalo do Rio Abaixo/MG			jan/53
Tronqueiras (2)	PCH	Coroaci/MG			dez/46
Cajurú (2)	PCH	Entre Carmo do Cajuru e Divinópolis/MG	Cemig Geração Oeste	16/2016	jan/53
Gafanhoto (2)	PCH	Divinópolis/MG			
Usinas Eólicas					
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	-	Beberibe/CE	Praias de Parajuru	Resolução 526/2002	set/32
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	-	Acaraú/CE	Volta do Rio	Resolução 660/2001	jan/31
TRANSMISSÃO					
Rede Básica (5)	-	-	Cemig GT	006/1997	jan/43
Subestação – SE Itajubá (2)	-	-	Cemig GT	79/2000	out/30
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	-	-	Centroeste	004/2005	mar/35
Linha de transmissão Governador Valadares 6 – Verona	-	-	Centroeste	001/2023	mar/53

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa"). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração das controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Em 24 de janeiro de 2024, a Aneel autorizou a alteração da denominação da UFV Boa Esperança para UFV Advogado Eduardo Soares, por meio do Despacho nº 184/2024. Em 29 de outubro de 2024, foi aprovada em AGE realizada pela UFV Boa Esperança S.A. (anteriormente denominada Cemig Baguari S.A.) a transferência dos ativos da UFV Advogado Eduardo Soares da Cemig GT para a UFV Boa Esperança S.A. por meio do aporte de ativos. Mais detalhes na [nota explicativa nº 7](#).
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

a) Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Cemig GT, visando garantir o direito de renovação das concessões de geração com vencimentos previstos para 2026 e 2027, protocolou manifestações de interesse na prorrogação das concessões das UHEs Sá Carvalho, Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte.

Em relação à **UHE Sá Carvalho**, foram protocoladas manifestações de interesse em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário, nos termos do Decreto 9.271/2018, e, adicionalmente, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física, conforme Lei 12.783/2013.

Para as **UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte**, a Cemig GT reiterou, nas correspondências encaminhadas ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Aneel em julho de 2023, seu interesse na prorrogação das respectivas concessões, pelo regime de Cotas de Garantia Física. Em novembro de 2023, foram apresentadas manifestações adicionais considerando a modalidade de transferência do controle acionário das usinas.

Com a publicação da Lei 15.269/2025, estabeleceu-se nova possibilidade de renovação das concessões, a critério do Poder Concedente, permitindo a manutenção das concessões por até 30 anos, condicionada ao pagamento de bonificação de outorga.

Sendo assim, em novembro de 2025, a Cemig GT enviou correspondência ao MME e ANEEL manifestando interesse na renovação das concessões das **UHEs Sá Carvalho, Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte** nos termos na Lei 15.269/2025.

Os processos de renovação das **UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte** encontram-se em fase de avaliação pela Aneel, enquanto o processo referente à UHE Sá Carvalho está sob análise do MME.

A Companhia ressalta que tais manifestações de interesse tem como finalidade assegurar o direito à eventual prorrogação dos Contratos de Concessão nºs 01/2004 e 07/1997, por até 30 anos, nos termos da legislação vigente e a critério do Poder Concedente.

A Companhia reforça que qualquer decisão sobre o tema dependerá da divulgação, pelo MME e pela Aneel, das condições aplicáveis à prorrogação das concessões, que será submetida à deliberação dos órgãos de governança competentes da Companhia.

Por fim, a apresentação dessas manifestações de interesse não suspende a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões que estão por vencer.

b) Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - Tust. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

c) Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia e se comprometeu a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração.

Essas concessões preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

Empreendimento	Período de vigência da concessão	Valor nominal em 31/12/2025	Valor presente em 31/12/2025	Percentual de participação %	Índice de atualização	Valor pago em 2025
Irapé	03/2006 a 10/2040	41.535	22.381	100	IGPM	3.427
Queimado (Consórcio)	01/2004 a 06/2041	8.553	5.377	82,5	IGPM	986

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão. A parcela da Cemig GT no consórcio Queimado é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Adicionalmente, a Cemig GT produz energia por meio de 4 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, e que, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

2 BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ou com as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas *IFRS Accounting Standards*, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, para elaboração das demonstrações financeiras individuais da Cemig, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Todas as informações contábeis relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 19 de março de 2026.

2.2. Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 2024 e 2025

A Companhia reestruturou a apresentação das notas explicativas referentes ao exercício de 2025, em comparação ao exercício de 2024. Foram considerados critérios de utilidade, relevância e conectividade das informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

A seguir, apresenta-se a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais dos exercícios de 2024 e 2025.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2024	31/12/2025	
1	1	Contexto operacional
2	1.3	Concessões e autorizações
3	2	Base de elaboração das demonstrações financeiras
4	2.8	Princípios de consolidação
5	3.1	Resultado por segmento
6	11	Caixa e equivalentes de caixa
7	12	Títulos e valores mobiliários
8	13	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	21.1	Tributos a recuperar
10	21.2	Imposto de renda e contribuição social
11	20	Depósitos vinculados a litígios
12	5	Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão
13	6	Ativos de contrato
14	9	Investimentos em participações societárias
15	7	Imobilizado
16	8	Intangível
17	16	Arrendamentos
18	17	Fornecedores
19	22.3	Impostos, taxas e contribuições
20	15	Empréstimos e debêntures
21	23.4	Encargos regulatórios
22	18	Obrigações Pós-emprego
23	20	Provisões
24	4	Patrimônio líquido
25	3.2	Receita operacional líquida
26	3.3	Custos, despesas e outras receitas
27	3.4	Resultado financeiro
28	10	Transações com partes relacionadas
29	19	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
30	11	Ativos mantidos para venda e alienações
31	11	Ativos mantidos para venda e alienações
32	23	Obrigações contratuais
33	24	Eventos subsequentes

2.3. Bases de mensuração e Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos classificados como mantidos para venda mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na [nota explicativa nº 19](#) e [11](#) respectivamente.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- [Nota 3.2](#) – Receita operacional líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado e margem de construção);
- [Nota 5](#) – Ativos financeiros da concessão (indenização a receber)
- [Nota 6](#) – Ativos de contrato (definição da margem de construção e remensuração do ativo de contrato);
- [Nota 7](#) – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos e avaliação do valor recuperável);
- [Nota 8](#) – Intangíveis (previsão de vida útil dos ativos, valor justo do direito de extensão da outorga em virtude da repactuação do GSF - *Generation Scaling Factor* e avaliação ao valor recuperável);
- [Nota 9](#) – Investimentos (avaliação do valor recuperável);
- [Nota 11](#) – Ativos classificados como mantidos para venda a alienações (mensuração do valor justo).

- [Nota 14](#) – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas e fornecimento não faturado);
- [Nota 16](#) – Arrendamentos (mensuração do valor presente do passivo de arrendamento, considerando a intenção da Companhia em opções de renovação e mensuração subsequente do direito de uso);
- [Nota 18](#) – Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego);
- [Nota 19](#) – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração do valor justo);
- [Nota 20](#) – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);e
- [Nota 22.2](#) – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);

2.5. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 2.6, que são normas que tiveram o início de sua vigência a partir de janeiro de 2025 e, pelo descrito na nota explicativa 2.7, que trata das normas emitidas, mas ainda não vigentes. As políticas contábeis adotadas estão em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 2.1 Declaração de conformidade.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações do CPC 18 (R3) / IAS 28, da ICPC 09, do CPC 02 (R2) / IAS 21, do CPC 37 (R1) / IFRS 1 e da OCPC 10, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025, não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 18 (R3) / IAS 28 e ICPC 09 - Aplicação do MEP para controladas nas demonstrações individuais A alteração contempla a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas, harmonizando as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais. A alterações na ICPC 09 foram apenas para ajustar a sua redação em virtude de atualizações posteriores à sua emissão. As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	01/01/2025
CPC 02 (R2) / IAS 21 e CPC 37 (R1) / IFRS 1 – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis. As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	01/01/2025
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados. A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	01/01/2025

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma e principais alterações	Início da vigência
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/ CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/ CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26/ IAS 1 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027
A Companhia está em processo de avaliação do impacto da nova norma contábil, particularmente no que se refere à estrutura da demonstração de resultados, à demonstração dos fluxos de caixa e às divulgações adicionais exigidas para medidas de desempenho (MPMs). A Companhia também está avaliando o impacto sobre a forma como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo para itens atualmente rotulados como “outros”.	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas IFRS.	01/01/2027
A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração.	
IFRS 10/ CPC 36 (R3) e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> .	Ainda não definido
A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração e aguarda o posicionamento formal sobre o início da vigência.	

2.8. Princípios de Consolidação

As datas das informações contábeis das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Controladora. As políticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As participações diretas da Cemig GT, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades controladas	Forma de avaliação	Participação (%)	
		31/12/2025	31/12/2024
UFV Boa Esperança S.A.	Consolidação	100	100
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100	100
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100	100
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100	100
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100	100
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100	100
Sá Carvalho S.A.	Consolidação	100	100
Horizontes Energia S.A.	Consolidação	100	100
Rosal Energia S.A.	Consolidação	100	100
Cemig PCH S.A.	Consolidação	100	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação	100	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	Consolidação	100	100
Cemig Trading S.A.	Consolidação	100	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação	100	100
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação	100	100
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	Consolidação	100	100
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A.	Consolidação	100	-
UFV Três Marias S.A.	Consolidação	100	100

Mais detalhes sobre as participações estão apresentados na [nota explicativa nº 9](#).

Política contábil material

Controladas

A Cemig GT controla uma investida quando tem poder que lhe garante a (i) direção de suas atividades pertinentes, além de (ii) direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e (iii) capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Cemig GT avalia se exerce ou não controle sobre a investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão em linha com as adotadas pela Cemig GT.

As informações financeiras das controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e os saldos de ativos, passivos e resultado são consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações decorrentes de operações *intercompany* são eliminadas no processo de consolidação.

Quando a Cemig GT perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Controladas em conjunto

As controladas em conjunto representam as investidas, nas quais a Cemig GT possui o controle compartilhado com outra empresa por meio de acordo contratualmente convencionado, independente do percentual de participação no capital votante. Assim, a Cemig GT não exerce individualmente o poder de tomada de decisões financeiras e operacionais na investida.

As políticas contábeis das controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mais detalhes estão divulgados na seção de políticas contábeis da [nota explicativa nº 9](#).

Operações em conjunto (*joint operation*)

A participação em consórcio detida pela Companhia é contabilizada de acordo com a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações relacionadas ao negócio.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cemig GT na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3 RESULTADO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

3.1 Resultado por segmentos operacionais

Os segmentos operacionais apresentados refletem como a Companhia realiza a gestão, estrutura organizacional e acompanhamento de resultados

As informações por segmentos são elaboradas considerando 4 segmentos reportáveis, sendo:

- **Geração:** compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas, eólicas e solares, sendo caracterizada pela venda de energia própria no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, cotas de garantia física e para o segmento de comercialização.

- **Transmissão:** compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.
- **Comercialização:** compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos. Para atender ao mercado, a comercializadora adquire energia do segmento de geração e de terceiros.
- **Participações:** compreende a gestão das participações que são controladas em conjunto, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados da Cemig Sim.

As transações intersegmentos que ocorrem entre os segmentos de geração e comercialização, consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2025

Descrição	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total	Eliminações (1) e (2)	Consolidado
RECEITA LÍQUIDA	3.074.582	1.435.463	4.097.936	29.084	8.637.065	(1.411.256)	7.225.809
Intersegmentos	1.409.388	938	930	-	1.411.256	(1.411.256)	-
Terceiros	1.665.194	1.434.525	4.097.006	29.084	7.225.809	-	7.225.809
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(619.582)	(357)	(4.196.525)	(529)	(4.816.993)	1.386.606	(3.430.387)
Intersegmentos	(247)	(155)	(1.386.204)	-	(1.386.606)	1.386.606	-
Terceiros	(619.335)	(202)	(2.810.321)	(529)	(3.430.387)	-	(3.430.387)
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	(751.892)	(917.001)	3.996	112.936	(1.551.961)	24.650	(1.527.311)
Pessoal	(146.006)	(158.281)	(26.907)	(14.092)	(345.286)	-	(345.286)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(19.692)	(20.048)	(3.453)	(1.431)	(44.624)	-	(44.624)
Obrigações pós-emprego	73.504	45.422	10.408	13.982	143.316	-	143.316
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(280.687)	(297.549)	(25.480)	(9.610)	(613.326)	24.650	(588.676)
Intersegmentos	(23.460)	(958)	-	(234)	(24.652)	24.650	(2)
Terceiros	(257.227)	(296.591)	(25.480)	(9.376)	(588.674)	-	(588.674)
Depreciação e amortização	(334.917)	(15.347)	(11)	(9.292)	(359.567)	-	(359.567)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(44.094)	(25.391)	49.439	(333)	(20.379)	-	(20.379)
Custos de construção da infraestrutura	-	(445.807)	-	-	(445.807)	-	(445.807)
Outras receitas	-	-	-	133.712	133.712	-	133.712
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	(1.371.474)	(917.358)	(4.192.529)	112.407	(6.368.954)	1.411.256	(4.957.698)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(141.492)	(141.492)	-	(141.492)
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.703.108	518.105	(94.593)	(1)	2.126.619	-	2.126.619
Resultado financeiro	2.250	(32.149)	17.336	(62.144)	(74.707)	-	(74.707)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.705.358	485.956	(77.257)	(62.145)	2.051.912	-	2.051.912
Imposto de renda e contribuição social	(184.582)	(41.659)	28.629	(37.038)	(234.650)	-	(234.650)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.520.776	444.297	(48.628)	(99.183)	1.817.262	-	1.817.262

- (1) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (2) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2024

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total	Eliminações (1) e (2)	Consolidado
RECEITA LÍQUIDA	2.919.344	1.278.566	3.237.349	-	7.435.259	(1.326.293)	6.108.966
Intersegmentos	1.325.408	885	-	-	1.326.293	(1.326.293)	-
Terceiros	1.593.936	1.277.681	3.237.349	-	6.108.966	-	6.108.966
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(382.834)	(325)	(3.164.845)	-	(3.548.004)	1.298.440	(2.249.564)
Intersegmentos	(279)	(148)	(1.298.013)	-	(1.298.440)	1.298.440	-
Terceiros	(382.555)	(177)	(1.866.832)	-	(2.249.564)	-	(2.249.564)
CUSTOS E DESPESAS (3)	(743.247)	936.509	(108.583)	1.584.105	1.668.784	27.853	1.696.637
Pessoal	(149.566)	(148.586)	(23.791)	(11.428)	(333.371)	-	(333.371)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(17.937)	(16.077)	(2.573)	(1.241)	(37.828)	-	(37.828)
Obrigações pós-emprego	(51.363)	(31.740)	(7.274)	(9.770)	(100.147)	-	(100.147)
Materiais, Serviços de terceiros e Outros	(250.499)	(95.459)	(13.103)	(17.014)	(376.075)	27.853	(348.222)
Intersegmentos	(26.835)	(1.018)	-	-	(27.853)	27.853	-
Terceiros	(223.664)	(94.441)	(13.103)	(17.014)	(348.222)	-	(348.222)
Depreciação e amortização	(324.764)	(8.590)	(15)	-	(333.369)	-	(333.369)
Provisões e ajustes para perdas operacionais (3)	7.893	5.006	(61.827)	6.647	(42.281)	-	(42.281)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(288.676)	-	-	(288.676)	-	(288.676)
Outras receitas	42.989	1.520.631	-	1.616.911	3.180.531	-	3.180.531
CUSTOS E DESPESAS	(1.126.081)	936.184	(3.273.428)	1.584.105	(1.879.220)	1.326.293	(552.927)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(121.701)	(121.701)	-	(121.701)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.793.263	2.214.750	(36.079)	1.462.404	5.434.338	-	5.434.338
Resultado financeiro	(179.933)	(109.189)	23.547	(178.810)	(444.385)	-	(444.385)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.613.330	2.105.561	(12.532)	1.283.594	4.989.953	-	4.989.953
Imposto de renda e contribuição social	(333.818)	(552.919)	15.741	(426.644)	(1.297.640)	-	(1.297.640)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.279.512	1.552.642	3.209	856.950	3.692.313	-	3.692.313

- (1) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (2) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios.
- (3) Inclui a perda por redução ao valor recuperável da mais-valia do investimento da Cemig GT na Aliança Norte, apresentada no segmento de Participações.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações para tomada de decisões, que é a Diretoria Executiva.

Política contábil material

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos e as despesas da sede.

3.2 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	5.978.852	5.142.523	5.391.080	4.527.272
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	582.792	665.686	580.390	667.783
Receita de construção (nota 6)	577.414	422.650	543.112	392.433
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 6)	655.903	594.498	642.207	573.788
Receita de atualização da bonificação pela outorga (nota 5)	451.361	447.100	319.649	317.163
Liquidação na CCEE	128.211	38.042	94.494	20.644
Receita de indenização da geração (nota 5)	126.451	86.480	126.451	86.480
Outras receitas	266.139	160.881	186.643	154.472
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(1.541.314)	(1.448.894)	(1.447.177)	(1.344.142)
	7.225.809	6.108.966	6.436.849	5.395.893

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado				Controladora			
	2025		2024		2025		2024	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Industrial	9.719.290	2.402.800	8.326.599	2.360.601	8.906.664	2.208.456	7.986.089	2.092.122
Comercial	4.643.933	1.123.218	3.793.107	933.770	4.643.933	1.123.218	3.785.943	931.330
Rural	104.149	26.287	49.268	11.614	104.149	26.287	49.268	11.614
Poder público	53.247	13.053	3.948	957	53.247	13.052	3.947	957
Subtotal	14.520.619	3.565.358	12.172.922	3.306.942	13.707.993	3.371.013	11.825.247	3.036.023
Fornecimento não faturado, líquido	-	15.206	-	(45.831)	-	2.221	-	(57.691)
Subtotal	14.520.619	3.580.564	12.172.922	3.261.111	13.707.993	3.373.234	11.825.247	2.978.332
Suprimento outras concessionárias (1)	10.854.186	2.344.270	8.505.705	1.904.201	9.702.007	1.953.449	6.912.201	1.551.737
Suprimento não faturado líquido	-	54.018	-	(22.789)	-	64.397	-	(2.797)
Total	25.374.805	5.978.852	20.678.627	5.142.523	23.410.000	5.391.080	18.737.448	4.527.272

- (1) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAC) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Concessão da Transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

Consolidado	2025			2024		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção (2)	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção (2)	Total
Receita de concessão da transmissão (1)	577.414	582.792	1.160.206	422.650	665.686	1.088.336
Custos de concessão de transmissão	(445.807)	(471.194)	(917.001)	(288.676)	(295.446)	(584.122)
Margem	131.607	111.598	243.205	133.974	370.240	504.214
Mark-up (%)	29,52%	23,68%	26,52%	46,41%	125,32%	86,32%

- (1) Essa abertura não está incluindo a remuneração financeira do ativo de contrato que também faz parte da receita de concessão da transmissão.
(2) A receita de Operação e manutenção é afetada pela diferença entre a RAP (Receita Anual Permitida) estimada dos projetos e o efetivo recebimento até a homologação da Revisão Tarifária Periódica, de forma a não alterar a TIR (Taxa Interna de Retorno).

c) Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prestações de serviços	66.895	47.245	54.418	55.109
Subsídios tarifários	73.514	70.099	71.932	62.597
Aluguel e arrendamento (1)	83.454	16.962	25.650	10.564
Ressarcimento	31.243	20.724	31.243	20.724
Outras receitas	11.033	5.851	3.400	5.478
	266.139	160.881	186.643	154.472

- (1) O aumento se deve a entrada em operação das usinas UFV Boa Esperança e UFV Jusante no final do ano de 2024.

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Tributos sobre a receita				
ICMS	394.855	385.082	359.737	336.211
Cofins	597.494	509.919	562.746	477.340
PIS/Pasep	129.519	110.685	121.985	103.632
ISSQN	3.341	3.154	2.272	2.546
	1.125.209	1.008.840	1.046.740	919.729
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	8.281	7.955	5.856	5.411
Conta de desenvolvimento energético – CDE	237.967	254.440	237.967	254.440
CDE sobre P&D	4.282	4.638	3.808	4.118
Proinfa	54.333	57.966	54.333	57.966
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	9.990	10.823	8.885	9.608
Fundo nacional de desen. científico e tecnológico - FNDCT	14.272	15.461	12.692	13.725
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	7.136	7.730	6.346	6.863
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	14.161	13.182	11.976	11.305
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	65.683	67.859	58.574	60.977
	416.105	440.054	400.437	424.413
Total	1.541.314	1.448.894	1.447.177	1.344.142

Política contábil material

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada e não faturada.

As usinas eólicas estão sujeitas a um montante mínimo de geração de energia a ser comercializada por meio do Proinfa. Quando a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada é positiva, a Companhia reconhece um recebível que será liquidado no decorrer do exercício subsequente. Ao contrário, quando a diferença é negativa, a Companhia constitui uma provisão pela não performance, deduzindo a receita do exercício.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na [nota explicativa nº 6](#) e [22.3](#).

- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos. Essa taxa não sofre alterações posteriores, exceto por um processo de RTP que gere modificação na estrutura dos investimentos ou alteração na taxa de remuneração do capital. A média simples das taxas implícitas é de 7,92% a.a., sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de caixa. A remuneração financeira é composta pela taxa implícita acrescida do índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na [nota explicativa nº 5](#). Em linha com a OCPC 05 – Contratos de Concessão, essa parcela de remuneração financeira da bonificação pela outorga está vinculada ao modelo de negócio constituído, se diferenciando de uma indenização a ser recebida ao término da concessão, e, portanto, integra a receita operacional.

Liquidação na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Outras receitas

Subsídios governamentais

A Cemig GT e sua controlada Centroeste recebem valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas de Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST.

Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a “Outros ativos” no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no

fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

Transmissão

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço. Isso é feito a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação desses serviços e o valor da contraprestação que a entidade espera receber em troca dos serviços prometidos ao cliente. Esse cálculo é aplicado nos casos em que as transmissoras da Companhia têm direito exclusivo, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15.

3.3 Custos, despesas e outras receitas

A composição dos custos, despesas e outras receitas da Companhia é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda (1)				
Energia de curto prazo – CCEE	196.981	196.535	162.158	165.614
Energia adquirida no ambiente livre	3.237.613	1.957.074	3.203.691	1.954.085
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(315.053)	(194.407)	(310.637)	(193.026)
	3.119.541	1.959.202	3.055.212	1.926.673
Encargos de uso da rede básica de transmissão				
Encargos de transmissão - Rede básica	300.884	267.175	294.584	261.120
Encargos de distribuição	38.679	49.512	10.191	21.678
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(28.717)	(26.325)	(28.120)	(25.755)
	310.846	290.362	276.655	257.043
Total	3.430.387	2.249.564	3.331.867	2.183.716

- (1) A variação no custo com energia elétrica comprada para revenda, decorre, principalmente, do aumento no volume de compra, devido à necessidade de compensação de déficits de energia em relação aos compromissos firmados, e da elevação dos preços de mercado no ano de 2025.

b) Custos de construção da transmissão

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	13.224	12.551	13.224	12.551
Materiais (1)	276.732	170.042	245.953	170.046
Serviços de terceiros	156.253	98.322	155.868	78.317
Outros (recuperação)	(402)	7.761	(427)	286
	445.807	288.676	414.618	261.200

- (1) A variação decorre, principalmente, do maior volume investido em obras de reforços e melhorias, principalmente do desenvolvimento de projetos, com fornecimento significativo de equipamentos que possuem alto valor financeiro.

c) Outros custos e despesas

	Consolidado								Total 2025	Total 2024
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
Pessoal (1)	265.705	264.539	-	-	79.581	68.832	-	-	345.286	333.371
Participação dos empregados no resultado	41.833	36.993	-	-	2.791	835	-	-	44.624	37.828
Obrigações Pós-emprego (reversões)(2)	(10.562)	2.877	-	-	(3.079)	981	(129.675)	96.289	(143.316)	100.147
Materiais	31.404	23.567	-	-	16.740	3.150	-	-	48.144	26.717
Serviços de terceiros (c.1)	235.582	203.182	-	-	58.509	50.717	-	-	294.091	253.899
Depreciação e amortização (3)	357.652	332.150	-	-	1.915	1.219	-	-	359.567	333.369
Provisões para contingências	15.949	41.540	-	-	-	-	-	-	15.949	41.540
Reversão de provisão com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	(57.835)	-	(57.835)
Perdas de créditos esperadas	-	-	3.426	(3.725)	-	-	-	-	3.426	(3.725)
Perda esperada com outros créditos	-	-	-	-	-	-	1.004	16.390	1.004	16.390
Remensuração RBSE (nota 6)	-	-	-	-	-	-	198.895	-	198.895	-
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	45.911	-	45.911
Outros custos e despesas (reversões) (c.2)	9.375	15.685	-	-	28.508	45.470	9.663	6.451	47.546	67.606
	946.938	920.533	3.426	(3.725)	184.965	171.204	79.887	107.206	1.215.216	1.195.218

	Controladora								Total 2025	Total 2024
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
Pessoal (1)	250.307	250.244	-	-	79.581	68.832	-	-	329.888	319.076
Participação dos empregados no resultado	41.347	36.603	-	-	2.791	835	-	-	44.138	37.438
Obrigações Pós-emprego (reversões)(2)	(10.562)	2.877	-	-	(3.079)	981	(129.675)	96.289	(143.316)	100.147
Materiais	24.920	16.897	-	-	16.740	3.150	-	-	41.660	20.047
Serviços de terceiros (c.1)	150.168	134.828	-	-	58.509	50.717	-	-	208.677	185.545
Depreciação e amortização (3)	258.377	260.604	-	-	1.913	1.219	-	-	260.290	261.823
Provisões para contingências	31.263	19.366	-	-	-	-	-	-	31.263	19.366
Reversão de provisão com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	(57.835)	-	(57.835)
Perdas de créditos esperadas	-	-	3.426	(3.725)	-	-	-	-	3.426	(3.725)
Perda esperada com outros créditos	-	-	-	-	-	-	1.004	15.773	1.004	15.773
Remensuração RBSE (nota 6)	-	-	-	-	-	-	198.895	-	198.895	-
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	45.949	-	45.949
Outros custos e despesas (reversões) (c.2)	2.875	8.202	-	-	28.506	45.470	436	5.548	31.817	59.220
	748.695	729.621	3.426	(3.725)	184.961	171.204	70.660	105.724	1.007.742	1.002.824

- (1) Inclui montante de R\$2.905 referente aos custos com o PDVP 2025. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) As reversões observadas em custos de operação e despesas gerais e administrativas estão atreladas à remensuração do passivo de pós-emprego devido à migração de funcionários ativos para o novo plano de saúde ofertado pela Companhia. Mais detalhes na [nota explicativa nº 18](#).
- (3) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$156 para consolidado e R\$147 para controladora, no exercício de 2025 (R\$141 e R\$138 no exercício de 2024 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (4) Refere-se a obrigações contratuais perante a investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. Em 27 de março de 2024, foi celebrado o CCVA para alienação da participação detida pela Cemig GT no capital social da Aliança Geração para a Vale S.A.. Em 13 de agosto de 2024, com a conclusão da alienação, a Vale S.A. e a Cemig GT, em conjunto, celebraram um termo de acordo para extinção e quitação dessas contingências, o que resultou na reversão da provisão, em agosto de 2024.
- (5) Esse montante inclui:
- (i) R\$40.745 referente ao reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável da mais valia da Aliança Norte. Mias detalhes na [nota explicativa nº 9](#). Essa perda está apresentada na [nota explicativa](#) de Segmentos Operacionais como parte do segmento de participações.
 - (ii) R\$5.166 referente a débitos em aberto com cliente, por discordância de valores. Foi instaurado o procedimento arbitral pelo cliente.

c.1) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Comunicação	3.871	4.320	3.377	3.571
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	99.089	97.811	46.409	49.658
Conservação e limpeza de prédios	32.389	29.661	29.321	26.320
Mão de obra contratada	14.241	4.224	7.930	5.803
Fretes e passagens	1.931	1.718	1.791	1.718
Hospedagem e alimentação	7.499	6.641	7.395	6.638
Vigilância	8.826	7.918	5.871	5.146
Consultoria	5.028	4.150	4.568	4.039
Auditoria externa	815	860	264	337
Tecnologia da informação	32.406	29.534	28.978	27.375
Energia elétrica	1.699	1.643	1.061	1.123
Meio ambiente	24.625	20.146	15.134	11.503
Limpeza de faixas	14.949	14.502	14.564	14.357
Serviços de reprografia	792	728	476	483
Serviços advocatícios e custas processuais	4.416	4.623	4.096	4.598
Outros	41.515	25.420	37.442	22.876
	294.091	253.899	208.677	185.545

c.2) Outros custos e despesas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Arrendamentos e aluguéis	4.723	5.086	1.722	1.782
Propaganda e publicidade	6.993	2.336	6.485	2.336
Subvenções e doações	10.587	33.370	9.500	31.861
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	3.223	3.228	2.092	2.301
Anuidade CCEE	3.335	2.614	3.030	2.377
Seguros	5.215	4.752	3.106	3.006
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	10.430	5.111	(4.783)	5.109
Forluz – Custeio administrativo	9.177	8.741	9.174	8.739
Outros (recuperação)	(6.137)	2.368	1.491	1.709
	47.546	67.606	31.817	59.220

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em abril de 2025, a Companhia aprovou o PDVP 2025, sendo o período de adesão dos empregados de 5 a 30 de maio de 2025, com adesão de 19 empregados. O programa previu o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “sem justa causa” e de um prêmio adicional proporcional ao tempo de serviço, a título de indenização.

Os custos com o programa totalizaram R\$2.905 e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

d) Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Ganho por compra vantajosa	12.446	-	-	-
Ganho de capital	61.746	-	-	-
Ganho na alienação de investimentos (1)	59.520	1.616.911	-	1.616.911
Ganho na alienação de imobilizados (2)	-	42.989	-	24.682
Revisão Tarifária Periódica, líquida (3)	-	1.520.631	-	1.520.631
	133.712	3.180.531	-	3.162.224

- (1) Refere-se ao ganho de capital obtido na alienação da participação detida pela Cemig GT no capital social da Aliança Geração. O processo de alienação foi concluído em 13 de agosto de 2024. Mais detalhes dessa operação estão divulgados na nota explicativa nº 30 das Demonstrações Financeiras Anuais relativas ao exercício de 2024.
- (2) Refere-se ao ganho de capital obtido na alienação de 15 PCH/CGHs da Companhia. O processo de alienação foi concluído em fevereiro de 2024. Mais detalhes dessa operação estão divulgados na nota explicativa nº 30 das Demonstrações Financeiras Anuais relativas ao exercício de 2024.
- (3) Esse valor está líquido de Pis/Pasep e Cofins, sendo que o total adicionado ao Ativo de contrato foi de R\$1.675.627. Mais detalhes na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras Anuais relativas ao exercício de 2024.

3.4 Resultado Financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	147.276	199.196	90.948	162.999
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	6.371	6.618	4.281	5.094
Variação monetária	17.259	27.122	14.863	26.708
Variação monetária - Depósitos vinculados a litígios	12.352	9.993	11.918	9.701
Ganhos com inst. financeiros derivativos	-	146.577	-	146.577
Encargos de créditos com partes relacionadas	2.817	-	2.817	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	1.896	-	1.155	-
Outras	23.941	23.397	21.225	20.802
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(7.607)	(10.702)	(6.835)	(10.234)
	204.305	402.201	140.372	361.647
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 15)	(220.122)	(332.597)	(220.122)	(332.597)
Amortização dos custos de transação (nota 15)	(2.328)	(2.170)	(2.328)	(2.170)
Variação monetária – Forluz	-	(715)	-	(715)
Variação monetária – Debêntures (nota 15)	(22.530)	(16.179)	(22.530)	(16.179)
Variação monetária	(9.059)	(12.536)	(3.604)	(5.521)
Variação cambial - Eurobond	-	(463.887)	-	(463.887)
Variação cambial de empréstimos, líquida de derivativo (nota 15)	(10.564)	-	(10.564)	-
Variação monetária de arrendamento (nota 16)	(5.263)	(5.391)	(3.961)	(5.081)
Outras	(9.146)	(13.111)	(6.601)	(12.336)
	(279.012)	(846.586)	(269.710)	(838.486)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(74.707)	(444.385)	(129.338)	(476.839)

Política contábil material

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.5 Remuneração ao acionista

a) Destinação do Resultado

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2026, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2025, no montante de **R\$1.817.262**, acrescido dos saldos de realização do custo atribuído do imobilizado e do ajuste de avaliação atuarial do benefício de pós-emprego:

- **R\$87.164** sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- **R\$1.047.638** sejam destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios, conforme abaixo:
 - **R\$926.705** por meio de juros sobre o capital próprio (JCP);
 - **R\$120.933** para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;

- **R\$73.976** sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de **Reserva de Incentivos Fiscais**, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene; e
- **R\$447.885** sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de **Reserva de Retenção de Lucros**, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2026, conforme orçamento de capital.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

b) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Cemig GT em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2025	2024
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do exercício (B)	1.817.262	3.692.313
Resultado por ação – básico e diluído (B/A) (em R\$)	0,63	1,27

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Cemig GT, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Cemig GT estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para os exercícios de 2025 e 2024 é conforme segue:

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.817.262	3.692.313
Dividendo obrigatório – 50% do lucro líquido	908.631	1.846.157
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	139.007	111.397
	1.047.638	1.957.554
Dividendos declarados		
Juros sobre capital próprio	926.705	742.645
Dividendos intermediários	-	821.726
Dividendos estatutários	120.933	393.183
Dividendos adicionais propostos	-	1.500.659
	1.047.638	3.458.213

No exercício de 2025 foram declarados, pela Diretoria Executiva, JCPs a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2025, no limite permitido pela legislação e pelo Estatuto da Cemig GT, conforme segue:

Declaração	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
20/03/2025	223.162	(33.475)
23/06/2025	252.601	(37.890)
29/09/2025	234.857	(35.229)
23/12/2025	216.085	(32.413)
	926.705	(139.007)

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado e controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.565.563
Dividendos adicionais aprovados em AGE	272.628
Proposta dividendos	393.183
Declaração de Juros sobre capital próprio	742.645
Dividendos intermediários	821.726
IR sobre juros sobre capital próprio	(111.397)
Pagamento dividendos e JCP	(2.940.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	744.133
Dividendos adicionais aprovados em AGO	1.500.659
Proposta dividendos	120.933
Declaração de Juros sobre capital próprio	926.705
IR sobre juros sobre capital próprio	(139.007)
Pagamento dividendos e JCP	(2.244.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	908.636

4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$5.473.724, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

b) Reservas

Reserva de lucros

A composição da conta reservas de lucros é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de lucros		
Reserva legal	799.240	712.076
Reserva de incentivos fiscais – Sudene	224.189	150.213
Reserva de retenção de lucros	4.290.944	5.343.718
	5.314.373	6.206.007

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Cemig GT e sua controlada Volta do Rio possuem o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(145.561)	(271.195)
Custo atribuído de imobilizado	249.397	256.508
Hedge de fluxo de caixa	512	-
Ajustes de avaliação patrimonial	104.348	(14.687)

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

Os valores registrados como hedge de fluxo de caixa correspondem às alterações no valor justo do instrumento de hedge contratado. Mais detalhes na [nota explicativa 15](#).

5 ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Geração - Indenização a receber (5.a)	996.986	870.535	996.986	870.535
Geração - Bonificação pela outorga (5.b)	3.182.110	3.098.247	2.393.733	2.328.409
	4.179.096	3.968.782	3.390.719	3.198.944
Circulante	346.505	330.427	249.431	237.752
Não circulante	3.832.591	3.638.355	3.141.288	2.961.192

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.815.088	3.037.974	3.815.088	3.037.974
Atualização financeira	533.580	403.643	533.580	403.643
Recebimentos	(343.368)	(242.673)	(343.368)	(242.673)
Ativos oriundos da incorporação	(36.518)	-	(36.518)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.968.782	3.198.944	3.968.782	3.198.944
Atualização financeira	577.812	446.100	577.812	446.100
Recebimentos	(359.344)	(254.325)	(359.344)	(254.325)
Baixa Ativo Mantido para Venda	(8.154)	-	(8.154)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.179.096	3.390.719	4.179.096	3.390.719

a) Geração - Indenização a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997. Com isso, a Cemig GT passou a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis desses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, e mensurados pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a Resolução Normativa nº 942, por meio da publicação da Resolução Normativa nº 1.027. Essa resolução estabelece a metodologia e os critérios gerais para cálculo, considerando como base o valor novo de reposição, que é calculado prioritariamente a partir de um banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

A movimentação do saldo é conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ¹	Consolidado e Controladora				
			Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2024	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2025
Lote D							
UHE Três Marias	jul-15	396	203.064	22.397	225.461	32.750	258.211
UHE Salto Grande	jul-15	102	104.177	11.489	115.666	16.802	132.468
UHE Itutinga	jul-15	52	12.275	1.354	13.629	1.979	15.608
UHE Camargos	jul-15	46	23.860	2.632	26.492	3.848	30.340
PCH Piauí	jul-15	18,01	5.324	587	5.911	859	6.770
PCH Gafanhoto	jul-15	14	6.384	704	7.088	1.029	8.117
PCH Peti	jul-15	9,4	7.368	813	8.181	1.188	9.369
PCH Dona Rita	set-13	2,41	1.909	211	2.120	307	2.427
PCH Tronqueiras	jul-15	8,5	10.152	1.017	11.169	1.486	12.655
PCH Joasal	jul-15	8,4	7.627	842	8.469	1.230	9.699
PCH Martins	jul-15	7,7	5.415	598	6.013	873	6.886
PCH Cajuru	jul-15	7,2	22.949	2.531	25.480	3.701	29.181
PCH Paciência	jul-15	4,08	5.044	557	5.601	813	6.414
PCH Marmelos	jul-15	4	2.931	323	3.254	473	3.727
Outras							
UHE Volta Grande	fev-17	380	439	49	488	71	559
UHE Miranda	dez-16	408	110.548	12.192	122.740	17.831	140.571
UHE Jaguará	ago-13	424	167.704	18.599	186.303	27.199	213.502
UHE São Simão	jan-15	1.710	86.885	9.585	96.470	14.012	110.482
		3.602	784.055	86.480	870.535	126.451	996.986

1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O saldo de R\$996.986 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do exercício.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar. Assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

b) Geração - Bonificação pela outorga

A Cemig GT pagou R\$2.216.353 a título de bonificação pela outorga de 30 anos dos contratos de concessão de nº 08 ao 16/206, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do leilão nº 12/2015. Essa bonificação foi reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios, cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto, durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

Consolidado	Usinas	Saldo em 31/12/2024	Atualização	Recebimento	Transferência para o mantido para venda	Saldo em 31/12/2025
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Três Marias	1.771.968	243.005	(193.348)	-	1.821.625
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Salto Grande	556.444	76.644	(60.976)	-	572.112
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	211.141	32.572	(25.924)	-	217.789
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	158.222	24.252	(19.299)	-	163.175
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	186.386	33.823	(26.910)	(741)	192.558
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	142.332	25.650	(20.564)	(4.099)	143.319
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajuru, Gafanhoto e Martins	71.754	15.415	(12.323)	(3.314)	71.532
		3.098.247	451.361	(359.344)	(8.154)	3.182.110

Política contábil material

Atividade de transmissão

Após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Atividade de geração – Bonificação pela outorga

Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência. Esse ativo é remunerado pela Receita Anual de Geração (RAG).

Estimativas e julgamentos

Atividade de geração – Indenização a receber

A Cemig GT tem direito à indenização pelos ativos ainda não amortizados de usinas que tiveram o término da concessão a partir de 2013. A Cemig GT estimou o montante dessa indenização com base em resolução normativa emitida pela Aneel, que estabelece a metodologia e os critérios gerais para cálculo, considerando como base o valor novo de reposição.

6 ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	1.105.845	1.616.178	1.105.845	1.616.178
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	5.138.334	4.761.837	4.981.610	4.636.740
	6.244.179	6.378.015	6.087.455	6.252.918
Circulante	1.106.077	1.131.035	1.092.679	1.113.334
Não circulante	5.138.102	5.246.980	4.994.776	5.139.584

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.648.049	4.546.218
Adições	422.650	392.433
Remuneração financeira	594.498	573.788
Resultado da revisão tarifária periódica (1)	1.675.627	1.675.627
Realização	(962.809)	(935.148)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.378.015	6.252.918
Adições	577.414	543.112
Remuneração financeira	655.903	642.207
Realização	(1.148.198)	(1.131.615)
Remensuração RBSE	(218.955)	(219.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.244.179	6.087.455

(1) Na [nota explicativa nº 3.3](#) d, esse montante está apresentado líquido de PIS/Pasep e Cofins.

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	índice de atualização	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Contrato de Concessão - 079/00	IGPM	35.749	38.581	35.749	38.581
Contrato de Concessão - 006/97	IPCA				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE		461.520	479.291	461.520	479.291
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI		595.410	595.462	595.410	595.462
Contrato de Concessão - 004/05	IGPM	13.398	17.701	-	-
		1.106.077	1.131.035	1.092.679	1.113.334
Não circulante					
Contrato de Concessão - 079/00	IGPM	93.378	110.225	93.378	110.225
Contrato de Concessão - 006/97	IPCA				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE		644.325	1.136.887	644.325	1.136.887
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI		4.257.073	3.892.472	4.257.073	3.892.472
Contrato de Concessão - 004/05	IGPM	59.252	63.961	-	-
Contrato de Concessão - 001/23	IPCA	84.074	43.435	-	-
		5.138.102	5.246.980	4.994.776	5.139.584
Total		6.244.179	6.378.015	6.087.455	6.252.918

a) Contrato de Concessão 006/1997

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente. Esse contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2042, nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores foram determinados na Portaria nº 120/2016. Estes ativos são denominados de Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e são segregados dos demais ativos da Cemig GT, sendo que seu fluxo de caixa é composto pela parcela referente ao custo de capital (componente financeiro) e pela parcela referente à base de remuneração (componente econômico).

As alterações implementadas nestas instalações são tratadas como Rede Básica Novas Instalações (RBNI). Seu fluxo de caixa é referente à remuneração dos investimentos em reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui a parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão.

Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)

Em 10 de junho de 2025, a Aneel publicou a ReH nº 3.469, que alterou a Receita Anual Permitida (RAP) referente ao componente financeiro dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), anteriormente homologada pela ReH nº 2.852/2021.

A principal alteração ocorreu na base de aplicação do custo de capital próprio para cálculo do componente, com a segregação da fase de amortização em dois fluxos, um denominado incontroverso (pagamentos não suspensos por liminares) e outro controverso (pagamentos suspensos por liminares), com datas de efetivo pagamento iniciadas em 1º de julho de 2017 e 1º de julho de 2020, respectivamente, e duração de oito anos cada.

Assim, a remuneração pelo custo do capital próprio incidiu exclusivamente sobre o fluxo controverso, pelo período de 2017 até 2020 (ano do efetivo pagamento).

As RAPs homologadas e processadas até o ciclo 2024/2025 foram consideradas como conclusas, e os resíduos foram acomodados nos pagamentos restantes dos ciclos 2025/2026 a 2027/2028, em fluxos uniformes.

Em decorrência das alterações promovidas pela resolução, a Companhia realizou a remensuração do ativo contratual da RBSE e registrou redução de R\$ 219.168, em 30 de junho de 2025.

b) Contrato de Concessão 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida – RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

d) Contrato de Concessão nº 001/2023

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Verona, com vigência até 30 de março de 2053.

Política contábil material

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado na construção das linhas de transmissão, bem como os

serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, quando do aviso de crédito emitido pelo ONS, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Consumidores a receber.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na [nota explicativa nº 3.2](#).

Estimativas e julgamentos

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente (componente de financiamento) as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A remuneração financeira do ativo de contrato corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa de desconto determinada no início dos investimentos e incluindo a atualização financeira pelo índice da inflação. A taxa de desconto representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e

considera o risco de crédito das contrapartes.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013

Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na [nota explicativa nº 6](#).

7 IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	8.854.845	(5.815.068)	3.039.777	7.464.654	(5.590.296)	1.874.358
Terrenos	248.891	(38.141)	210.750	249.139	(35.570)	213.569
Reservatórios, barragens e adutoras	3.419.614	(2.587.261)	832.353	3.339.053	(2.519.660)	819.393
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.140.177	(899.822)	240.355	1.095.250	(883.246)	212.004
Máquinas e equipamentos	4.017.278	(2.265.582)	1.751.696	2.748.258	(2.125.122)	623.136
Veículos	15.823	(12.806)	3.017	20.128	(15.563)	4.565
Móveis e utensílios	13.062	(11.456)	1.606	12.826	(11.135)	1.691
Em curso	1.148.936	-	1.148.936	1.271.414	-	1.271.414
Ativos em Formação	1.148.936	-	1.148.936	1.271.414	-	1.271.414
Total	10.003.781	(5.815.068)	4.188.713	8.736.068	(5.590.296)	3.145.772

Controladora	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	6.220.482	(4.986.913)	1.233.569	6.146.707	(4.886.197)	1.260.510
Terrenos	243.892	(37.960)	205.932	244.132	(35.400)	208.732
Reservatórios, barragens e adutoras	2.973.031	(2.432.273)	540.758	2.961.550	(2.375.501)	586.049
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.034.541	(848.378)	186.163	1.007.736	(835.357)	172.379
Máquinas e equipamentos	1.940.756	(1.644.572)	296.184	1.900.770	(1.613.650)	287.120
Veículos	15.620	(12.603)	3.017	19.925	(15.360)	4.565
Móveis e utensílios	12.642	(11.127)	1.515	12.594	(10.929)	1.665
Em curso	251.236	-	251.236	561.808	-	561.808
Ativos em Formação	251.236	-	251.236	561.808	-	561.808
Total	6.471.718	(4.986.913)	1.484.805	6.708.515	(4.886.197)	1.822.318

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Adição	Combinação de Negócios (1)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Em serviço	1.874.358	7	471.914	887.417	(8.114)	(185.805)	3.039.777
Terrenos	213.569	2	-	-	(110)	(2.711)	210.750
Reservatórios, barragens e adutoras	819.393	-	-	81.744	-	(68.784)	832.353
Edificações, obras civis e benfeitorias	212.004	5	4.105	43.539	(43)	(19.255)	240.355
Máquinas e equipamentos	623.136	-	467.759	761.978	(7.264)	(93.913)	1.751.696
Veículos	4.565	-	-	-	(691)	(857)	3.017
Móveis e utensílios	1.691	-	50	156	(6)	(285)	1.606
Em curso	1.271.414	295.508	493.211	(887.417)	(23.780)	-	1.148.936
Total	3.145.772	295.515	965.125	-	(31.894)	(185.805)	4.188.713

(1) Em dezembro de 2025, foi concluída a aquisição da totalidade da participação societária na Cemig SIM, mais detalhes sobre a operação na [nota explicativa nº 9](#).

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência (2)	Baixa	Classificação como mantido pra venda	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Em serviço	1.945.851	3.068	106.867	(2.497)	(12.662)	(166.269)	1.874.358
Terrenos (1)	215.302	1.837	803	(801)	(85)	(3.487)	213.569
Reservatórios, barragens e adutoras	852.500	41	53.888	(1.341)	(7.067)	(78.628)	819.393
Edificações, obras civis e benfeitorias	226.779	88	3.114	(21)	(884)	(17.072)	212.004
Máquinas e equipamentos	644.839	1.102	47.774	(329)	(4.626)	(65.624)	623.136
Veículos	4.513	-	1.223	-	-	(1.171)	4.565
Móveis e utensílios	1.918	-	65	(5)	-	(287)	1.691
Em curso	1.089.805	312.770	(106.867)	(17.043)	(7.251)	-	1.271.414
Imobilizado líquido	3.035.656	315.838	-	(19.540)	(19.913)	(166.269)	3.145.772

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Adição	Aporte em controladas	Transferência (2 e 3)	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Em serviço	1.260.510	7	(291.672)	383.144	(6.955)	(111.465)	1.233.569
Terrenos (1)	208.732	2	-	-	(102)	(2.700)	205.932
Reservatórios, barragens e adutoras	586.049	-	-	12.663	-	(57.954)	540.758
Edificações, obras civis e benfeitorias	172.379	5	-	30.631	(5)	(16.847)	186.163
Máquinas e equipamentos	287.120	-	(291.672)	339.719	(6.151)	(32.832)	296.184
Veículos	4.565	-	-	-	(691)	(857)	3.017
Móveis e utensílios	1.665	-	-	131	(6)	(275)	1.515
Em curso	561.808	152.822	(56.501)	(383.144)	(23.749)	-	251.236
Total	1.822.318	152.829	(348.173)	-	(30.704)	(111.465)	1.484.805

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

(3) No dia 29 de setembro de 2025, foi realizada AGE da UFV Três Marias SA, na qual foi aprovada a transferência dos ativos da UFV Jusante da Cemig GT para a UFV Três Marias SA, por meio de aporte de ativos. Por não envolver caixa, esta operação não está envolvida nas operações de fluxo de caixa.

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Adição	Ativos oriundos de incorporação (2)	Transferência (3)	Baixa	Classificação como mantido pra venda	Aporte em controlada (4)	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Em serviço	1.346.095	2.739	6.302	31.912	(2.336)	(6.302)	(1.375)	(116.525)	1.260.510
Terrenos (1)	211.216	1.785	85	803	(802)	(85)	(803)	(3.467)	208.732
Reservatórios, barragens e adutoras	654.507	-	4.611	1.452	(1.296)	(4.611)	-	(68.614)	586.049
Edificações, obras civis e benfeitorias	183.980	66	304	2.803	(8)	(304)	-	(14.462)	172.379
Máquinas e equipamentos	289.998	888	1.302	25.566	(225)	(1.302)	(572)	(28.535)	287.120
Veículos	4.513	-	-	1.223	-	-	-	(1.171)	4.565
Móveis e utensílios	1.881	-	-	65	(5)	-	-	(276)	1.665
Em curso	859.845	148.133	-	(31.912)	(14.297)	-	(399.961)	-	561.808
Imobilizado líquido	2.205.940	150.872	6.302	-	(16.633)	(6.302)	(401.336)	(116.525)	1.822.318

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.

(3) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

(4) No dia 29 de outubro de 2024, foi realizada AGE da Cemig Baguari Energia S.A., na qual foram aprovadas (i) alteração da denominação da empresa para UFV Boa Esperança S.A. e (ii) transferência dos ativos da UFV Advogado Eduardo Soares da Cemig GT para a UFV Boa Esperança, por meio de aporte de ativos.

A taxa de depreciação média anual da Companhia é de 3,11%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Veículos	14,29
Edificação – casa de força	2,00	Equipamento geral de informática	16,67
Edificação – outras	3,33	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação - outras	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Conduto forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Urbanização e benfeitorias	3,33		

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Conforme estabelecido no contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos não depreciados, que corresponderá ao saldo remanescente do ativo ao final da concessão.

Os contratos de concessão de geração também preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto para os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015, que são objeto de Bonificação pela Outorga, conforme detalhado na [nota explicativa nº 5](#).

Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

Política contábil material

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia considera os ativos de geração e transmissão detidos pela Companhia como sendo duas unidades geradoras de caixa distintas. Os demais ativos são analisados de forma individual.

Existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia não apresentou impairment nos seus imobilizados nos exercícios de 2025 e 2024.

8 INTANGÍVEL

Consolidado	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	1.780.167	(840.635)	939.532	1.383.350	(679.982)	703.368
Servidão	15.150	(7.422)	7.728	14.689	(6.933)	7.756
Concessão onerosa	13.599	(10.824)	2.775	13.599	(10.345)	3.254
Ativos da concessão (1)	202.337	(131.464)	70.873	202.337	(120.070)	82.267
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	1.230.169	(604.865)	625.304	1.030.791	(467.401)	563.390
Outros	318.912	(86.060)	232.852	121.934	(75.233)	46.701
Em curso	28.359	-	28.359	21.403	-	21.403
Ativos em formação	28.359	-	28.359	21.403	-	21.403
Total	1.808.526	(840.635)	967.891	1.404.753	(679.982)	724.771

- (1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$70.874 são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	1.288.372	(664.394)	623.978	1.103.263	(525.325)	577.938
Servidão	11.448	(6.474)	4.974	11.448	(6.153)	5.295
Concessão onerosa	11.720	(8.947)	2.773	11.720	(8.567)	3.153
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	1.141.484	(564.509)	576.975	960.874	(436.306)	524.568
Outros	123.720	(84.464)	39.256	119.221	(74.299)	44.922
Em curso	26.688	-	26.688	19.340	-	19.340
Ativos em formação	26.688	-	26.688	19.340	-	19.340
Total	1.315.060	(664.394)	650.666	1.122.603	(525.325)	597.278

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Adição (1)	Capitalização/ Transferência (2)	Combinação de Negócios (3)	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Em serviço	703.368	199.378	5.165	192.220	(160.599)	939.532
Servidão	7.756	-	-	461	(489)	7.728
Concessão onerosa	3.254	-	-	-	(479)	2.775
Ativos da concessão	82.267	-	-	-	(11.394)	70.873
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	563.390	199.378	-	-	(137.464)	625.304
Outros	46.701	-	5.165	191.759	(10.773)	232.852
Em curso	21.403	12.121	(5.165)	-	-	28.359
Ativos em formação	21.403	12.121	(5.165)	-	-	28.359
Total	724.771	211.499	-	192.220	(160.599)	967.891

- (1) Do total de adições, o montante de R\$199.378 é referente ao reconhecimento do direito de extensão da outorga das usina de Queimado, Pai Joaquim Irapé. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.
- (3) Em dezembro de 2025, foi concluída a aquisição da totalidade da participação societária na Cemig SIM, mais detalhes sobre a operação na [nota explicativa nº9](#).

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Baixa	Classificação como mantido pra venda	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Em serviço	835.745	363	24.599	(366)	(287)	(156.686)	703.368
Servidão	8.605	-	-	-	-	(849)	7.756
Concessão onerosa	3.860	-	-	-	-	(606)	3.254
Ativos da concessão	93.661	-	-	-	-	(11.394)	82.267
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	697.592	363	-	(366)	(287)	(133.912)	563.390
Outros	32.027	-	24.599	-	-	(9.925)	46.701
Em curso	23.341	22.661	(24.599)	-	-	-	21.403
Ativos em formação	23.341	22.661	(24.599)	-	-	-	21.403
Total	859.086	23.024	-	(366)	(287)	(156.686)	724.771

- (1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Adição (1)	Capitalização/ Transferência (2)	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Em serviço	577.938	180.610	4.500	(139.070)	623.978
Servidão	5.295	-	-	(321)	4.974
Concessão onerosa	3.153	-	-	(380)	2.773
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	524.568	180.610	-	(128.203)	576.975
Outros	44.922	-	4.500	(10.166)	39.256
Em curso	19.340	11.848	(4.500)	-	26.688
Ativos em formação	19.340	11.848	(4.500)	-	26.688
Total	597.278	192.458	-	(139.070)	650.666

- (1) Do total de adições, o montante de R\$180.610 é referente ao reconhecimento do direito de extensão da outorga das usinas de Queimado e Irapé. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Adição	Ativos oriundos de incorporação (1)	Capitalização/ Transferência (2)	Baixa	Classificação como mantido pra venda	Aporte em controlada (3)	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Em serviço	689.323	363	70	24.134	(363)	(70)	-	(135.519)	577.938
Servidão	5.853	-	-	-	-	-	-	(558)	5.295
Concessão onerosa	3.607	-	-	-	-	-	-	(454)	3.153
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	649.596	363	70	-	(363)	(70)	-	(125.028)	524.568
Outros	30.267	-	-	24.134	-	-	-	(9.479)	44.922
Em curso	22.774	21.255	-	(24.134)	-	-	(555)	-	19.340
Ativos em formação	22.774	21.255	-	(24.134)	-	-	(555)	-	19.340
Total	712.097	21.618	70	-	(363)	(70)	(555)	(135.519)	597.278

- (1) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.
- (3) No dia 29 de outubro de 2024, foi realizada AGE da Cemig Baguari Energia S.A., na qual foram aprovadas (i) alteração da denominação da empresa para UFV Boa Esperança S.A. e (ii) transferência dos ativos da UFV Advogado Eduardo Soares da Cemig GT para a UFV Boa Esperança S.A., por meio de aporte de ativos

A taxa de amortização média anual da Companhia é de 15,51%.

A Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Leilão da CCEE sobre créditos do Generation Scaling Factor (GSF)

Em 1º de agosto de 2025, a Cemig GT, sua subsidiária integral Cemig PCH S.A. e o consórcio Queimado no qual a Cemig GT tem participação de 82,5%, sagraram-se vencedores no leilão promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) sobre os créditos do GSF.

As usinas hidrelétricas de Queimado e Pai Joaquim terão o direito de estenderem por 7 anos as suas outorgas de concessão e autorização, enquanto a usina de Irapé terá o direito de estender sua concessão por 3 anos. O desembolso total de R\$199.378 ocorreu no dia 13 de agosto de 2025.

	Potência (MW)	Garantia física (MW)	Início de operação	Vigência após extensão	Ágio (%)	Desembolso total R\$
Irapé	399	197	20/07/2006	27/10/2040	20	102.864
Pai Joaquim	23	13,91	31/03/2004	17/09/2041	20	18.768
Queimado (82,5%)	105	64,60	16/06/2004	26/06/2041	25	77.746
	527	275,51				199.378

Assim, no ano 2025, foi reconhecido um aumento no ativo intangível no montante de R\$199.378 para o consolidado e R\$180.610 para a controladora, referente à extensão da outorga dessas usinas.

Política contábil material

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas”.

Estimativas e julgamentos

As taxas anuais de amortização consideram a vida útil esperada dos ativos e refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia não identificou indicativos de perda no valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido

excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia não apresentou impairment nos seus intangíveis nos exercícios de 2025 e 2024.

9 INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladas em conjunto				
Cachoeirão	43.043	44.893	43.043	44.893
Guanhães Energia	176.260	172.300	176.260	172.300
Pipoca	49.408	54.041	49.408	54.041
Paracambi	35.555	36.028	35.555	36.028
Aliança Norte	351.450	419.414	351.450	419.414
Amazônia Energia	584.491	696.686	584.491	696.686
Controladas				
UFV Boa Esperança	-	-	406.973	405.481
Cemig Geração Itutinga	-	-	237.371	234.858
Cemig Geração Camargos	-	-	176.371	171.318
Cemig Geração Sul	-	-	243.557	284.149
Cemig Geração Leste	-	-	214.892	199.594
Cemig Geração Oeste	-	-	133.875	162.594
Rosal	-	-	115.751	108.858
Sá Carvalho	-	-	80.592	96.962
Horizontes	-	-	12.060	12.841
PCH	-	-	65.554	47.870
Poço Fundo	-	-	187.741	161.617
ESCEE	-	-	23.050	20.779
Cemig Trading	-	-	7.672	6.381
Praias de Parajuru	-	-	127.728	142.695
Volta do Rio	-	-	251.396	246.850
Centroeste	-	-	159.412	134.885
UFV Três Marias	-	-	518.927	100.625
Cemig Sim (1)	-	-	1.245.926	-
Total do investimento	1.240.207	1.423.362	5.449.055	3.961.719

- (1) Em 19 de dezembro de 2025, foi concluída a aquisição da totalidade da participação societária na Cemig SIM, pela Cemig GT, no montante de R\$1.082.120, correspondente ao valor contábil em 30 de novembro de 2025. Adicionalmente, foi pago o montante de R\$73.900 referente a aporte realizado pela Cemig (controladora da Companhia) na Cemig SIM, a fim de atender a projetos em andamento na investida.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia analisou e não foi constatada necessidade de registro de perda por redução ao valor recuperável nos seus investimentos, em conformidade ao previsto no CPC 01/IAS 36.

a) Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, parcela excedente do ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver [nota explicativa nº 8](#).

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Outros	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Aliança Geração (1)	250.986	(6.327)	(244.659)	-	-	-
Aliança Norte (2)	42.717	(1.972)	(40.745)	-	-	-
	293.703	(8.299)	(285.404)	-	-	-

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Baixa	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Praias de Parajuru	40.009	(4.617)	-	35.392	(4.616)	30.776
Volta do Rio	53.652	(6.777)	-	46.875	(6.777)	40.098
Aliança Geração (1)	250.986	(6.327)	(244.659)	-	-	-
Aliança Norte (2)	42.717	(1.972)	(40.745)	-	-	-
	387.364	(19.693)	(285.404)	82.267	(11.393)	70.874

- (1) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A.
- (2) O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se ao registro de perda por impairment da mais-valia do investimento na Aliança Norte.

b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 31/12/2025
Cachoeirão	44.893	5.850	-	(7.700)	43.043
Guanhães Energia	172.300	10.625	2.112	(8.777)	176.260
Pipoca	54.041	5.128	-	(9.761)	49.408
Paracambi	36.028	17.657	-	(18.130)	35.555
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	696.686	(112.508)	313	-	584.491
Aliança Norte (usina Belo Monte)	419.414	(68.244)	280	-	351.450
Total do investimento	1.423.362	(141.492)	2.705	(44.368)	1.240.207

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2024
Cachoeirão	46.816	5.318	-	(7.241)	-	44.893
Guanhães Energia (1)	221.725	10.323	-	(11.816)	(47.932)	172.300
Pipoca	47.529	14.165	-	(7.653)	-	54.041
Paracambi (2)	40.475	21.732	-	(17.278)	(8.901)	36.028
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	818.929	(122.614)	371	-	-	696.686
Aliança Norte (usina Belo Monte) (3)	536.268	(76.765)	656	-	(40.745)	419.414
Aliança Geração (4)	1.171.595	30.861	-	(83.891)	(1.118.565)	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (Itaocara) (5)	-	(4.721)	15.329	-	(10.608)	-
Total do investimento	2.883.337	(121.701)	16.356	(127.879)	(1.226.751)	1.423.362

- (1) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Guanhães Energia, realizada em 19 de setembro de 2023, a redução do capital social no montante de R\$235.309, dos quais, R\$137.488 foram destinados para absorção de prejuízos e R\$97.820 foram restituídos aos acionistas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$47.932, recebidos em 2024.
- (2) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Paracambi, realizada em 16 de outubro de 2024, a redução do capital social no montante de R\$18.166. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$8.901, recebidos em 2024.
- (3) O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se ao registro de perda por impairment da mais-valia do investimento na Aliança Norte. Essa perda está apresentada nas Demonstrações do Resultado como "Outras despesas" e na [nota explicativa](#) de Segmentos Operacionais como parte do segmento de participações.
- (4) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A. Mais detalhes na nota explicativa nº 30 das Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.
- (5) Reconhecimento de reembolso devido à Light Energia S.A. decorrente de valores investidos no desenvolvimento do Projeto da UHE Itaocara em montantes superiores à participação societária da Light no projeto. O reembolso foi efetivamente realizado em 22 de maio de 2024. Em novembro de 2024, o CNPJ dessa empresa foi baixado.

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2025
Cachoeirão	44.893	5.850	-	(7.700)	-	43.043
Guanhães Energia	172.300	10.625	2.112	(8.777)	-	176.260
Pipoca	54.041	5.128	-	(9.761)	-	49.408
Praias de Parajuru	142.695	42.422	-	(57.389)	-	127.728
Volta do Rio	246.850	30.335	-	(25.789)	-	251.396
Paracambi	36.028	17.657	-	(18.130)	-	35.555
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	696.686	(112.508)	313	-	-	584.491
Aliança Norte (usina Belo Monte)	419.414	(68.244)	280	-	-	351.450
UFV Boa Esperança	405.481	21.298	3.000	(22.806)	-	406.973
Cemig Geração Itutinga	234.858	54.212	-	(51.699)	-	237.371
Cemig Geração Camargos	171.318	41.983	-	(36.930)	-	176.371
Cemig Geração Sul	284.149	45.721	-	(86.313)	-	243.557
Cemig Geração Leste	199.594	40.841	-	(25.543)	-	214.892
Cemig Geração Oeste	162.594	12.684	-	(41.403)	-	133.875
Rosal	108.858	20.109	10.000	(23.216)	-	115.751
Sá Carvalho	96.962	20.682	-	(37.052)	-	80.592
Horizontes	12.841	1.384	-	(2.165)	-	12.060
PCH	47.870	33.753	-	(16.069)	-	65.554
Poço Fundo	161.617	36.041	-	(9.917)	-	187.741
ESCEE	20.779	19.450	-	(17.179)	-	23.050
Cemig Trading	6.381	3.703	-	(2.412)	-	7.672
Centroeste	134.885	14.012	24.000	(13.485)	-	159.412
UFV Três Marias (1)	100.625	7.465	411.173	(336)	-	518.927
Cemig Sim (2)	-	89.906	-	-	1.156.020	1.245.926
	3.961.719	394.509	450.878	(514.071)	1.156.020	5.449.055

- (1) Em 2025, a Cemig GT realizou aportes na investida UFV Três Marias, no montante de R\$411.173, sendo R\$348.173 em ativos e R\$63.000 em dinheiro. A parcela do aporte em ativos, por não envolver caixa, não está refletida nas demonstrações do fluxo de caixa.
- (2) Em 19 de dezembro de 2025, foi concluída a aquisição da totalidade da participação societária na Cemig SIM, pela Cemig GT, no montante de R\$1.082.120, correspondente ao valor contábil em 30 de novembro de 2025. Adicionalmente, foi pago o montante de R\$73.900 referente a aporte realizado pela Cemig (controladora da Companhia) na Cemig SIM, a fim de atender a projetos em andamento na investida.

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2024
Cachoeirão	46.816	5.318	-	(7.241)	-	44.893
Guanhães Energia (1)	221.725	10.323	-	(11.816)	(47.932)	172.300
Pipoca	47.529	14.165	-	(7.653)	-	54.041
Praias de Parajuru	131.862	26.492	-	(15.659)	-	142.695
Volta do Rio (2)	261.473	31.340	-	(25.963)	(20.000)	246.850
Paracambi (3)	40.475	21.732	-	(17.278)	(8.901)	36.028
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	818.929	(122.614)	371	-	-	696.686
Aliança Norte (usina Belo Monte) (4)	536.268	(76.765)	656	-	(40.745)	419.414
Aliança Geração (5)	1.171.595	30.861	-	(83.891)	(1.118.565)	-
Itaocara (6)	-	(4.721)	15.329	-	(10.608)	-
UFV Boa Esperança (7)	46	3.544	401.891	-	-	405.481
Cemig Geração Itutinga	227.624	47.951	-	(40.717)	-	234.858
Cemig Geração Camargos	168.245	44.137	-	(41.064)	-	171.318
Cemig Geração Sul	254.651	48.609	-	(19.111)	-	284.149
Cemig Geração Leste	158.321	41.273	-	-	-	199.594
Cemig Geração Oeste	144.685	17.909	-	-	-	162.594
Rosal	112.383	23.164	-	(26.689)	-	108.858
Sá Carvalho	92.482	52.357	-	(47.877)	-	96.962
Horizontes (8)	32.104	16.124	-	(29.015)	(6.372)	12.841
PCH	50.792	26.649	-	(29.571)	-	47.870
Poço Fundo	167.968	(1.749)	-	(4.602)	-	161.617
ESCEE	29.118	17.681	-	(26.020)	-	20.779
Cemig Trading	8.676	2.885	-	(5.180)	-	6.381
Centroeste	113.186	21.699	-	-	-	134.885
UFV Três Marias	46.464	707	53.454	-	-	100.625
	4.883.417	299.071	471.701	(439.347)	(1.253.123)	3.961.719

- (1) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Guanhães Energia, realizada em 19 de setembro de 2023, a redução do capital social no montante de R\$235.309, dos quais, R\$137.488 foram destinados para absorção de prejuízos e R\$97.820 foram restituídos aos acionistas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$47.932, recebidos em 2024.
- (2) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Central Eólica Volta do Rio, realizada em 06 de fevereiro de 2024, a redução do capital social no montante de R\$20.000, que foram restituídos ao acionista em setembro de 2024.
- (3) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Paracambi, realizada em 16 de outubro de 2024, a redução do capital social no montante de R\$18.166. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$8.901, recebidos em 2024.
- (4) O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se ao registro de perda por impairment da mais-valia do investimento na Aliança Norte. Essa perda está apresentada nas Demonstrações do Resultado como "Outras despesas" e na [nota explicativa](#) de Segmentos Operacionais como parte do segmento de participações.

- (5) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A.. Mais detalhes na nota explicativa nº 30 das Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.
- (6) Reconhecimento de reembolso devido à Light Energia S.A. decorrente de valores investidos no desenvolvimento do Projeto da UHE Itaocara em montantes superiores à participação societária da Light no projeto. O reembolso foi efetivamente realizado em 22 de maio de 2024. Em novembro de 2024, o CNPJ dessa empresa foi baixado.
- (7) No dia 29 de outubro de 2024, foi realizada AGE da Cemig Baguari Energia S.A., na qual foram aprovadas (i) alteração da denominação da empresa para UFV Boa Esperança S.A. e (ii) transferência dos ativos da UFV Advogado Eduardo Soares da Cemig GT para a UFV Boa Esperança S.A., por meio de aporte de ativos no montante de R\$401.891, conforme Laudo de Avaliação Contábil emitido em 16 de outubro de 2024. Essa transação por não envolver caixa não está refletida nas demonstrações do fluxo de caixa.
- (8) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024. Assim, os ativos foram transferidos da Horizontes Energia para a Cemig GT, no primeiro semestre de 2024, sendo R\$6.077 incorporados ao ativo imobilizado e R\$70 incorporados ao ativo intangível. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas demonstrações do fluxo de caixa.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	38	-	38	13.805
Propostas de dividendos feitas pelas investidas	44.368	127.879	514.071	439.347
Recebimentos	(41.061)	(127.841)	(444.819)	(453.114)
Saldo final	3.345	38	69.290	38

Os saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são como segue:

2025	Cachoeirão	Guanhães Energia	Pipoca	Paracambi	Amazônia Energia	Aliança Norte
Ativo						
Circulante	22.069	13.545	18.036	13.330	297	700
Caixa e equivalentes de caixa	17.377	31	9.453	5.660	289	678
Não circulante	81.104	372.401	86.829	85.424	792.868	725.036
Total do ativo	103.173	385.946	104.865	98.754	793.165	725.736
Passivo						
Circulante	3.535	15.992	4.186	12.930	-	3
Empréstimos e financiamentos	-	-	154	8.916	-	-
Não circulante	-	10.240	314	13.262	8.614	8.489
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	13.262	-	-
Patrimônio líquido	88.906	359.714	99.695	72.562	784.551	717.244
Total do passivo e patrimônio líquido	103.173	385.946	104.195	98.754	642.147	586.462
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	29.564	-	29.499	66.549	-	-
Custos operacionais	(19.275)	(520)	(18.029)	(24.688)	-	-
Depreciação e amortização	(3.075)	(4)	(4.200)	(9.382)	-	-
Lucro bruto	10.289	(520)	11.470	41.861	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	-	(1.345)	(1.391)	(185)	(441)
Receitas financeiras	1.579	659	1.171	752	44	100
Despesas financeiras	(19)	(76)	(106)	(2.741)	(60)	(2)
Resultado operacional	11.849	63	11.190	38.481	(201)	(343)
Resultado de equivalência patrimonial	-	8.565	-	-	(150.817)	(138.931)
Imposto de renda e contribuição social	(1.117)	(1.456)	(1.192)	(2.449)	-	-
Resultado líquido do exercício	10.732	7.172	9.998	36.032	(151.018)	(139.274)
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	10.732	7.172	9.998	36.032	(151.018)	(139.274)
Resultado abrangente do exercício	10.732	7.172	9.998	36.032	(151.018)	(139.274)

2024	Cachoeirão	Guanhães Energia	Pipoca	Paracambi	Amazônia Energia	Aliança Norte
Ativo						
Circulante	10.578	14.812	20.936	11.535	244	540
Caixa e equivalentes de caixa	5.407	6.361	14.582	4.105	243	521
Não circulante	83.939	366.412	93.535	95.034	943.686	863.966
Total do ativo	94.517	381.224	114.471	106.569	943.930	864.506
Passivo						
Circulante	2.898	13.692	3.867	11.489	-	54
Empréstimos e financiamentos	-	-	709	8.719	-	-
Não circulante	-	19.314	316	21.554	8.781	8.505
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	21.554	-	-
Patrimônio líquido	91.619	348.218	110.288	73.526	935.149	855.947
Total do passivo e patrimônio líquido	94.517	381.224	114.471	106.569	943.930	864.506
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	36.906	-	44.882	62.645	(163.743)	-
Custos operacionais	(25.432)	(1.988)	(13.260)	(12.588)	-	-
Depreciação e amortização	(3.320)	(22)	(4.082)	(4.249)	-	-
Lucro bruto	11.474	(1.988)	31.622	50.057	(163.743)	-
Despesas gerais e administrativas	-	-	(1.625)	(2.109)	(589)	(151.819)
Receitas financeiras	1.166	544	1.070	2.152	7	62
Despesas financeiras	(6)	(113)	(356)	(3.015)	(42)	(4)
Resultado operacional	12.634	(1.557)	30.711	47.085	(164.367)	(151.761)
Resultado de equivalência patrimonial	-	28.974	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.780)	(160)	(1.775)	(2.732)	-	-
Resultado líquido do exercício	10.854	27.257	28.936	44.353	(164.367)	(151.761)
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	10.854	27.257	28.936	44.353	(164.367)	(151.761)
Resultado abrangente do exercício	10.854	27.257	28.936	44.353	(164.367)	(151.761)

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2025, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$83.749 (R\$217.025 em 31 de dezembro de 2024). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.031 milhões (R\$3.053 milhões em 31 de dezembro de 2024). O potencial impacto para a Cemig GT está limitado ao seu investimento na NESA.

Aquisições Cemig Sim

Em dezembro de 2025, foram concluídas duas operações societárias pela Cemig SIM (Reorganização societária de 11 UFVs e aquisição de 3 usinas fotovoltaicas), detalhadas na sequência desta nota explicativa.

Reorganização societária de 11 UFVs

Em 2 de dezembro de 2025, a Cemig SIM concluiu o descruzamento de ativos com a Mori Energia Holding S.A. (“Mori”), subsidiária da Comerc Energia S.A. (“Comerc”). A Cemig Sim detinha 49% de participação em 11 usinas fotovoltaicas de geração distribuída, totalizando 53,7 MWp de potência instalada.

A operação envolveu dois Contratos de Compra e Venda de Ações (CCVAs). No primeiro, a Cemig SIM vendeu à Mori suas participações equivalentes a 49% das ações de 5 SPEs, por R\$ 106.435. No segundo, adquiriu 51% das ações de 6 SPEs, por R\$ 105.278. O pagamento foi realizado por compensação entre os valores das duas transações.

Com o fechamento da operação, a Cemig SIM passou a deter o controle de 6 usinas fotovoltaicas, somando 27,0 MWp.

Os efeitos contábeis são destacados na sequência.

Desdobramento do custo de aquisição	UFV Brasilândia	UFV Lagoa Grande	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	Total
Valor do patrimônio líquido de 100%	29.011	28.148	12.693	10.238	11.580	13.600	105.270
Mais-valia dos ativos líquidos	27.585	28.040	14.278	9.245	12.126	12.739	104.013
Valor justo dos ativos líquidos	56.596	56.188	26.971	19.483	23.706	26.339	209.283
(-) Valor justo da participação anterior de 49%	(27.732)	(27.532)	(13.216)	(9.547)	(11.616)	(12.906)	(102.549)
Goodwill (Compra vantajosa)	408	(1.054)	(87)	(377)	148	(495)	(1.457)
Valor total da contraprestação transferida	29.272	27.602	13.668	9.559	12.238	12.938	105.277

Conforme previsto no pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15, a Companhia remensurou pelo valor justo a participação detida anteriormente, reconhecendo a diferença no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	UFV Brasilândia	UFV Lagoa Grande	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	Total
Valor justo da participação anterior de 49%	27.732	27.532	13.216	9.547	11.616	12.906	102.549
Valor contábil da participação anterior de 49%	14.116	14.012	6.015	4.099	4.469	6.502	49.213
Ganho pela remensuração da participação anterior	13.616	13.520	7.201	5.448	7.147	6.404	53.336

O resumo da mensuração a valor justo dos ativos e passivos adquiridos é conforme segue:

	UFV Brasilândia	UFV Lagoa Grande	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.616	6.720	2.401	2.095	1.990	3.078
Outros ativos circulantes	4.063	3.712	1.933	1.411	1.666	1.716
Ativo não circulante						
Imobilizado	22.475	19.043	8.887	7.016	9.499	9.311
Outros ativos não circulantes	202	6	33	199	3	111
Passivo circulante						
Obrigações fiscais	(254)	(219)	(123)	(79)	(83)	(98)
Outros passivos circulantes	(41)	(46)	(20)	(21)	(1.021)	(22)
Passivo não circulante						
Provisão para desmantelamento	(1.051)	(1.068)	(418)	(382)	(475)	(496)
Patrimônio líquido em 30 de novembro de 2025	29.011	28.148	12.693	10.238	11.580	13.600
Mais valia do intangível (1)	27.585	28.040	14.278	9.245	12.126	12.739
Valor justos dos ativos líquidos identificáveis	56.596	56.188	26.971	19.483	23.706	26.339

(1) O Ativo Intangível referente ao Direito de Exploração das adquiridas foi identificado e avaliado com base na metodologia MPEEM - Multi Period Excess Earnings Method e está relacionado ao direito de exploração das usinas fotovoltaicas.

Aquisição de 3 usinas fotovoltaicas

Em 19 de dezembro de 2025, foi concluída, pela Cemig SIM, a aquisição de 100% das ações da SPE Hera Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda (“Hera”), pelo montante de R\$38.000 e de 51% das ações das SPEs Apolo 1 SPE Empreendimentos e Energia S.A. (“Apolo 1”) e Apolo 2 SPE Empreendimentos e Energia S.A. (“Apolo 2”), pelo montante de R\$14.812, nas quais a Cemig SIM já detinha uma participação de 49%.

Os efeitos contábeis são destacados na sequência.

Desdobramento do custo de aquisição	Apolo 1	Apolo 2	Hera	Total
Valor do patrimônio líquido de 100%	9.668	9.830	26.330	45.828
Mais-valia dos ativos líquidos	11.081	11.329	19.301	41.711
Valor justo dos ativos líquidos	20.749	21.159	45.631	87.539
(-) Valor justo da participação anterior de 49%	(10.167)	(10.368)	-	(20.535)
Compra vantajosa	(1.191)	(1.612)	(7.631)	(10.434)
Valor total da contraprestação	9.391	9.179	38.000	56.570

Conforme previsto no pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15, a Companhia remensurou pelo valor justo a participação detida anteriormente, reconhecendo a diferença no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Apolo 1	Apolo 2	Total
Valor justo da participação anterior de 49%	10.167	10.368	20.535
Valor contábil da participação anterior de 49%	6.062	6.062	12.124
Ganho pela remensuração da participação anterior	4.105	4.306	8.411

O resumo da mensuração a valor justo dos ativos e passivos adquiridos é conforme segue:

	Apolo 1	Apolo 2	Hera
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.208	2.253	66
Outros ativos circulantes	558	468	-
Ativo não circulante			
Imobilizado	7.464	7.696	26.858
Outros ativos não circulantes	292	292	-
Passivo circulante			
Obrigações fiscais	(56)	(19)	(3)
Outros passivos circulantes	(25)	(31)	(40)
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	(310)	(334)	-
Provisão para desmantelamento	(463)	(463)	-
Outros passivos não circulantes	-	(32)	(551)
Patrimônio líquido em 30 de novembro de 2025	9.668	9.830	26.330
Mais valia do intangível (1)	11.081	11.329	19.301
Valor justos dos ativos líquidos identificáveis	20.749	21.159	45.631

(1) O Ativo Intangível referente ao Direito de Exploração das adquiridas foi identificado e avaliado com base na metodologia MPEEM - *Multi Period Excess Earnings Method* e está relacionado ao direito de exploração das usinas fotovoltaicas.

Efeito nas demonstrações financeiras consolidadas

No quadro a seguir são demonstrados os valores de receita líquida e resultado líquido que foram refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como os valores consolidados caso as combinações de negócios tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2025.

Receita consolidada de 2025	7.258.591
Resultado consolidado de 2025	1.838.202
Receita refletida no consolidado	2.757
Resultado refletido no consolidado	1.770

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investigações

Havia um inquérito civil público em condução pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades no investimento da Cemig GT na Guanhães Energia. Após a realização das diligências pertinentes, e considerando as conclusões do Parecer Técnico Econômico produzido pela área técnica do Ministério Público, o órgão concluiu que não restou apurada qualquer lesão ao erário, nem tampouco indícios da prática de outro ato de improbidade administrativa, promovendo assim o arquivamento do inquérito em 26/02/2025.

Política contábil material

A Cemig GT detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Cemig GT tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio

(*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Cemig GT avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos.

Para a mensuração do valor recuperável é calculado o valor justo do ativo, líquido das despesas de venda e o valor em uso, representado pelo valor presente dos fluxos de caixa esperados. O valor recuperável é dado como o maior montante entre essas duas estimativas. Sendo esse valor inferior ao valor contábil é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável diretamente no resultado em contrapartida à redução do ativo em questão.

Ao final de cada período de divulgação das informações contábeis, a Cemig GT avalia se há algum indicativo de que as perdas reconhecidas em períodos anteriores podem ser revertidas parcialmente ou integralmente. Diante da existência de indicativos, há a necessidade de estimar o valor recuperável do ativo.

O método da equivalência patrimonial deixa de ser aplicado a partir do momento em que o investimento perde as características de coligada, controlada ou controlada em conjunto, como, por exemplo, no caso de classificação como ativo não circulante mantido para venda.

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Cemig GT e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia.

10 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na [nota explicativa](#) de investimento (nº 9). Já os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
Consolidado								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(10.614)
Paracambi	-	-	3.209	3.065	-	-	(32.346)	(30.828)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	-	4.440	-	-	(1.893)	(45.730)
Cemig Distribuição	5.117	9.351	-	2.289	63.006	59.787	-	(1.885)
	5.117	9.351	3.209	9.794	63.006	59.787	(34.239)	(89.057)
Controladora								
Paracambi	-	-	3.209	3.065	-	-	(32.346)	(30.828)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	-	4.440	-	-	(1.893)	(45.730)
Cemig Distribuição	5.107	7.928	-	-	63.006	42.911	-	-
	5.107	7.928	3.209	-	63.006	42.911	(34.239)	(76.558)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
Consolidado								
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição	-	15.690	1.253	-	180.251	125.317	(82.831)	(31.798)
	-	15.690	1.253	-	180.251	125.317	(82.831)	(31.798)
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	45.545	31.941	-	3.403	382.056	324.178	-	-
Norte Energia	9.806	8.718	-	-	34.887	33.190	-	-
Sete Lagoas Transmissão	-	-	-	2	-	-	(20)	(17)
Taesá	-	-	12	1.284	-	-	(14.937)	(15.463)
	55.351	40.659	12	4.689	416.943	357.368	(14.957)	(15.480)
Controladora								
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição	-	-	1.253	2.319	180.251	125.317	(65.267)	(12.143)
Centroeste	-	-	-	13	-	-	(133)	(171)
Norte Energia	9.542	8.463	-	-	-	-	-	-
	9.542	8.463	1.253	2.332	180.251	125.317	(65.400)	(12.314)
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	45.545	28.928	-	-	382.056	459.698	-	-
Norte Energia	9.542	-	-	-	34.887	33.292	-	-
Taesá	-	-	12	1.259	314	300	(14.651)	(15.169)
Sete Lagoas Transmissão	-	-	-	2	-	-	(19)	(17)
	55.087	28.928	12	1.261	417.257	493.290	(14.670)	(15.186)

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
Cemig Distribuição	3.480	10.259	-	-	(9.577)	(12.113)	-	-
Companhia Energética de Minas Gerais	-	2.277	-	-	-	-	-	-

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 1475/2022. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Prestação de serviços

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
Consolidado								
Cachoeirão	102	-	-	-	281	305	-	-
Guanhães	1.504	722	-	-	2.497	2.321	-	-
Taesa	525	579	-	-	2.020	1.581	-	-
	2.131	1.301	-	-	4.798	4.207	-	-
Controladora								
Centroeste	83	234	-	-	958	1.018	-	-
Sá Carvalho	2.839	1.508	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração Itutinga	4.124	1.544	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração Camargos	3.701	1.588	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração Sul	1.567	758	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração Leste	1.095	-	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração Oeste	1.480	-	-	-	-	-	-	-
Rosal	2.040	1.124	-	-	-	-	-	-
Praias de Parajuru	1.489	631	-	-	-	-	-	-
Volta Do Rio	2.691	816	-	-	-	-	-	-
Cachoeirão	102	101	-	-	281	305	-	-
Cemig PCH	773	404	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração Poço Fundo	2.305	718	-	-	-	-	-	-
Guanhães	1.504	722	-	-	2.497	2.321	-	-
Cemig Sim	176	354	-	-	234	1.453	-	-
Taesa	525	-	-	-	1.706	-	-	-
Sete Lagoas Transmissão	93	251	-	-	1.024	1.019	-	-
	26.587	10.753	-	-	6.700	6.116	-	-

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão.

Juros sobre capital próprio e dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
Consolidado								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	908.636	744.132	-	-	-	-
Guanhães	3.345	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	38	-	-	-	-	-	-
	3.345	38	908.636	744.132	-	-	-	-
Controladora								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	908.636	-	-	-	-	-
Centroeste	13.485	-	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração Oeste	4.009	-	-	-	-	-	-	-
Praias de Parajuru	8.094	-	-	-	-	-	-	-
Volta Do Rio	25.789	-	-	-	-	-	-	-
Cemig PCH	14.232	-	-	-	-	-	-	-
UFV Três Marias	336	-	-	-	-	-	-	-
	65.945	-	908.636	-	-	-	-	-

A tabela acima indica a posição passiva da Companhia com a Controladora em relação à conta de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos e em relação à posição ativa de saldos de dividendos a receber das investidas apresentados em "Outras" na tabela de "Dividendos a receber".

Em relação à posição passiva, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP no total de R\$927.016 no exercício de 2025. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes [nota explicativa nº 3.5](#).

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	18.844	99.984	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	202.343	224.118	-	-	11.083	10.169	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	84.529	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo para empresas do Grupo Cemig, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" e "Caixa e equivalentes de caixa", no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Arrendamentos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
Circulante								
Arrendamento	-	-	3.824	3.731	-	-	4.590	(4.195)
Não circulante								
Arrendamento	37.402	37.914	41.293	41.357	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde.

Com a liquidação da obrigação pós-emprego vinculada ao Plano de ProSaúde Integrado (PSI) e ao Programa Odontológico (POD), a Companhia deixou de reconhecer obrigação atuarial futura relacionada a esses benefícios, extinguindo o passivo correspondente. Mais informações na [nota explicativa nº18](#).

As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
Consolidado e Controladora								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	29.794	12.309	-	-	(41.535)	(42.898)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(23.126)	(22.683)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(9.174)	(8.739)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	322.268	323.713	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	-	44.169	-	-	(64.523)	(57.964)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	-	507.483	-	-	-	-

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2031;
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios de 2025 e de 2024 respectivamente, são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	3.785	5.380
Participação nos resultados	1682	1664
Previdência privada	261	537
Planos de saúde e odontológico	31	33
Seguro de vida	6	6
Total (1)	5.765	7.620

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

11 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E ALIENAÇÕES

A composição dos ativos classificados como mantidos para venda, mensurados pelo valor justo, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado e Intangível - Usinas	-	20.347	-	6.304
Ativo financeiro - Bonificação pela outorga usinas	-	36.517	-	-
	-	56.864	-	6.304

a) Transferência onerosa de 4 PCH/UHEs

Em 23 de setembro de 2024, foi republicado o edital para realização de leilão público visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 UHEs/PCH, sendo 1 PCH da Cemig GT e 3 UHEs das suas subsidiárias integrais Cemig Geração Sul, Cemig Geração Leste e Cemig Geração Oeste.

Em 5 de dezembro de 2024, a Cemig GT realizou o leilão público na B3, sendo o lance vencedor apresentado pela empresa Âmbra Hidroenergia LTDA no valor de R\$52 milhões, o que representa um ágio de 78,8% em relação ao preço mínimo de R\$29,1 milhões.

Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig GT e suas subsidiárias Cemig Geração Leste, Cemig Geração Oeste e Cemig Geração Sul, assinaram o CCVA com a Âmbra Hidroenergia LTDA, vencedora do leilão.

Em 23 de maio de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais suspendeu, até o trânsito em julgado da decisão de mérito, a liminar proferida nos autos da Ação Popular contra o edital e o contrato do Leilão de alienação dessas usinas, restabelecendo os efeitos do Leilão realizado em 5 de dezembro de 2024.

Em 16 de outubro de 2025, a CEMIG GT e suas subsidiárias integrais concluíram, a transferência onerosa das usinas Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos, após

cumpridas todas as condições precedentes do Contrato de Transferência Onerosa. O valor recebido pelo desinvestimento foi de R\$52,4 milhões.

A presente Transferência Onerosa visou atender às diretrizes do Planejamento Estratégico da CEMIG, que preconiza uma otimização do portfólio e de eficiência operacional, com uma melhor alocação de capital, por meio do desinvestimento de ativos de pequeno porte.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2025:

	Consolidado	Controladora
Preço de venda total	52.387	9.068
Valor do ativo mantido para venda até o fechamento da operação	(63.793)	(6.304)
Perda (Ganho) de capital na alienação	(11.406)	2.764

b) Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, a Cemig GT publicou o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da Horizontes Energia S.A., subsidiária integral da Cemig GT.

O processo de alienação dos ativos para a Mang Participações e Agropecuária LTDA, vencedora do leilão realizado em 10 de agosto de 2023, foi concluído em 29 de fevereiro de 2024 após cumpridas todas as condições precedentes do Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA). O valor recebido pela venda foi de R\$101 milhões.

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.

Em janeiro de 2025, foi proferida sentença procedente em relação à ação popular movida contra o edital de venda do Leilão público de alienação das 15 PCHs/ CGHs.

Em março de 2025, foi proferida nova sentença declarando a sentença anterior nula de pleno direito. Dessa forma, foi afastada a sentença que julgou procedente a ação popular movida contra o edital. A Cemig continuará atuando no processo, que conduzirá a nova sentença para apreciação do mérito

Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Política contábil material

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados, e qualquer investimento não é mais sujeito ao método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum passivo classificado como mantido para venda.

Estimativas e julgamentos

São mensurados inicialmente pela menor quantia entre o valor contábil e o valor justo (calculado pelo método do fluxo de caixa descontado) líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Para os casos em que a venda é realizada por meio de leilão, após sua realização, a Companhia considera o valor do lance ganhador como sendo o valor justo, por se tratar do valor que efetivamente será recebido pela venda dos ativos após os trâmites legais.

12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

Indexador	Taxa média a.a.		Consolidado		Controladora	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas bancárias			59.589	4.279	6.871	(4.249)
Aplicações financeiras:						
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	CDI	95,0 a 107,0	144.481	129.476	106.030	120.509
Aplicações automáticas - Overnight (2)	Pré-fixada	14,6 a 14,9	22.132	99.984	278	46.581
			166.613	229.460	106.308	167.090
			226.202	233.739	113.179	162.841

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na [nota explicativa nº 19](#) (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na [nota explicativa nº 10](#).

13 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Indexador	Taxa média a.a. (%)		Consolidado		Controladora	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						
Letras Financeiras (LFs) – Bancos	CDI	103,5 a 110,02	207.376	175.500	2.603	81.762
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	Variação Selic	15,11 a 15,12	27.316	45.479	343	21.188
Outros			2.997	3.319	80	1.642
			237.689	224.298	3.026	104.592
Não circulante						
Letras Financeiras (LFs) – Bancos	CDI	103,5 a 110,02	-	84.529	-	39.380
			-	84.529	-	39.380
			237.689	308.827	3.026	143.972

O aumento de Títulos e Valores Mobiliários está atrelado à gestão de caixa da Companhia, em conformidade com a Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxos de caixa das empresas do grupo.

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na [nota explicativa nº 19](#) e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na [nota explicativa nº 10](#).

A Companhia e suas controladas classificam de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

14 CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer			Vencidos		Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/12/2025	31/12/2024
Industrial	1.485	162.020	19.131	2.825	21.930	207.391	222.861
Comércio, serviços e outras	1.450	92.283	4.186	325	9.356	107.600	82.580
Suprimento a outras concessionárias	8.398	266.512	49.678	1.196	21	325.805	270.492
Concessionários – transp. de energia	3.603	110.237	237	3.827	16.479	134.383	142.361
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	996	63.222	366	-	-	64.584	8.196
Perdas de créditos esperadas	-	-	(1.312)	(2.651)	(30.805)	(34.768)	(31.355)
	15.932	694.274	72.286	5.522	16.981	804.995	695.135
Ativo circulante						804.513	693.531
Consumidores e revendedores						670.112	551.131
Concessionários – Transp. energia						134.401	142.400
Ativo não circulante						482	1.604
Consumidores e revendedores						482	1.604

	Saldos a vencer			Vencidos		Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/12/2025	31/12/2024
Industrial	1.485	147.579	9.444	2.825	22.209	183.542	200.147
Comércio, serviços e outras	1.450	92.283	4.186	325	9.356	107.600	82.579
Suprimento a outras concessionárias	8.396	201.167	31.849	411	46	241.869	185.216
Concessionários – transp. de energia	3.596	109.074	237	3.827	16.148	132.882	140.066
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	-	58.811	-	-	-	58.811	3.496
Perdas de créditos esperadas	-	-	(1.312)	(2.651)	(30.805)	(34.768)	(31.355)
	14.927	608.914	44.404	4.737	16.954	689.936	580.149
Ativo circulante						689.469	578.561
Consumidores e revendedores						556.587	438.495
Concessionários – Transp. energia						132.882	140.066
Ativo não circulante						467	1.588
Consumidores e revendedores						467	1.588

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na [nota explicativa nº 19](#).

As Perdas de Créditos Esperadas (PCE) são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no período é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.080	35.080
Constituição de provisão, líquida (nota 3.3.c)	(3.725)	(3.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	31.355	31.355
Constituição de provisão, líquida (nota 3.3.c)	3.426	3.426
Baixa	(13)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	34.768	34.768

Política contábil material

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

Especificamente para a atividade de transmissão, a Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Estimativas e julgamentos

Perdas de créditos esperadas (PCE)

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Para a Companhia o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos. Vale ressaltar que não há constituição de PCE para os contratos celebrados com comercializadoras, em virtude da entrega de energia estar condicionada ao pagamento prévio da fatura ou aporte de garantias.

15 DEBÊNTURES E EMPRÉSTIMOS

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado e Controladora 31/12/2025			Consolidado e Controladora 31/12/2024
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Empréstimo	2026	SOFR + 0,53%	USD	224.181	-	224.181	-
Total de empréstimos				224.181	-	224.181	-
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série	2027	CDI + 1,33%	R\$	236.442	233.333	469.775	703.560
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série	2029	IPCA + 7,6245%	R\$	1.109	345.120	346.229	332.268
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	2030	CDI+0,64%	R\$	27.615	625.000	652.615	-
Debêntures - 11ª emissão - 1ª série	2037	IPCA + 6,7878%		7.894	1.005.807	1.013.701	-
Debêntures - 11ª emissão - 2ª série	2040	IPCA + 6,6504%		3.870	502.905	506.775	-
(-) Custos de transação				(857)	(57.051)	(57.908)	(3.904)
Total de debêntures				276.073	2.655.114	2.931.187	1.031.924
Total geral				500.254	2.655.114	3.155.368	1.031.924

Os custos nominais e reais da dívida da Cemig GT são 12,55% a.a. e 7,88% a.a. respectivamente em 31 de dezembro de 2025 e 12,99% a.a. e 7,77% a.a., respectivamente em 31 de dezembro de 2024.

As debêntures de emissão da Cemig GT são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

a) Emissão de debêntures

Ao longo do exercício de 2025, foram efetuadas emissões de debêntures pela Cemig GT, subscritas conforme segue:

Emissão	Quantidade	Valor em milhares	Data da liquidação financeira	Taxa (a.a.)	Prazo dias	Vencimento principal	Amortização	Classificação risco de crédito (2)
10ª emissão – Série Única (1)	625.000	R\$625.000	18/03/2025	CDI + 0,64%	1.826	2030	48º e 60º meses	'AAA(bra)'
11ª emissão - 1ª série (1)	1.000.000	R\$1.000.000	18/11/2025	IPCA + 6,7878%	4.383	2037	120º, 132º e 144º meses	'AAA(bra)'
11ª emissão - 2ª série (1)	500.000	R\$500.000	18/11/2025	IPCA + 6,6504%	5.479	2040	120º, 132º e 144º meses	'AAA(bra)'
Total	2.125.000	R\$ 2.125.000						

- (1) Os recursos obtidos com essa emissão serão destinados para a gestão do fluxo de caixa, compreendendo, mas não se limitando, a sua operação e ao reembolso de investimentos realizados, em linha com o Framework, para fins de qualificação como “Debêntures Verdes”.
- (2) Classificação de risco de crédito atribuída pela agência Fitch Ratings à Emissão.

Essa emissão foi de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, outorgada pela Cemig.

Empréstimo Internacional sob a Lei 4.131

Em 07 de agosto de 2025, a Cemig GT contratou uma operação de crédito junto ao Citibank, no valor de US\$40 milhões, equivalente a R\$218.552 na data da contratação.

A operação foi estruturada na modalidade *Floating Rate Loan*, com incidência de juros à taxa *Adjusted Dollar Interest Rate* (taxa de referência), baseada na taxa de referência *Term SOFR* (*Secured Overnight Financing Rate*), acrescida de um spread de 0,53% ao ano, com vencimento em 11 de agosto de 2026.

Foi contratado um *full cross-currency swap* para proteção cambial desta dívida em dólar e suas informações detalhadas são divulgadas na [nota explicativa nº 19](#).

b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor de debêntures da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	31/12/2025
Aval e fiança	224.181
Fiança	2.931.187
Total	3.155.368

c) Composição e movimentação consolidada das debêntures e dos empréstimos

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 7,3 anos. A composição consolidada das debêntures e empréstimos, por moeda e indexador, considerando seus vencimentos é como segue:

Consolidado e controladora	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte Americano (1)	224.181	-	-	-	-	-	224.181
Total por moedas	224.181	-	-	-	-	-	224.181
IPCA (1)	12.873	-	-	345.120	-	1.508.712	1.866.705
CDI (2)	264.057	233.333	-	312.500	312.500	-	1.122.390
Total por Indexadores	276.930	233.333	-	657.620	312.500	1.508.712	2.989.095
(-) Custos de transação	(857)	(856)	-	(3.806)	-	(52.389)	(57.908)
Total geral	500.254	232.477	-	653.814	312.500	1.456.323	3.155.368

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária das debêntures e empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

	Variação acumulada no exercício de 2025(%)	Variação acumulada no exercício de 2024 (%)
Indexador		
IPCA	4,26	4,83
CDI	14,26	10,83
Moeda		
Dólar Norte-Americano	(11,14)	13,66

A movimentação das debêntures é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.868.093
Variação monetária	16.179
Variação cambial	463.887
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	332.597
Amortização dos custos de transação	2.170
Encargos financeiros pagos	(342.047)
Amortização de principal	(2.308.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.031.924
Empréstimos obtidos e captação de debêntures	2.343.552
Custos de transação	(56.330)
Captações líquidas	2.287.222
Variação monetária	22.530
Variação cambial	1.544
Encargos financeiros provisionados	220.122
Amortização dos custos de transação	2.328
Encargos financeiros pagos	(176.969)
Amortização de Debêntures	(233.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.155.368

d) Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
9ª Emissão de debêntures 1ª e 2ª série (1)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado (2)	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0 de 31/12/2022 até 30/06/2026 Igual ou inferior a 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral
10ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 até 31 de dezembro de 2029 Igual ou inferior a 4,0 de 31 de dezembro de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2029 Igual ou inferior a 4,0 de 31 de dezembro de 2029 em diante	Semestral
11ª emissão de debêntures - Cemig GT	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 até 31 de dezembro de 2029 (inclusive). Igual ou inferior a 4,0 de 31 de dezembro 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 (inclusive) até 31 de dezembro de 2029 (inclusive). Igual ou inferior a 4,0 de 31 de dezembro de 2029 (exclusive) em diante	Semestral
Empréstimo em US\$	Dívida Líquida / Lajida ajustado (3)	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,5	Semestral

- O não cumprimento dos covenants implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- A Dívida Líquida corresponde ao saldo das rubricas de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, acrescidas das dívidas devidas à Forluz, menos o total de Caixa, Equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários, e a posição de hedge relacionada ao principal da dívida. O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, menos (i) quaisquer ganhos com a venda de ativos e quaisquer baixas contábeis, perdas ou desvalorizações de ativos; menos (ii) quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, desde que não recorrentes, e mais (iii) quaisquer despesas ou encargos não monetários, desde que não recorrentes.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

16 ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu direito de uso e passivo de arrendamentos para os seguintes contratos nos termos do CPC 06 (R2)/IFRS 16:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações; e
- Arrendamentos de terrenos para implantação e operação de usinas de geração fotovoltaica.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada (1)	Taxa média anual (%)	Taxa média mensal (%)
Contratos celebrados em 2025		
Até 5 anos	6,78	0,55
De 5 a 10 anos	6,68	0,54
De 11 a 20 anos	6,74	0,54
Contratos celebrados em 2024		
Até 5 anos	7,61	0,61
De 6 a 11 anos	7,36	0,59
De 12 a 21 anos	7,2	0,58

- (1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Movimentação do direito de uso

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.135	35.249	75.384
Baixa (contratos encerrados)	(162)	-	(162)
Adição	13.464	-	13.464
Amortização (1)	(1.948)	(8.607)	(10.555)
Remensuração (2)	(5)	(2.065)	(2.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	51.484	24.577	76.061
Direito de uso recebido em combinação de negócios	58.764	679	59.443
Adição	100	-	100
Baixa (contratos encerrados)	(240)	-	(240)
Amortização (1)	(2.576)	(8.528)	(11.104)
Remensuração (2)	3.257	64	3.321
Saldo em 31 de dezembro de 2025	110.789	16.792	127.581

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.672	33.499	71.171
Baixa (contratos encerrados)	(164)	-	(164)
Adição	385	-	385
Amortização (1)	(1.808)	(8.109)	(9.917)
Remensuração (2)	1.127	(2.156)	(1.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.212	23.234	60.446
Adição	25	-	25
Amortização (1)	(1.906)	(7.996)	(9.902)
Remensuração (2)	2.371	-	2.371
Saldo em 31 de dezembro de 2025	37.702	15.238	52.940

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$156 para consolidado e R\$147 controladora no período de janeiro a setembro de 2025 (R\$141 para consolidado e R\$138 controladora no mesmo período de 2024). A taxa anual média ponderada de amortização para imóveis é de 5,14% no consolidado e de 5,14% na controladora. Para veículos a taxa é de 52,14% no consolidado e 52,48% na controladora.
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Movimentação do passivo de arrendamentos

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	83.215	78.786
Passivos oriundos da incorporação	13.464	385
Adição	(186)	(186)
Juros incorridos (1)	5.655	5.344
Arrendamentos pagos	(13.317)	(12.778)
Juros sobre arrendamentos pagos	(869)	(558)
Remensuração (2)	(2.070)	(1.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	85.892	69.964
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	60.386	-
Adição	100	25
Baixa (contratos encerrados)	(250)	-
Juros incorridos (1)	5.487	4.178
Arrendamentos pagos	(13.888)	(12.931)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1.760)	(558)
Remensuração (2)	3.321	2.371
Saldo em 31 de dezembro de 2025	139.288	63.049
Passivo circulante	19.634	13.145
Passivo não circulante	119.654	49.904

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$224 no período de janeiro a dezembro de 2025 para consolidado e R\$217 para controladora (R\$264 no mesmo período de 2024 para consolidado e R\$263 controladora).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	228.332	139.292	97.702	63.049
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	7.355	4.203	7.343	4.199

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2026	20.280	13.593
2027	18.021	11.612
2028	11.222	5.240
2029	9.811	3.991
2030	9.696	3.954
2031 a 2045	159.302	59.312
Valores não descontados	228.332	97.702
Juros embutidos	(89.044)	(34.653)
Passivo de arrendamento	139.288	63.049

Política contábil material

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso.

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para o período de arrendamento, é considerada a intenção da Companhia em opções de renovação.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A taxa incremental é estimada a partir das taxas de captação corporativa, representando a taxa de juros que a Companhia pagaria ao obter empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, dos recursos necessários

para adquirir o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

17 FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento e transporte de energia elétrica (1)	372.369	214.668	361.855	209.694
Materiais e serviços	163.186	182.508	105.609	118.442
	535.555	397.176	467.464	328.136

(1) A variação está associada, principalmente, da necessidade de maior volume de compra de energia para o fechamento de posições e da elevação dos preços de mercado no ano de 2025.

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na [nota explicativa nº 19](#).

18 OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico IAS 19/CPC 33 (R1) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2025.

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Reúne os participantes ativos e assistidos que migraram do antigo plano de benefício definido, passando a ter direito a um benefício proporcional saldado. Para os participantes ativos, o benefício será pago somente na aposentadoria (benefício diferido).

Os benefícios do Plano A possuem pagamento vitalício, e o risco integral de insuficiência das reservas para cobrir esses compromissos (déficits) é exclusivamente das patrocinadoras.

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Adicionalmente aos planos previdenciários, a Companhia e suas controladas ofertavam aos seus funcionários ativos e assistidos os seguintes planos de saúde:

Plano Prosaúde Integrado (PSI): é um plano de saúde administrado pela Cemig Saúde, que oferece cobertura ambulatorial, hospitalar e obstétrica em rede credenciada nacional para empregados ativos, aposentados e seus dependentes. As coberturas são prestadas principalmente pelo Programa de Referência de Assistência à Saúde (PRAS), complementadas pelos programas de reembolso de despesas médicas (PGE – Programa de Garantias Especiais e FCAS – Fundo Complementar de Assistência à Saúde).

Programa Odontológico (POD): plano odontológico ofertado pela Companhia aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, em parceria com a Odontoprev, em abrangência nacional.

Em 2025, a Companhia deixou de reconhecer a obrigação atuarial futura relacionadas ao PSI e ao POD, extinguindo o passivo correspondente. Maiores informações são apresentadas no decorrer desta nota explicativa.

Encerramento da obrigação pós-emprego sobre plano de saúde e plano odontológico

Em fevereiro de 2025, foi publicado acórdão de julgamento ocorrido em dezembro de 2024, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), cuja decisão determinou a cessação, a partir de 31 de dezembro de 2023, da validade das cláusulas que determinavam a prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos da cláusula 17ª do acordo coletivo de trabalho de 2010 e cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho de 2016. Essas cláusulas garantiam a cobertura das suas obrigações com pagamento de benefício pós-emprego do plano de saúde (PSI) e do plano odontológico (POD), incluindo os aposentados e empregados ativos.

Essa decisão permitiu um avanço muito importante nos diálogos com os sindicatos para a realização de acordos coletivos com o objetivo pôr fim às obrigações da Companhia relativas às obrigações de custeio do PSI e do POD, destinado a empregados, ex-empregados, aposentados, pensionistas e seus dependentes, representados pelas entidades signatárias.

Em contrapartida ao encerramento das obrigações, a Companhia assumiu o compromisso de pagamento de uma indenização compensatória no valor máximo de R\$289.664, em seis parcelas. A 1ª e a 2ª parcelas ocorrerão, respectivamente, nos dias 15 de janeiro e 15 de

março de 2026, sendo que a atualização financeira pelo IPCA ocorrerá somente a partir da 2ª parcela. As demais parcelas serão anuais, com previsão de pagamento a cada dia 15 de fevereiro, com início em 2027 e término em 2030.

Após o término dos pagamentos das indenizações, os próprios beneficiários passarão a arcar integralmente com o custo dos planos de saúde, conforme previsto na legislação.

Em setembro de 2025, foi homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o acordo entre a Companhia, o Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas Gerais (Sindsul) e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais (FTIUMG). Nesse acordo, a Companhia se comprometeu realizar um desembolso inicial de R\$6.305, sendo cumprido em novembro de 2025

Posteriormente, em dezembro de 2025, foi homologado também pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região o acordo celebrado com as entidades representativas dos empregados do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletr), Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge), Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais (Sintec), Sindicato dos Eletricitários de Juiz de Fora e de aposentados da Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias – AEA.

	Controladora
Valor principal da indenização compensatória	289.664
Pagamento Sindsul & FTIUMG	(6.305)
Total	283.359
	31/12/2025
Passivo circulante	94.525
Passivo não circulante	188.834

Encurtamento do plano de saúde e odontológico

Anteriormente ao acordo celebrado em dezembro de 2025, foi ofertado, aos funcionários ativos participantes do PSI e POD, a proposta de migração ao novo plano de saúde, Plano Premium. Essa janela de migração ocorreu nos meses de janeiro, abril e setembro de 2025.

À luz do IAS 19 / CPC 33 (R1), a redução do número de empregados ativos cobertos pelo PSI e POD representou um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos de pós-emprego no 1º, 2º e 3º trimestres de 2025.

Os efeitos desses eventos de encurtamento das obrigações com os planos de saúde e odontológico são apresentados, por trimestre, na tabela abaixo:

	Encurtamento 30/09/2025		Encurtamento 30/06/2025		Encurtamento 31/03/2025		Laudo atuarial 2024	
	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico
Taxa de desconto	12,14%	12,14%	11,85%	11,85%	12,32%	12,32%	12,23%	12,23%
Custo do serviço passado	(3.198)	(56)	(4.339)	(149)	(5.390)	(124)	-	-
Perdas (ganhos) atuariais	(21.927)	(389)	8.793	80	(12.462)	(200)	(109.944)	(2.211)

Para o recálculo da obrigação, a taxa de desconto considerada foi a taxa praticada na data do encerramento de cada trimestre. As demais premissas permaneceram constantes às premissas apresentadas no ano de 2024.

Na remensuração da obrigação pós emprego do terceiro trimestre, foram considerados também os efeitos do acordo realizado entre a Companhia, Sindsul e FTIUMG, em setembro de 2025.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017.

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$66.581, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$36.249. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig GT ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência desses déficits é de R\$102.830 (R\$111.719 em 31 de dezembro de 2024, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

Equacionamento dos déficits de 2019, 2020, 2021 e 2022

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020, 2021 e 2022.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, estava realizando pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial. Os depósitos eram constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit.

Em setembro de 2025, foi proferida decisão homologatória relativa ao acordo parcial celebrado entre a Companhia e a Forluz, a qual determinou que houvesse a liberação desses valores depositados referente à paridade contributiva, assim como que os próximos depósitos relativos à parcela incontroversa de 50% dos equacionamentos dos déficits sejam realizados diretamente à Forluz, ao invés de depósitos em juízo.

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021	Equacionamento do déficit de 2022
Início da consignação	Maior de 2021	Abril de 2022	Junho de 2023	Abril de 2024
Montante total solicitado pela Forluz	R\$ 36.304	R\$ 56.947	R\$ 151.556	R\$ 157.482
Montante considerando a paridade contributiva	R\$ 18.152	R\$ 28.474	R\$ 75.778	R\$ 78.741
Número de parcelas	166	158	159	156
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 5,51%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2023	R\$ 6.097	R\$ 5.863	R\$ 4.587	R\$ 76.550

Informações atuariais

2025	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.316.368	-	-	2.316.368
Valor justo dos ativos do plano	(2.011.857)	-	-	(2.011.857)
Passivo líquido inicial	304.511	-	-	304.511
Ajuste ao teto de ativo (<i>asset ceiling</i>)	47.551	-	-	47.551
Passivo líquido no balanço patrimonial	352.062	-	-	352.062

2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.276.871	542.128	9.524	2.828.523
Valor justo dos ativos do plano	(1.982.643)	-	-	(1.982.643)
Passivo líquido inicial	294.228	542.128	9.524	845.880
Ajuste ao teto de ativo (<i>asset ceiling</i>)	41.793	-	-	41.793
Passivo líquido no balanço patrimonial	336.021	542.128	9.524	887.673

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	2.666.568	638.517	11.490	3.316.575
Custo do serviço corrente	304	1.263	27	1.594
Juros sobre a obrigação atuarial	230.670	55.676	998	287.344
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	(216)	(5)	(221)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(418.586)	(114.770)	(2.039)	(535.395)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	39.226	5.042	(167)	44.101
	(379.360)	(109.944)	(2.211)	(491.515)
Benefícios pagos	(241.311)	(43.384)	(780)	(285.475)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024	2.276.871	542.128	9.524	2.828.523
Custo do serviço corrente	213	431	10	654
Custo do serviço passado	-	(529.472)	(9.566)	(539.038)
Juros sobre a obrigação atuarial	265.292	62.980	1.102	329.374
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	35.463	(1.098)	40	34.405
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(12.196)	(37.679)	(587)	(50.462)
	23.267	(38.777)	(547)	(16.057)
Benefícios pagos	(249.275)	(37.290)	(523)	(287.088)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2025	2.316.368	-	-	2.316.368

(1) Referentes às adesões dos empregados ao novo plano de saúde ofertado pela Cemig GT, denominado Plano Premium.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	2.201.261
Retorno real dos investimentos	(31.434)
Contribuições do empregador	54.127
Benefícios pagos	(241.311)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	1.982.643
Retorno real dos investimentos	236.828
Contribuições do empregador	41.661
Benefícios pagos	(249.275)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2025	2.011.857

A movimentação do passivo líquido é conforme segue:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	471.863	638.517	11.490	1.121.870
Despesa reconhecida no resultado	42.898	56.939	1.025	100.862
Contribuições pagas	(54.127)	(43.384)	(780)	(98.291)
Perdas (ganhos) atuariais	(124.613)	(109.944)	(2.211)	(236.768)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	336.021	542.128	9.524	887.673
Despesa reconhecida no resultado	41.535	63.411	1.112	106.058
Contribuições pagas	(41.661)	(37.290)	(523)	(79.474)
Custo do serviço passado	-	(529.472)	(9.566)	(539.038)
Perdas (ganhos) atuariais	16.167	(38.777)	(547)	(23.157)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2025	352.062	-	-	352.062
			31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			29.794	49.675
Passivo não circulante			322.268	837.998

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Valores reconhecidos nas demonstrações de resultados:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	213	431	10	654
Custo do serviço passado	-	(529.472)	(9.566)	(539.038)
Juros sobre a obrigação atuarial	265.292	62.980	1.102	329.374
Rendimento sobre os ativos do plano	(223.970)	-	-	(223.970)
Despesa com pós-emprego em 2025	41.535	(466.061)	(8.454)	(432.980)

Controladora e Consolidado	Total
Despesa líquida em 2025	(432.980)
Indenização compensatória	289.664
Despesa total em 2025	143.316

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	304	1.263	27	1.594
Juros sobre a obrigação atuarial	230.670	55.676	998	287.344
Rendimento sobre os ativos do plano	(188.076)	-	-	(188.076)
Despesa total em 2024 conforme cálculo atuarial	42.898	56.939	1.025	100.862

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2025 é como segue:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	313	-	-	313
Juros sobre a obrigação atuarial	241.554	-	-	241.554
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(202.559)	-	-	(202.559)
Estimativa da despesa total em 2026 conforme cálculo atuarial	39.308	-	-	39.308

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2025 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	251.067	-	-	251.067

A Cemig GT tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2025 no montante de R\$43.134 para amortização de *déficit* do Plano A e R\$24.164 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	58.080	-	-	58.080
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(53.426)	-	-	(53.426)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	186.939	-	-	186.939
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(162.331)	-	-	(162.331)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
8,28	10,52	8,24	8,24

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

Consolidado	2025	2024
Ações	239.541	238.430
Títulos de renda fixa	1.474.849	1.453.682
Imóveis	112.616	106.205
Outros	184.851	184.326
Total	2.011.857	1.982.643

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Cemig GT e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

Consolidado	2025	2024
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	-	2.808
Imóveis da Forluz ocupados pela Companhia	50.598	48.321
	50.598	51.129

Principais premissas atuariais

	2025		2024	
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial (1)	11,08%	11,15%	12,30%	12,30%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,08%	Não aplicável	12,30%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	4,50%	4,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,50%	Não aplicável	4,50%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1%	-	1,00%

(1) Taxas de desconto nominais baseadas na projeção NTN-b com vencimento próximo ao vencimento da obrigação (*duration*).

A Cemig GT não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Política contábil material

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Estimativas e julgamentos

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Cemig GT faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados. A Cemig GT não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Cemig GT, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.

Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento de exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Nos exercícios corrente e anterior, as despesas de pós emprego são registradas como despesas operacionais, com exceção das despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão, as quais são registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência, e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho, ou a perda, na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia é como segue:

		31/12/2025		31/12/2024	
	Nível	Valor contábil	Valor justo (1)	Valor contábil	Valor justo (1)
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários		89.354	89.354	84.710	84.710
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		804.995	804.995	695.135	695.135
Fundos vinculados		34.338	34.338	27.682	27.682
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		3.182.110	3.182.110	3.098.247	3.098.247
		4.110.797	4.110.797	3.905.774	3.905.774
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	166.613	166.613	229.460	229.460
Títulos e valores mobiliários					
Letras financeiras – Bancos	2	118.064	118.064	175.500	175.500
Letras financeiras do Tesouro	1	27.316	27.316	45.479	45.479
Debêntures	2	2.955	2.955	3.138	3.138
		314.948	314.948	453.577	453.577
Indenizações a receber – Geração	3	996.986	996.986	870.535	870.535
		996.986	996.986	870.535	870.535
Total		5.422.731	5.422.731	5.229.886	5.229.886
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures e empréstimos (2)		(3.155.368)	(3.136.818)	(1.031.924)	(1.036.274)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(300.088)	(96.210)	(111.719)	(109.530)
Concessões a pagar		(27.772)	(27.772)	(27.428)	(27.428)
Fornecedores		(535.555)	(535.555)	(397.176)	(397.176)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)		(139.288)	(139.288)	(85.892)	(85.892)
		(4.158.071)	(3.935.643)	(1.654.139)	(1.656.300)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	(8.508)	(8.508)	-	-
Total		(4.166.579)	(3.944.151)	(1.654.139)	(1.656.300)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo, exceto para Debêntures e o Equacionamento de déficit com fundo de pensão em relação aos montantes de 31 de dezembro de 2025.

(2) O valor justo apresentado está líquido dos custos de transação apresentado na [nota explicativa nº 15](#).

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações ver [nota explicativa nº 5](#).

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 118,73% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 7,62% a CDI + 1,79%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Operação de *Hedge* de fluxo de caixa

Em 7 de agosto de 2025, a Cemig GT contratou um empréstimo externo de USD40.000 mil, por meio da Lei 4.131/62. Como a moeda funcional da Companhia (R\$) é diferente da moeda do empréstimo, foi contratado um *full cross-currency swap*, em linha com sua política de hedge, com o objetivo de mitigar a exposição à variação cambial.

A este derivativo está sendo dado o tratamento de *hedge accounting*, com valor nocional de USD40.000 mil, equivalente a R\$224.181.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Produto	Valor principal contratado	Ganhos (perdas) reconhecidos 31/12/2025	
					Resultado financeiro	Outros resultados abrangentes
US\$ variação cambial + (SOFR + 0,53% a.a.)	CDI + 0,55%	Agosto de 2026	Swap	US\$40 milhões	(10.564)	(6.938)

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos.

A Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo, em conformidade com as práticas de mercado.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer sua liquidez e rentabilidade, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão em linha com sua estratégia.

Os principais riscos de exposição da Cemig e suas controladas estão relacionados na sequência desta nota explicativa.

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de flutuações no câmbio, nas taxas de juros e inflação, no valor de seus ativos e passivos financeiros, evidenciando qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido.

Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, sendo considerados conforme segue:

- **Cenário base:** considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações Financeiras.
- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado considerando o câmbio e as taxas de juros prováveis para 31 de dezembro de 2025, utilizando informações disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.
- **Cenários adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando o câmbio e as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de redução das taxas de juros nacionais. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas às debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

As debêntures são obtidas junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O passivo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 12)	166.613	229.460	106.308	167.090
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 13)	237.689	308.827	3.026	143.972
Indenizações a receber – Geração - CDI/Selic (nota 5)	996.986	870.535	996.986	870.535
Fundos vinculados – CDI	34.338	27.682	32.768	25.083
	1.435.626	1.436.504	1.139.088	1.206.680
Passivos				
Debêntures - CDI (nota 15)	(1.122.390)	(703.560)	(469.775)	(703.560)
	(1.122.390)	(703.560)	(469.775)	(703.560)
Ativo líquido exposto	313.236	732.944	669.313	503.120

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2026, a taxa Selic será de 12,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	31/12/2025	31/12/2026	
	Cenário base: Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 12,50%	Cenário Adverso SELIC 11,50%
Ativos			
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 12)	166.613	193.271	187.440
Títulos e valores mobiliários (nota 13)	237.689	275.719	267.400
Indenizações a receber – Geração (nota 5)	996.986	1.156.504	1.121.609
Fundos vinculados	34.338	39.832	38.630
	1.435.626	1.665.326	1.615.079
Passivos			
Debêntures - CDI (nota 15)	(1.122.390)	(1.301.972)	(1.262.689)
	(1.122.390)	(1.301.972)	(1.262.689)
Ativo líquido exposto	313.236	363.354	352.390
Efeito líquido da variação das taxas de juros no resultado		50.118	39.154

Risco de inflação

A Companhia está expostas ao risco de redução das taxas de inflação, sendo parte de suas Debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 5)	3.182.110	3.098.247	2.393.733	2.328.409
Passivos				
Debêntures - IPCA (nota 15)	(1.866.705)	(332.268)	(1.866.705)	(332.268)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 18)	(300.088)	(111.719)	(300.088)	(111.719)
Passivo de arrendamentos (nota 16)	(139.288)	(85.892)	(63.049)	(69.964)
	(2.306.081)	(529.879)	(2.229.842)	(513.951)
Ativo líquido exposto	876.029	2.568.368	163.891	1.814.458

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2026, a taxa IPCA será de 4,40%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas em um cenário adverso.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	31/12/2025	31/12/2026	
	Cenário base: Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,40%	Cenário Adverso IPCA 3,49%
Ativos			
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 5)	3.182.110	3.405.812	3.322.123
Passivos			
Debêntures - IPCA (nota 15)	(1.866.705)	(1.997.934)	(1.948.840)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 18)	(300.088)	(321.184)	(313.292)
Passivo de arrendamentos (nota 16)	(139.288)	(149.080)	(145.417)
	(2.306.081)	(2.468.198)	(2.407.549)
Ativo líquido exposto	876.029	937.614	914.574
Efeito líquido da variação da inflação no resultado		61.585	38.545

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Cemig e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos empréstimos e financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas*											
Debêntures e empréstimos	-	-	-	46.699	452.133	246.389	1.259.122	797.027	1.500.001	693.178	4.994.549
Concessões a pagar	372	-	728	-	3.085	-	13.667	-	13.605	-	31.457
Equacionamento de déficit do fundo de pensão Forluz	2.131	1.387	5.776	4.006	53.213	15.145	101.906	49.096	206.388	37.510	476.558
	2.503	1.387	6.504	50.705	508.431	261.534	1.374.695	846.123	1.719.994	730.688	5.502.564
Pré-fixadas											
Fornecedores	533.177	-	2.364	-	14	-	-	-	-	-	535.555
	535.680	1.387	8.868	50.705	508.445	261.534	1.374.695	846.123	1.719.994	730.688	6.038.119

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na [nota explicativa nº 16](#).

Controladora	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas *											
Debêntures e empréstimos	-	-	-	46.699	452.133	246.389	1.259.122	797.027	1.500.001	693.178	4.994.549
Concessões a pagar	372	-	728	-	3.085	-	13.667	-	13.605	-	31.457
Equacionamento de déficit do fundo de pensão Forluz	2.131	1.387	5.776	4.006	53.213	15.145	101.906	49.096	206.388	37.510	476.558
	2.503	1.387	6.504	50.705	508.431	261.534	1.374.695	846.123	1.719.994	730.688	5.502.564
Pré-fixadas											
Fornecedores	467.403	-	61	-	-	-	-	-	-	-	467.464
	469.906	1.387	6.565	50.705	508.431	261.534	1.374.695	846.123	1.719.994	730.688	5.970.028

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na [nota explicativa nº 16](#).

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na [nota explicativa nº 15](#).

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2025, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$34.768 (R\$31.355 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que é constantemente atualizada.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões;
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal.

A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachados de modo centralizado pelo ONS.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

d) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.

Política contábil material

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem,

exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos, financiamento e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

20 PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Consolidado					Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Outras	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	76.491	-	340.445	5.066	1.572	423.574
Adições	18.154	86.769	6.709	609	8.099	120.340
Reversões	(13.978)	-	(64.275)	-	(547)	(78.800)
Liquidações	(17.339)	(2.135)	(506)	-	(807)	(20.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.328	84.634	282.373	5.675	8.317	444.327
Adições	15.797	332	68.064	1.833	7.069	93.095
Reversões	(3.421)	(73.546)	(131)	-	(117)	(77.215)
Liquidações	(15.797)	(322)	(307)	(1.217)	(4.061)	(21.704)
Passivo assumido em combinação de negócios	-	-	-	70	-	70
Saldo em 31 de dezembro de 2025	59.907	11.098	349.999	6.361	11.208	438.573

	Controladora					Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Outras	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.781	-	340.445	5.066	965	422.257
Adições	17.338	65.729	6.578	609	7.827	98.081
Reversões	(13.978)	-	(64.274)	-	(463)	(78.715)
Liquidações	(17.338)	(2.134)	(507)	-	(706)	(20.685)
Saldo oriundo de incorporação	61.803	63.595	282.242	5.675	7.623	420.938
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.803	63.595	282.242	5.675	7.623	420.938
Adições	15.789	332	68.064	1.833	3.822	89.840
Reversões	(2.880)	(55.676)	-	-	(21)	(58.577)
Liquidações	(15.790)	(322)	(307)	(1.216)	(996)	(18.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	58.922	7.929	349.999	6.292	10.428	433.570

Há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	31.540	48.708	30.393	47.942
Cíveis				
Relações de consumo	7.068	19.926	6.937	19.807
Outras ações cíveis	106.452	72.338	77.072	70.582
	113.520	92.264	84.009	90.389
Tributárias	613.008	707.450	860.013	690.260
Regulatórias	648.538	1.163.024	648.293	1.163.024
Outras	973.235	638.634	379.910	326.679
Total	2.379.841	2.650.080	2.002.618	2.318.294

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados sejam pagos em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da obrigação é de R\$131.902 (R\$194.118 em 31 de dezembro de 2024), do qual R\$2.017 foi provisionado (R\$2.369 em 31 de dezembro de 2024).

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Cemig GT, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Cemig GT não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Cemig GT sobre o tema. Consequentemente, a Cemig GT, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das obrigações é de R\$569.579 (R\$540.816 em 31 de dezembro de 2024), do qual R\$265.610 foi provisionado (R\$245.130 em 31 de dezembro de 2024), sendo esta estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Cemig GT pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Cemig GT não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Cemig GT ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$28.716, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação

pelo STJ. Em 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia e, em decorrência disso, a ação relativa à contribuição previdenciária teve a contingência de perda alterada de possível para provável. Em dezembro de 2025, a ação relacionada à incidência de imposto de renda sobre os pagamentos realizados pela Companhia aos seus funcionários teve a contingência de perda reavaliada de possível para provável, em decorrência de acórdão proferido pela 3ª turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região, que manteve a exigência fiscal por entender que a verba paga pela suspensão do direito ao anuênio estaria incluída no conceito constitucional de renda. Ambas as ações possuem o valor da provisão em depósito judicial. O montante da obrigação é de R\$82.372 (R\$78.237 em 31 de dezembro de 2024), do qual R\$82.372 (R\$34.874 em 31 de dezembro de 2024) foi provisionado.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Cemig GT está contestando a não homologação das compensações. O valor da obrigação é de R\$30.132 (R\$35.239 em 31 de dezembro de 2024) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Cemig GT, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig GT, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Cemig GT apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor do passivo contingente é de R\$24.455 (R\$23.326 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Cemig GT entre os exercícios de 2008 a 2018 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: (i) tributos com exigibilidade suspensa; (ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); (iii) multas por infrações de naturezas diversas; (iv) amortização de ágio; e (v) despesas com inovação tecnológica. O montante do passivo contingente é de R\$124.566 (R\$118.087 em 31 de dezembro de 2024). A Cemig GT avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz. O montante das obrigações é de R\$91.447 (R\$112.036 em 31 de dezembro de 2024), do qual R\$59.907 foi provisionado (R\$63.328 em 31 de dezembro de 2024).

Cíveis

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$14.990 (R\$26.728 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$7.922 (R\$63.581 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$109.628 (R\$93.391 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$3.176 (R\$21.053 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Cemig GT é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da obrigação é de R\$109.216 (R\$49.944 em 31 de dezembro de 2024), do qual R\$6.361 foi provisionado (R\$5.675 em 31 de dezembro de 2024).

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE. Em junho de 2025, foi publicado acórdão com votos favoráveis aos argumentos da Companhia, sendo reavaliada probabilidade de perda de possível para remota. O montante da contingência era de R\$680.844 em 31 de dezembro de 2024.

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos clientes da Cemig GT instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Cemig GT foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Cemig GT passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Cemig GT deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2025 montam em R\$355.836 (R\$274.693 em 31 de dezembro de 2024). A Administração, suportada por seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Procedimento Arbitral

A Companhia é ré de procedimento arbitral relacionado à discussão sobre contrato de compra e venda de energia elétrica no ambiente livre de comercialização. Entre os pontos discutidos destacam-se a forma de faturamento, as faturas em atraso e se o contrato continua vigente. Para esse último ponto, caso não esteja vigente, haverá apuração de quem causou a sua resolução. O valor da contingência é de R\$189.847 (R\$163.218 em 31 de dezembro de 2024), a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, classifica a probabilidade de perda como possível.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Cemig GT está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. O montante da obrigação é de R\$161.014 (R\$130.415 em 31 de dezembro de 2024), do qual R\$8.601 foi provisionado (R\$8.317 em 31 de dezembro de 2024). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Cemig GT. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito às discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

A Cemig GT está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$105.555 (R\$91.637 em 31 de dezembro de 2024), sendo provisionado R\$2.606 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

Desocupação de moradias sob linhas de alta tensão

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, como rés, referentes a pedidos de cadastramento socioeconômico remoção, reassentamento e, eventualmente, indenização de reocupação das áreas degradadas pelas ocupações, especialmente nos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia. A Companhia entende que compete aos municípios a ordenação do espaço urbano, a elaboração de políticas de habitação e, conseqüentemente, a eventual obrigação de levantamento das famílias residentes sob linhas da Companhia e o reassentamento dessa população. Os valores de contingência para esses processos têm por base os pedidos formulados pelo Ministério Público. O montante do passivo contingente em discussão foi estimado em R\$125.156 (R\$113.466 em 31 de dezembro de 2024).

Central Eólica Volta do Rio

A Cemig GT e sua controlada Volta do Rio são rés de auto de infração proposto, em 2022, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/CE), que considerou que aterros, enrocamentos e torres para instalação de sistema de geração eólica da Volta do Rio estariam localizados em faixa de praia. Em razão disso, aplicou-se à Volta do Rio as penalidades de: (i) demolição e/ou remoção das construções, bem como dos equipamentos instalados, caso não sejam passíveis de regularização; (ii) multa mensal para cada metro quadrado impactado pelas instalações. A Volta do Rio apresentou defesa da autuação e recurso administrativo. O cálculo da contingência considera a multa aplicada mensalmente a cada metro quadrado das áreas aterradas, construídas ou que foram realizadas obras, cercas ou instalações referentes à Central Eólica Volta do Rio. O montante da contingência, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$592.717 (R\$311.432 em 31 de dezembro de 2024), sendo a probabilidade de perda classificada como possível. O valor da contingência é calculado conforme o valor da multa, multiplicado pelos meses transcorridos, acrescidos de correção monetária.

Política contábil material

As provisões são reconhecidas pela companhia quando: (i) há uma obrigação presente resultante de evento passado; (ii) é mais provável que sim do que não de que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Estimativas e julgamentos

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em

esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

21 DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	17.711	19.726	15.166	17.316
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	21.660	20.506	20.344	19.190
PIS/Pasep e Cofins	4.893	4.581	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio	82.372	78.376	82.372	78.376
IPTU	18.167	18.066	18.165	18.064
CSLL	31.134	28.533	31.134	28.533
Outros	3.052	2.564	2.348	1.886
	161.278	152.626	154.363	146.049
Outros				
Bloqueio judicial	1.749	1.701	1.691	1.669
Regulatórios	10.959	6.079	10.959	6.079
Outros	11.409	6.388	11.290	6.271
	24.117	14.168	23.940	14.019
	203.106	186.520	193.469	177.384

22 TRIBUTOS E ENCARGOS

22.1 Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
ICMS a recuperar	31.046	11.295	15.513	11.052
Cofins	4.217	2.982	166	288
PIS/Pasep	958	643	35	42
INSS	19.574	18.631	19.574	18.631
Outros	139	145	116	140
	55.934	33.696	35.404	30.153
Não circulante				
ICMS a recuperar	49.038	39.239	34.540	34.716
Cofins	17.320	15.338	11.533	10.593
PIS/Pasep	3.757	3.327	2.504	2.300
	70.115	57.904	48.577	47.609
	126.049	91.600	83.981	77.762

a) ICMS a recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

22.2 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Cemig GT e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A RECUPERAR				
Circulante				
Imposto de renda	112.569	42.465	99.269	38.031
Contribuição social	6.192	(36.385)	6.516	(35.090)
	118.761	6.080	105.785	2.941
Não circulante				
Imposto de renda	54.154	66.845	53.550	66.698
Contribuição social	93.190	85.297	93.081	85.219
	147.344	152.142	146.631	151.917
A RECOLHER				
Circulante				
Imposto de renda	(21.669)	(20.366)	-	-
Contribuição social	(10.637)	(8.640)	-	-
	(32.306)	(29.006)	-	-
Total líquido	233.799	129.216	252.416	154.858
Total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial	266.105	158.222	252.416	154.858
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(32.306)	(29.006)	-	-

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais é como segue:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2024	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2025
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	18.749	-	14.099	32.848
Obrigações pós-emprego	301.937	(119.019)	(7.873)	(57.360)	117.685
Perdas de créditos esperadas	10.661	1.160	-	1.285	13.106
Provisões	121.023	2.985	-	24	124.032
Provisão para perdas em investimentos	15.019	(839)	-	-	14.180
Outras provisões	32.270	38	-	(12)	32.296
Concessão onerosa	11.943	238	-	-	12.181
Direito de uso	23.891	(2.215)	-	17.611	39.287
Outros	26.843	(1.269)	-	-	25.574
	543.587	(100.172)	(7.873)	(24.353)	411.189
Passivos fiscais diferidos					
Valor justo como custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais	(147.235)	4.563	-	-	(142.672)
Atualização ativo de contrato	(1.392.214)	147.457	-	-	(1.244.757)
Valor justo de participações societárias	(14.288)	2.012	-	(37.010)	(49.286)
Atualização ativo financeiro	(76.875)	(42.993)	-	-	(119.868)
Instrumentos financeiros derivativos	(496)	2.094	-	-	1.598
Ressarcimento de custos - GSF	(183.639)	46.220	-	-	(137.419)
Passivo de arrendamentos	(19.563)	3.490	-	(18.333)	(34.406)
Outros	(8.893)	(45.912)	-	26.201	(28.604)
	(1.843.203)	116.931	-	(29.142)	(1.755.414)
Total líquido	(1.299.616)	16.759	(7.873)	(53.495)	(1.344.225)
Total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial	10.627				8.493
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(1.310.243)				(1.352.718)

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2024	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2025
Ativos fiscais diferidos					
Obrigações pós-emprego	301.937	(119.019)	(7.873)	(57.360)	117.685
Perdas de créditos esperadas	10.661	1.160	-	-	11.821
Provisões para contingências	120.491	3.167	-	-	123.658
Provisão para perdas em investimentos	15.019	(839)	-	-	14.180
Outras provisões	32.270	65	-	-	32.335
Concessão onerosa	11.943	238	-	-	12.181
Direito de uso	23.788	(2.351)	-	-	21.437
Outros	15.727	20.319	-	-	36.046
	531.836	(97.260)	(7.873)	(57.360)	369.343
Passivos fiscais diferidos					
Valor justo como custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais	(133.083)	3.553	-	-	(129.530)
Atualização ativo de contrato	(1.389.588)	147.437	-	-	(1.242.151)
Valor justo de participações societárias	(14.288)	2.012	-	-	(12.276)
Atualização ativo financeiro	(76.875)	(42.993)	-	-	(119.868)
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.067	-	-	3.067
Ressarcimento de custos - GSF	(178.371)	43.607	-	-	(134.764)
Passivo de arrendamentos	(19.493)	3.533	-	-	(15.960)
Outros	(512)	(16.808)	-	(1.537)	(18.857)
	(1.812.210)	143.408	-	(1.537)	(1.670.339)
Total líquido	(1.280.374)	46.148	(7.873)	(58.897)	(1.300.996)
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(1.280.374)				(1.300.996)

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Segue abaixo a forma de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Benefícios pós-emprego: são realizados na medida de seus pagamentos ou caso sejam revertidos em função de novas estimativas atuariais ou outros fatos novos.

Provisões para contingências: são realizados na medida em que ocorram decisões administrativas ou judiciais quanto aos temas em litígio, ou que haja a revisão da classificação do risco nas respectivas ações.

Provisões operacionais: abrangem provisões para perda em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os tributos diferidos relacionados serão revertidos quando da realização dos respectivos investimentos.

Perda por redução do valor recuperável de ativos: são revertidos quando da realização dos ativos correlatos, seja via amortização ou depreciação, seja via alienação.

Perda de créditos esperada: são realizados na medida em que os créditos se tornem dedutíveis de acordo com as regras de dedutibilidade da legislação fiscal ou haja reversão da referida provisão.

Valores justos: relacionados a combinações de negócios, bem como amortização de mais ou menos valia são realizados na medida da realização dos investimentos correlatos.

Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL: são realizados pela compensação com lucros futuros tributáveis da Companhia, considerando os critérios definidos pela legislação.

Contratos de concessão e similares: são realizados no decorrer do prazo do contrato, a medida do recebimento das receitas esperadas.

Custo atribuído de ativos imobilizados: são realizados a medida da realização do ativo correspondente, via amortização ou depreciação.

Arrendamentos contabilizados com base no IFRS 16 e demais rubricas: são realizados na medida em que os valores se tornem dedutíveis ou tributáveis de acordo com a legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2025, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2026	85.611	80.399
2027	58.433	53.269
2028	58.433	53.269
2029	58.433	53.269
2030 a 2032	95.171	83.617
2033 a 2035	55.108	45.520
	411.189	369.343

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não há diferenças temporárias não reconhecidas em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas, por haver provável certeza de geração de lucros futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

Diferenças temporárias não reconhecidas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, por ser provável a geração de lucros futuros suficientes, não há tributos diferidos ativos não reconhecidos em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas.

Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui valores relacionados a Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre lucro reconhecidos nas suas Informações contábeis intermediárias.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.051.912	4.989.953	1.947.793	4.932.609
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(697.650)	(1.696.584)	(662.250)	(1.677.087)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Juros sobre o capital próprio	315.081	252.499	315.081	252.499
Incentivos fiscais	48.904	92.656	41.025	84.572
Resultado de equivalência patrimonial	(48.273)	(41.204)	135.419	105.679
Multas indedutíveis	(1.131)	-	(1.131)	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	105.242	93.986	-	-
Outros	43.177	1.007	41.325	(5.959)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(234.650)	(1.297.640)	(130.531)	(1.240.296)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(251.409)	(941.014)	(176.679)	(876.752)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.759	(356.626)	46.148	(363.544)
	(234.650)	(1.297.640)	(130.531)	(1.240.296)
Alíquota efetiva	11,44%	26,01%	6,70%	25,14%

Política contábil material

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Cemig GT está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o

resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/ IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma garantia razoável de que o subsídio será concedido e todas as condições associadas serão cumpridas, de acordo com o CPC 07 / IAS 20.

A Cemig GT e a sua subsidiária Central Eólica Volta do Rio possuem empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional, bem como redução de 30% do IRPJ devido, após redução de 75%, em função do benefício do reinvestimento. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na [nota explicativa nº 4](#).

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal, exceto nos casos em que a transação dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis, nas quais a entidade deve reconhecer um ativo ou passivo fiscal diferido e deve reconhecer a despesa ou a receita por tributo diferido resultante no resultado;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

22.3 Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
ICMS	14.441	17.039	11.727	12.811
PIS/Pasep	19.452	22.325	18.723	21.698
Cofins	88.768	100.885	84.900	97.579
INSS	18.495	14.774	10.810	10.463
ISSQN	7.872	5.942	3.385	3.584
Outros (1)	44.607	41.870	40.965	41.130
	193.635	202.835	170.510	187.265
Não circulante				
PIS/Pasep	85.858	86.593	82.796	84.121
Cofins	394.835	398.785	381.374	387.481
	480.693	485.378	464.170	471.602
Total	674.328	688.213	634.680	658.867

(1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária. Mais informações na [nota explicativa nº 3.5](#).

Os passivos diferidos de PIS/Pasep e Cofins foram mantidos diante da ausência de regulamentação específica sobre o tema no âmbito da reforma tributária. A Lei Complementar nº 214/2025 traz alguns indícios quanto ao tratamento aplicável às receitas de transmissão, entretanto, ainda são necessários esclarecimentos, via regulamentação, para que seja definido o procedimento a ser adotado em relação às receitas de construção reconhecidas anteriormente à entrada em vigor da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

22.4 Encargos regulatórios

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	3.035	2.750	-	-
Compensação financ. pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	14.063	11.993	12.752	10.321
Conta de desenvolvimento energético – CDE	60.723	61.894	60.723	61.894
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	1.118	1.239	933	1.064
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	6.747	8.971	6.747	8.971
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT (a)	1.754	1.596	1.494	1.324
Pesquisa e desenvolvimento – P&D (a)	14.489	16.772	10.050	7.278
Pesquisa expansão sistema energético - MME (a)	1.016	937	885	801
CDE sobre P&D	683	635	605	554
	103.628	106.787	94.189	92.207
Passivo circulante	101.479	97.441	94.189	92.207
Passivo não circulante	2.149	9.346	-	-

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

A movimentação dos saldos é conforme segue:

Consolidado	FNDCT	MME	P&D (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.010	1.144	17.570	20.724
Adições	15.357	7.678	10.823	33.858
Pagamentos	(15.771)	(7.885)	-	(23.656)
Investimentos	-	-	(15.959)	(15.959)
Atualização financeira	-	-	1.568	1.568
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.596	937	14.002	16.535
Adições	14.273	7.137	9.989	31.399
Pagamentos	(14.115)	(7.058)	-	(21.173)
Investimentos	-	-	(16.445)	(16.445)
Atualização financeira	-	-	1.373	1.373
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.754	1.016	8.919	11.689

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi R\$5.570 em 31 de dezembro de 2025 e R\$2.770 em 31 de dezembro de 2024.

Controladora	FNDCT	MME	P&D (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	751	515	2.513	3.779
Incorporação (2)	157	78	3.367	3.602
Adições	12.295	6.147	8.606	27.048
Pagamentos	(11.474)	(5.737)	-	(17.211)
Investimentos	-	-	(5.903)	(5.903)
Atualização financeira	-	-	790	790
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.324	801	4.507	6.632
Adições	12.694	6.347	8.883	27.924
Pagamentos	(12.524)	(6.263)	-	(18.787)
Investimentos	-	-	(9.376)	(9.376)
Atualização financeira	-	-	466	466
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.494	885	4.480	6.859

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi R\$5.570 em 31 de dezembro de 2025 e R\$2.770 em 31 de dezembro de 2024.

(2) As subsidiárias Três Marias e Salto Grande foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil.

23 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E COMPROMISSOS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem, principalmente, contratos de compra de energia de longo prazo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Compra de Energia	2.836.229	1.813.470	1.542.609	479.481	479.481	955.840	8.107.110

(1) Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2025.

Os fluxos de pagamentos de arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas nº 16 e 19.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição de Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita

Em 26 de fevereiro de 2025, a Cemig GT assinou o Contrato de Compra e Venda de Ativos (CCVA) para aquisição da totalidade do capital social da Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita (ETTM) de propriedade do Grupo Fram Capital. Em 29 de janeiro de 2026 a Cemig GT concluiu a aquisição da totalidade do capital social da ETTM.

O preço negociado foi de R\$30 milhões e a RAP dos ativos é de R\$5,7 milhões. Os ativos de transmissão da ETTM estão conectados na Rede Básica de 230 kV de propriedade da Cemig, localizados na região do Vale do Aço, em Minas Gerais.

Aquisição de 51% das ações da Hidrelétrica Pipoca S.A.

Em 14 de agosto de 2025, foi exercido o Direito de Preferência pela Cemig GT, para a aquisição de 51% das ações da Hidrelétrica Pipoca S.A. detidas pela Serena Geração S.A., subsidiária integral da Serena Energia S.A. O referido Direito de Preferência, conforme regulado no Acordo de Acionistas, decorre da transferência do controle indireto da PCH Pipoca, efetivada em 4 de novembro de 2025.

A eficácia da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais nesse tipo de operação. A aprovação pelo CADE ocorreu em 2026 e a anuência da Aneel está em andamento.

Atualmente, a Cemig GT possui 49% das ações da PCH Pipoca. A aquisição dos 51% restantes integralizará a participação da Companhia no ativo, com 20 MW de potência instalada e 11,9 MW médios de garantia física.

Juros sobre Capital Próprio – JCP

Em 19 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativo ao exercício de 2026, no montante de R\$237.451, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2027 e a segunda até 30 de dezembro de 2027.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Marcos Montes Cordeiro
Vice-Presidente de Relações Institucionais

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Sérgio Pessoa de Paula Castro
Vice-Presidente Jurídico

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidência sem denominação

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Geração e Transmissão

Sérgio Lopes Cabral
Vice-Presidente de Comercialização

Luis Cláudio Correa Villani
Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Luiza De Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Companhia), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Cemig Geração e Transmissão S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais



responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia patrocina plano de assistência médica a seus empregados, o qual foi liquidado durante o exercício social e plano de pensão com benefício definido que assegura a complementação de benefícios de aposentadoria. A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. Além disso, a mensuração dos efeitos da liquidação do plano de saúde envolve julgamentos da administração relacionados à avaliação das obrigações remanescentes para a Companhia e a remensuração do benefício de assistência médica na data da liquidação do plano (settlement). A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;

Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e da liquidação do plano de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Avaliação dos acordos firmados com as entidades sindicais que extinguem as obrigações de benefício definido do plano de saúde da Companhia e, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas para o cálculo da liquidação (settlement) do plano de saúde, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;

- Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo



nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e



revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, Cemig Distribuição S.A. –Cemig D e Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2025 e os respectivos documentos complementares, a serem submetidos ao Conselho de Administração da Companhia, em 19-03-2026. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2025, como também com base na apresentação realizada, nesta reunião, e a minuta do Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes Ltda., a ser emitido em 19-03-2026, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 18 de março de 2026.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá – Presidente

Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

Lucas de Vasconcelos Gonzalez – Conselheiro

João Vicente Silva Machado – Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA

Declaramos para os devidos fins, que, em 16 de março de 2026, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Informações Contábeis Intermediárias.

Belo Horizonte, 16 de março de 2026.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida - Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Geração e Transmissão

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidência sem denominação

Sérgio Pessoa de Paula Castro - Vice-presidente de Jurídico

Luis Cláudio Correa Villani - Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Marcos Montes Cordeiro - Vice-Presidente de Relações Institucionais

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 16 de março de 2026, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 16 de março de 2026.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente Cemig Comercialização

Andrea Marques de Almeida - Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Geração e Transmissão

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidência sem denominação

Sérgio Pessoa de Paula Castro - Vice-presidente de Jurídico

Luis Cláudio Correa Villani - Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Marcos Montes Cordeiro - Vice-Presidente de Relações Institucionais

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “*background check*” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelos membros Roberto Cesar Guindalini (coordenador) a partir de 06.02.2024, Artemio Bertholini a partir de 10.05.2024, Giulia Carla Scalercio e Ricardo Lopes Cardoso, ambos a partir de 20.05.2024.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2025

Durante o período de 01.04.2025 a 19.03.2026, o Comitê reuniu-se em 20 (vinte) reuniões ordinárias ou extraordinárias, incluindo aquelas realizadas em conjunto com o Conselho Fiscal das Companhias para apreciação de Demonstrações Financeiras e ITRs, e com o Comitê de Auditoria da GASMIG. Também participou de reuniões do Conselho de Administração em 10 (dez) ocasiões. Ainda, no período de 01.01.2025 a 19.03.2026, o Comitê realizou 05 (cinco) reuniões específicas de análises de “Background Check” e elegibilidade de indicados a cargos da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselhos Fiscais das Companhias, totalizando 11 (onze) análises.

O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 15 (quinze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2025. O Comitê reuniu-se também com o Presidente, Vice-Presidentes, Diretores, Superintendentes e Gerentes da Companhia para tratar de temas contábeis relevantes, controles internos, planejamento de auditoria, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao

acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024 e 2025, examinando balancetes, balanços patrimoniais, demonstrações do resultado do exercício, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado, notas explicativas e demais peças contábeis das Companhias, inclusive do Relatório da Administração, bem como as ITRs ao longo de 2025. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas pela instituição, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial, fluxo de caixa e nos resultados das Companhias, em reuniões havidas com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os auditores externos. Com base nas informações apresentadas pela Administração, nos relatórios da Auditoria Independente e nos exames realizados em suas reuniões, o Comitê conclui que (i) as práticas contábeis utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais estão alinhadas com os princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira, aos pronunciamentos técnicos do CPC e às normas dos órgãos reguladores e de controle; e (ii) as Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D, Cemig GT, e Sá Carvalho S.A., refletem, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Companhias na data-base de 31.12.2025, bem como o desempenho das operações no exercício findo. O Comitê tomou conhecimento da versão final do Relatório Anual Form 20-F, referente ao exercício de 2024, disponibilizado pela Administração e arquivado na U.S. Securities and Exchange Commission-SEC. Após a análise, os membros do Comitê concluíram que o referido Form 20-F foi elaborado, em todos os seus aspectos relevantes, em conformidade com a legislação vigente para fins de arquivamento perante a SEC.

DOS SISTEMAS DE RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS, CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria de *Compliance* - DCI foram objetos de acompanhamento pelo Comitê, que entende que a atuação da Administração tem sido positiva no sentido de fortalecer a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia, embora alguns pontos requeiram acompanhamento prioritário e tempestividade nas remediações.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna – AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essa unidade. O Comitê avalia positivamente a abrangência, a qualidade e o nível de independência da área de auditoria interna da Companhia. No que tange à atuação da Auditoria Interna não foram identificadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2025 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente, sem identificação de fatos que pudessem afetar sua objetividade ou independência. A interação foi regular, transparente e em linha com as normas internacionais de auditoria e de gestão de qualidade.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia ou informação de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros capazes de comprometer a continuidade das Companhias ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2025.

Belo Horizonte, 19 de março de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA

Roberto Cesar Guindalini
Coordenador

Artemio Bertholini
Membro

Giulia Carla Scalercio
Membro

Ricardo Lopes Cardoso
Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e ao artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2026, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2026. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, por meio da retenção de lucros do exercício de 2026, no montante de R\$1.227.254.

Investimentos planejados para 2026	R\$ em milhares
Transmissão	
Melhoria/Reforço	560.229
Subsidiárias	7.251
Infraestrutura	64.587
	632.067
Geração	
Aportes	22.911
Sistema elétrico	20.578
Expansão	12.283
Subsidiárias	122.878
Infraestrutura	41.262
	219.911
Participações	
Cemig SIM	375.276
Total	1.227.254